



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

PESCA SUSTENTAVEL

WWF-BRASIL

Período de Implantação do Projeto:

17/04/2014 a 31/10/2017

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um roteiro para a elaboração do Relatório de Avaliação de Resultados que deve abranger todo o período de implantação do projeto. O objetivo básico desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e os resultados alcançados.

Este documento deve conter informações sobre a evolução do projeto; o monitoramento dos indicadores de seu quadro lógico; os resultados e impactos alcançados; a sustentabilidade futura desses resultados; problemas que surgiram na sua implantação; bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

O Relatório de Avaliação de Resultados deve ser preenchido, assinado e enviado ao BNDES pelo beneficiário do Fundo Amazônia, em versão impressa e por e-mail, em conjunto com o último Relatório de Desempenho do projeto. Além das informações previstas neste modelo de relatório, o beneficiário poderá fornecer quaisquer outras informações que julgue relevantes para o conhecimento do projeto e o entendimento dos resultados e impactos alcançados.

As orientações para preenchimento do Relatório de Avaliação de Resultados estão no corpo do presente documento e a equipe do BNDES responsável pelo acompanhamento do projeto está à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O Relatório de Avaliação de Resultados deve ser encaminhado aos cuidados do gerente responsável pela operação, para o seguinte endereço:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Área de Meio Ambiente - AMA
Departamento de Gestão do Fundo Amazônia - DEFAM
Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo.
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-917
A/C de Márcio Onodera

Apresentação

O Projeto Pesca Sustentável, com início em abril de 2014, teve duração total de três anos e meio, com 36 meses do contrato original e 06 meses do período de extensão/aditivo contratual para execução parcial dos recursos de rendimentos financeiros da aplicação das parcelas recebidas do contrato.

O projeto foi implementado nos municípios de Feijó e Tarauacá, no Acre, com os objetivos de capacitar pescadores para o desenvolvimento de sistemas de manejo sustentável do pirarucu e fomentar ações estruturantes para o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca no Estado.

Apresentamos a seguir o Relatório de Avaliação de Resultados (2014-2017), cujo objetivo básico é consolidar as informações sobre a execução do projeto, impactos, dificuldades e fazer uma avaliação sobre seus resultados imediatos e lições aprendidas.

Na elaboração deste Relatório foram consideradas as orientações constantes no Modelo de Relatório de Avaliação de Resultados e no documento Marco Conceitual de Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia, disponibilizados pelo BNDES no site do Fundo Amazônia (*Download em 07.03.2017*).

Os dados apresentados no corpo do relatório estão detalhados nos relatórios de consultorias contratadas, na planilha do Plano de Monitoramento e no último Relatório de Desempenho do Projeto, todos em anexo.

ÍNDICE

A) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....	5
B) CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	25
C) ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS.....	31
D) ANÁLISE DOS INDICADORES DE RESULTADOS E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ALCANÇADOS.....	36
E) LIÇÕES APRENDIDAS.....	57
F) FOTOS, VÍDEOS, PUBLICAÇÕES E OUTRAS MÍDIAS SOBRE O PROJETO.....	59
G) SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO PROJETO.....	61
H) AVALIAÇÃO DO RELACIONAMENTO COM O BNDES.....	62

A) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Descrever de forma sucinta as atividades previstas pelo projeto e as atividades que tenham sido executadas, estruturadas por produtos e serviços resultantes dessas atividades. Agregar dados quantitativos sempre, que possível.

As atividades descritas a seguir são apresentadas em sequência cronológica, para os 4 componentes do projeto e seus respectivos produtos, com maior destaque para os avanços e resultados do período 2016/2017 em função de que algum detalhamento das atividades de 2014/15 já fora apresentado nos Relatórios de Desempenho 1 e 2 e esclarecidos na viagem técnica do BNDES em campo (Nov./15) e auditoria parcial de março/2016.

Componente 1 - Desenvolver análise sobre a viabilidade ecológica e econômica e do potencial de expansão das práticas de manejo e da cadeia produtiva do pirarucu.

Produto 1.1: Facilitação para a construção coletiva de acordos de pesca e realização de oficinas e fóruns regionais para a sua discussão

e

Produto 1.2: Levantamento da população de pirarucu, da despesca e sistematização da estatística pesqueira, com capacitação das comunidades de pescadores para a sua realização

ATIVIDADES e RESULTADOS em 2014/15

Atividades do projeto foram iniciadas em 2014 as contratações de serviços de ATER e consultorias para fortalecimento do arranjo institucional local para o manejo de pirarucu e para sensibilização e mobilização social das organizações dos pescadores em prol da elaboração participativa de acordos de pesca com as comunidades ribeirinhas usuárias dos lagos do rio Envira/Feijó.

Neste período também investiu-se no fortalecimento da estrutura da COPAF para o manejo de pirarucu, com aquisição/doação de batelões, canoas, motores de popa, gerador, apetrechos de pesca, uniformes e equipamentos de proteção individual para os membros do grupo de manejo de Feijó.

Em 2015 o WWF Brasil conseguiu gerar um maior engajamento das instituições parceiras locais em torno do fortalecimento do arranjo produtivo do pirarucu manejado. Foram realizadas reuniões de esclarecimento do projeto com FUNAI, Ibama; Governo do Acre (principalmente IMAC, Polícia Ambiental e SEAPROF); Colônias de Pescadores de Feijó e Tarauacá. Durante 2015 estas instituições tiveram participação mais ativa no planejamento e na implementação de suas responsabilidades com o Projeto, resultando na aprovação de 06 acordos de pesca pelo IMAC e publicação de uma Instrução Normativa onde o órgão ambiental estadual assumiu a responsabilidade dos processos de licenciamento e fiscalização dos acordos de pesca em áreas ribeirinhas não indígenas do Acre.

Com base nos estudos de avaliação ecológica econômica e do potencial de expansão das práticas de manejo do pirarucu, concluídos em janeiro de 2015, o WWF- Brasil definiu em conjunto com COPAF, SEAPROF e IMAC as estratégias prioritárias para o manejo de 2015.

Ainda em 2015 o projeto apoiou com a facilitação da Assembleia Geral Anual da Colônia de Feijó, que resultou análise e aprovação da prestação de contas dos resultados financeiros da venda do pirarucu deste ano e na oficialização do Grupo de Manejo de Pirarucu de Feijó, com 14 pescadores envolvidos. Destaca-se também no período a realização de um planejamento coletivo e mobilização para a primeira reunião comunitária para identificar demandas, potenciais e necessidades de novos acordos de pesca,

para ampliar a área e população de pirarucus sob regime de manejo.

Durante a safra de 2015, as medidas de monitoramento indicaram uma estabilização e manutenção em níveis viáveis dos estoques de pirarucu em lagos naturais de Feijó. A comercialização do pirarucu contribuiu em média com 15% da renda anual da pesca para o público beneficiário.

Ao final de 2015 o WWF iniciou a parceria com a comunidade da TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, no rio Tarauacá, por demanda da comunidade indígena e pelo desinteresse da colônia de pescadores de Tarauacá na implantação do projeto (acordos de pesca) em outros lagos, utilizados por pescadores não indígenas. A inclusão desta TI no escopo do projeto foi oportuna devido ao fato de que a ocorrência do pirarucu na bacia do rio Tarauacá (no Acre) estar restrita aos lagos dentro de seus limites.

Foi também iniciada em 2015 a assessoria da empresa TIPOIA na organização dos processos e instrumentos de gestão administrativa e financeira da COPAF e capacitação de seus colaboradores para uso destas ferramentas cotidianamente.

ATIVIDADES e RESULTADOS em 2016/17 - Relato baseado em atividades executadas pela própria equipe do WWF e pela empresa TIPOIA (CON833-2016).

Logo em Fev/2016 uma colaboração entre o novo gestor técnico do Projeto e um especialista (PhD) em economia ambiental do WWF Brasil, com apoio da TIPOIA foi desenvolvida uma ferramenta (planilha de excel) para avaliar cenários dos preços mínimos de venda do pirarucu manejado em Feijó em função do volume disponível (dados 2013-2015), das expectativas de retorno financeiro dos pescadores (consulta em Dez/15) e do alto custos do manejo no atual sistema de produção (análise dos 2014 por ATMA consultoria).

Uma vez que os lagos manejados são bastantes distantes de Feijó (base do GMP e COPAF), e as cotas anuais de captura a (10 a 30% dos adultos contados no lago) são obedecidas rigorosamente a quantidade de peixes capturada anualmente é relativamente baixa (variando de 14 a 30 indivíduos/ano) e considerada a expectativa de renda apontada pelos pescadores como a ideal/almejada está bastante acima dos valores recebidos nos últimos 2 anos, resultou que o preço de venda estimado para garantir as condições/restrições deste cenário "ideal" foi R\$ 65/kg, muito acima dos atuais R\$ 22/kg alcançados no mercado municipal de Feijó, o que indica claramente necessidades de adotar medidas de adaptação do sistema, como reduzir custos da operação, gerar algum aproveitamento/retorno financeiro dos subprodutos descartados (couro, escamas, ossos, vísceras) e elevar o nível de agregação de valor ao pirarucu manejado/legal, em como desenvolver estratégias para atrair investimentos privados ou criar linha de subsídio governamentais para esta produção artesanal comunitária, reconhecendo, valorizando e remunerando os serviços ambientais prestados pela implementação dos acordos de pesca e de outras medidas de conservação dos lagos, das florestas adjacentes a estes corpos d'água e matas ciliares no trecho 150 km de rio Envira q está submetido ao manejo de pesca/pirarucu.

Ainda em início de 2016, WWF também realizou 02 reuniões com a Superintendência Estadual do MAPA, diretoria da Peixes Amazônia, Equipe do SIF e da SEMA/AC visando firmar uma parceria para o beneficiamento dos pirarucus nativos de Feijó na planta industrial da Peixes Amazônia, com proposta de criação de uma "Linha Premium" de pirarucu, com os peixes manejados em 2016. No entanto, lamenta-se que essa parceria não foi possível devido às limitações na capacidade dos equipamentos desta indústria, que só permitem processamento de peixes com até 30 kg e restrição no escopo do SIF (Selo de Inspeção Federal) da Peixes Amazônia S/A, que só autoriza o beneficiamento de peixes de cativeiro/piscicultura naquela indústria. Além disso, com a exigência do SIF de recebimento do pescado inteiro, sem evisceração, para a processamento completo na indústria implicaria em alto investimento de instalação de estruturas mais modernas beneficiamento do pescado nas comunidades ou a bordo de embarcações adaptadas para esse fim (barco frigorífico), o que se mostrou economicamente inviável para a Colônia de Pescadores realizar com seus fundos próprios, em função de altos custos envolvidos/estimados de

investimento e dos limitados volumes de captura anual que têm sido com muito esforço alcançados pelo Grupo de Manejo de Pirarucu de Feijó (GMP).

Ao longo de 2016 e 2017 a TIPOIA elaborou um estudo de cenários e estratégias possíveis para a comercialização do pirarucu manejado de Feijó no Acre. No processo de desenvolvimento do estudo foram entrevistados representantes de 10 organizações e 25 estabelecimentos comerciais com potencial de compra do pirarucu da COPAF e foram analisadas as possibilidades, preços e volumes de oferta demanda e gerados cenários de comercialização, bem como indicados os principais investimentos adicionais para se possibilitar a maior agregação de valor ao pirarucu manejado de Feijó. ([ver relatório/estudo da TIPOIA em anexo](#))

Componente 2: Construir e consolidar sistemas participativos de manejo dos recursos pesqueiros

Produto 2.1: Elaboração de plano de viabilidade ecológica e econômica e de estratégia de produção e comercialização para a cadeia produtiva do pirarucu na área de abrangência do projeto

Produto 2.2: Apoio técnico e capacitação em boas práticas de manejo e beneficiamento do pirarucu

ATIVIDADES e RESULTADOS em 2014/15 – Suporte técnico prestado pelas consultorias de TIPOIA, Inst. Desenv. Sustentável-IDS e Dirceu Madson (assessoria pf).

A implementação do projeto em campo foi iniciada com processo aberto de seleção, que resultou em contratação de consultoria para a linha da ação de capacitação, esclarecimentos e mobilização comunitária para o manejo do pirarucu e para elaboração participativa de acordos de pesca, serviços estes executados pela empresa de consultoria sócio ambiental TIPOIA, com sede em Rio Branco, AC. Essa consultoria iniciou-se no 2º semestre de 2014 com diagnóstico dos processos e assessoramento técnico administrativo da COPAF; facilitação de reuniões nas comunidades para discussão e fomento dos acordos de pesca, incluindo os termos da repartição dos benefícios entre as comunidades, colônia e manejadores de pirarucu. Com essas atividades foi possível promover maior aproximação com e entre os beneficiários (pescadores, indígenas e ribeirinhos) e melhor engajamento destes no arranjo institucional em formação.

Também entre 2014 e início de 2015, através de uma série de reuniões com Secretarias de Governo estadual, com gabinete do governador, o WWF mediou importantes acordos entre Ibama e IMAC, contribuindo para um ágil e efetivo repasse institucional das atribuições de licenciamento de acordos de pesca do órgão ambiental federal (Ibama) para o seu ente estadual (IMAC).

Com relação à definição de responsabilidades e papéis entre a diretoria da COPAF e o seu Grupo de Manejo de Pirarucu, o pacto foi formalizado em Assembleia Geral da COPAF de 2015. Em seguida, com apoio dos parceiros e apoiadores foi iniciada uma consultoria educacional e organizativa do Instituto de Desenvolvimento Social (IDS/Profa. Fernanda Basso). O plano de trabalho teve enfoque no fortalecimento da colônia e do grupo de manejadores especificamente, em termos **de identidade, recursos, estruturas e processos** desempenhados em todas as etapas do manejo do pirarucu (planejamento, execução e monitoramento). Foram realizadas 05 Oficinas de Diagnóstico, Formação e Organização do Grupo, com participação dos pescadores GMP, presidente da COPAF e 04 técnicos/consultores do projeto, entre Agosto/15 e Março/16, que tiveram como resultado a elaboração e pactuação de um Regimento Interno do Grupo em reunião de Abril/16. ([ver a íntegra do Regimento GMP e o Relatório Final da consultoria IDS em anexo](#))

No geral, os serviços destas consultorias e o esforço das negociações com IMAC, Ibama, SEAPROF e

COPAF proporcionaram em desenvolvimento participativo e aprovação legal de seis acordos de pesca em lagos de Feijó (Nov/2015), que começaram a se consolidar através das seguintes atividades e resultados:

- Mapeamento de 05 potenciais lagos para serem inseridos na contagem 2015 e no sistema de manejo participativo do Pirarucu em Feijó;
- Expedições de contagem auditiva e visual em 14 lagos (entre manejados e não manejados) em Feijó; Contagens anuais em 04 lagos potenciais para pirarucu na TI praia do Carapanã (Jun/15);
- Suporte à elaboração de laudos técnicos e preenchimento das fichas de contagem dos 14 lagos em exercícios de nivelamento e contribuição técnica junto a SEAPROF de Feijó na elaboração do documento técnico enviado ao IBAMA e IMAC;
- Preenchimento de formulários técnicos necessários ao manejo e certificação (Formulário de Fauna Acompanhante), que juntas resultaram na autorização pelo IMAC (Jun/15) de uma quota anual de 2 toneladas de pirarucu (ou 30 peixes) e guias de transporte. A cota de peso de 2015 foi atingida com o abate de 23 peixes.

Após licenciamento das cotas de despesca pelo IMAC, o projeto apoiou (jul/15) as operações de despesca (20 dias de pescaria planejada) em cinco lagos do rio Envira (Canção, Orelha, Pedro Paiva, *Extrema* e *Muc. Velho*), sendo que apenas em dois lagos os pescadores não obtiverem a cota de pesca autorizada. Posteriormente todos os registros e a sistematização de resultados das safras de 2012 a 2015 foram sistematizados em uma tabela única de contagem e captura anual, com as quais se produziram gráficos para facilitar a visualização das variações anuais na população de pirarucu no sistema de lagos manejados (num trecho de 150 km do rio Envira), mas também de cada lago especificamente. ([ver relatório da Original Amazon em anexo](#))

O Projeto também viabilizou a organização do grupo de manejo de pirarucu para participação no evento mais tradicional do município de Feijó (Festival do Açaí 2015 e Feira do Açaí 2016). Os pescadores aproveitaram estes espaços para divulgar o projeto e também fazer a comercialização local/regional do pirarucu nativo e manejado. Em 2015 foram vendidos 1420 kg de pescado, e em 2016 mais 492 kg. Esse volume comercializado gerou um ingresso bruto de cerca de R\$ 17.264,00, além de uma cota adicional (pagamento indireto) de 20 kg de pirarucu por pescador do grupo (14), para seu consumo próprio ou venda, conforme decisão de cada família. Desta forma, mesmo com o acordo de redução de 70% (praticado em 2014) para 65% do ingresso bruto a ser rateado entre os 14 pescadores do grupo de manejo 2015, a renda total líquida dos pescadores do grupo aumentou em 14%, a renda da atividade para a colônia de pescadores aumentou em 66% e a renda para a comunidade/associação aumentou em 53%, se comparadas às rendas obtidas da atividade em 2014.

No evento (Festival do Açaí) de 2015 a equipe do Projeto atuou principalmente em: apoio logístico e preparação dos espaços de comercialização; na definição de pontos centrais para a comercialização do pirarucu 2015; na seleção de participantes para o curso de pratos típicos de pirarucu; em reuniões de nivelamento da logística e escala dos participantes do grupo que trabalhariam na feira. Em 2016 a participação do grupo foi modesta, não houve venda do pirarucu na forma de pratos típicos da culinária local, pois os pescadores retornaram da pescaria duas semanas antes do evento e trazendo um volume de pescado menor que do ano anterior, que foi comercializado quase totalmente na semana que antecedeu a Feira do Açaí 2016 e apenas os 50 kg finais foram vendidos no 1º dia do evento. O WWF utilizou o espaço do evento para a empresa AV Filmes gravar de imagens do evento para o vídeo de divulgação do projeto que estava em desenvolvimento e também para prestar esclarecimentos gerais e informações do projeto à população local presente na abertura do evento.

Posteriormente à comercialização de todo o pescado, ocorreram encontros de membros do grupo de manejo, técnicos e diretores da colônia com as comunidades ribeirinhas para prestação de contas e repasse das cotas comunitárias da venda do pescado. Essas reuniões transcorreram no período de Ago/15 a Mar/16, em datas acordadas previamente com as comunidades. Algumas reuniões/repases atrasaram devido à situação de transição no WWF da gestão técnica do projeto entre dez/15 e fev/16.

Com a comunidade indígena desta TI em Tarauacá foram realizados: 04 encontros com o grupo de manejo e colônia para planejamento e acordos das atividades e plano de trabalho para realização do manejo TI Carapanã (mar e abr/15); Definição dos lagos potenciais zoneamento participativo dos lagos para manejo na TI Carapanã (jun/15); Levantamento de informações sociais das famílias e comunidades beneficiárias em Feijó e em Tarauacá (jul/15); 10 Reuniões (nas aldeias) de nivelamento com os moradores indígenas sobre a abordagem e método a ser utilizado na atividade de contagem dos pirarucus e processo de definição das pessoas de cada aldeia que ficarão responsáveis por acompanhar as atividades (ago/15).

A última atividade de campo relevante em 2015 foi o mapeamento e reconhecimentos de campo nos lagos da TI Praia do Carapanã com ocorrência do pirarucu. Dessa atividade resultou (Nov/15) a definição/acordo da comunidade com o WWF pela inclusão da TI no escopo do Projeto Pesca Sustentável, incluindo mais 02 lagos com potencial de manejo de pirarucu em Tarauacá. Nesta ocasião a comunidade comunicou ao WWF a intenção de ser incluída nas ações de capacitação para o manejo do pirarucu e de proteção, limpeza e monitoramento dos seus lagos.

Visando capacitação de novos agentes indígenas em 2016, foram produzidas (Ago/15) duas Oficinas de construção da Cartilha do Manejo de Pirarucu e do Calendário Anual de Atividades do povo HuniKuĩ da Terra Indígena da Praia do Carapanã. Este material educativo foi editado e diagramado pela empresa AV Filmes e os dois materiais educativos foram ilustrados pelos próprios indígenas e produzidos/impressos no final do ano.

Em Out/15 ocorreu a primeira formação técnica de 10 agentes voluntários indígenas de manejo de pirarucu (selecionado um por aldeia) sendo capacitados e orientados para promover a sensibilização da população em geral sobre a necessidade de se estabelecer coletivamente as regras básicas para uso dos lagos e para aspectos da vigilância e proteção destes contra agentes externos ou internos da TI. O encontro também oportunizou o mapeamento de interesses e capacidades/habilidades individuais dos agentes e uma discussão das dificuldades destes agentes no repasse dos conhecimentos adquiridos e das demandas de novas capacitações.

Em Dez/15 os materiais educativos foram impressos (500 exemplares de cada) e enviados ao Acre, onde foram amplamente distribuídos e apresentados para as famílias, professores, agentes de saúde e lideranças das aldeias Kaxinawá das 02 TI envolvidas no projeto. Alguns exemplares foram enviados para as instituições parceiras (como FUNAI, SEMA, Ibama) e para a CPI, que é uma ONG indigenista local que atua com programa de formação e capacitação de agentes agroflorestais indígenas. Conforme relato dos agentes indígenas capacitados, os materiais vêm sendo utilizados regularmente pelos professores e alunos nas escolas das 10 aldeias e pelos extensionistas da TIPOIA nos eventos de capacitação e nas reuniões comunitárias.

ATIVIDADES e RESULTADOS em 2016/17 – Atividades executadas no âmbito dos contratos CON833-2016, com TIPOIA Ltda.; CON749-2016 com Dirceu Madson e CON1065-2017 (IDSM).

A coordenação e moderação de oficinas participativas para a construção, revisão e protocolo de acordos pesca para lagos manejados em Feijó foi uma das linhas de ação prioritárias do Componente 2, gerando como principais resultados:

03 novos lagos naturais no Rio Envira mapeados e identificados quanto ao potencial de manejo de pirarucu (L. Tomé; L. Japão; L. Orácio)

- 02 Acordos de Pesca de manejo de Pirarucu elaborados (Lago do Horácio e Formoso) com viés de

conservação, monitoramento, visando aumento da população de pirarucus e geração de dados sobre deslocamento dos peixes, considerando que nesses dois lagos existem 09 pirarucus marcados com radio transmissores e que têm sido rastreados periodicamente pela equipe técnico do projeto.

- Reuniões e visitas de sensibilização e orientação quanto a legislação de pesca e de proteção do pirarucu, informação sobre objetivos do estudo de rastreamento por rádio telemetria (em andamento) e acordos de regras comunitárias para uso mais sustentável dos recursos pesqueiros junto aos usuários do Lago Horácio (Comunidade Porto Rubinho) e Lago Formoso (Terra indígena Nova Olinda);

- Minutas destes novos acordos de pesca elaboradas em parceria com a COPAF e com o coletivo da Aldeias da TI Nova Olinda, tendo sido submetidos à avaliação do IMAC (set/17) e do Ibama (Out/16), com aprovação esperada para o início de 2018.

Facilitação de reuniões comunitárias com 10 agentes indígenas de pesca, lideranças e comunidades em 15 aldeias nas Terras indígena da Praia do Carapanã e Terra Indígena Nova Olinda, para acordos de pesca e de proteção do pirarucu nos lagos sob domínio destas populações tradicionais, resultando em:

- 01 Regimento de Pesca da TI Praia do Carapanã construído, aprovado, pactuado, cumprido (até o momento) e monitorado pelo WWF e lideranças das aldeias da TI;

- Assessoria à COPAF e à ASKAPA na elaboração e protocolo da documentação (02 dossiê técnicos) para renovação e aprovação dos acordos de pesca no Ibama para as TI Nova Olinda (Feijó) e Praia do Carapanã (Tarauacá), respectivamente;

- Confirmação/Renovação da Anuência 2016-17 da FUNAI para a realização do Manejo Pirarucu nas TI Nova Olinda e Praia do Carapanã. Em março/2016 foram realizadas audiências públicas com a presença da FUNAI nas 10 aldeias da T I Praia do Carapanã, como atividade complementar à anuência previamente emitida pelo órgão em 2014. Neste sentido, a atividade consistiu em ouvir os moradores de todas as aldeias sobre a concordância com a execução do projeto na TI, dando maior legitimidade ao processo. Em todas as audiências foi dada aprovação por parte dos moradores quanto à continuidade da parceria do WWF Brasil com a TI e foi reconhecida a importância do suporte técnico provido pelo Projeto Pesca Sustentável para ordenamento da pesca e desenvolvimento do manejo de pirarucu naquelas comunidades.

- 02 Audiências públicas realizadas junto a FUNAI nas 2 TI Kaxinawá com aprovação comunitária do regimento de pesca da TI Praia do Carapanã e das regras de dois acordos de pesca (revisados) para os lagos Orelha e Sacado, na TI Nova Olinda. (*ver Componente 4 ref. divulgação/comunicação destes acordos nas escolas/aldeias das TI*).

Planejamento, articulação institucional, mobilização social e realização do 2º Fórum Municipal de Pesca de Feijó (em 29 e 30 de março de 2017). Realizado com cerca de 130 participantes/dia. O público foi de associados da COPAF, membros dos grupos de manejo de pirarucu de Feijó e Tarauacá, representantes de organizações de governo envolvidas com regulação, fomento e fiscalização da pesca no Acre, pesquisadores, estudantes; lideranças das Colônias de Pescadores de outros 04 municípios do estado, além de 04 visitantes/palestrantes do Amazonas (IDSM, de Tefé e Opan/TI Paumari, de Tapauá), gerando como principais resultados:

- Carta do Fórum de Pesca encaminhada a todas as autoridades estaduais e federais vinculadas ao tema da pesca tradicional, com as principais demandas do setor e da categoria de pescadores do Acre.
- Maior conhecimento e informação dos pescadores locais sobre: 1) os acordos de pesca vigentes e limitações para uma melhor implementação; 2) resultados do manejo de pirarucu em Feijó nos últimos anos e das atividades iniciais de capacitação e organização para o manejo em Tarauacá; 3) sobre

aspectos de reestruturação de políticas públicas para o setor da pesca tradicional e os novos critérios para cadastros de pescadores profissionais e concessão do benefício de seguro defeso pelo governo federal; 4) sobre projetos modelo e sistemas de manejo participativo do pirarucu por comunidades do estado do Amazonas, dentre outras.

O Fórum de Pesca também foi promovido como espaço para capacitação, articulação com outras ONG e instituições de referência no em pesquisa e manejo de pirarucu, gerando troca de experiências com 02 comunidades do Amazonas (Tapauá (TI Paumari) e Tefé (RDS Mamirauá), que estão mais avançadas em relação ao manejo do pirarucu e na organização das cadeias de valor regionais.

Das articulações iniciadas no Fórum de Pesca tivemos desdobramentos de uma colaboração técnica pontual com Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e com a ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN) para capacitações de pescadores locais por meio de dois eventos realizados posteriormente ao Fórum de Pesca. (*ver componente 2*)

Continuidade dos processos de formação e capacitação para as aldeias indígenas de Feijó e Tarauacá no que se refere ao manejo participativo do pirarucu e das atividades inerentes à organização social da base comunitária, gerando:

Produção de material de comunicação em língua Huni Kui, com o conteúdo acordado do regimento da pesca na TI praia do Carapanã aprovado, para distribuição a todas as aldeias e escolas desta TI, como forma de promover maior divulgação das regras e da importância do controle social desta atividade pelas próprias comunidades. O material produzido é um conjunto com 09 banners com ilustrações e textos em português e na língua indígena do povo Huni Kui, além de placas sinalizadoras a serem instaladas nos acessos ou margens dos 10 lagos incluídos neste regimento, explicitando as regras de pesca específicas de cada um.

Capacitações técnicas integradas com pescadores profissionais de Feijó (12), agentes indígenas de manejo de pirarucu (10), monitores da pesca de lagos com acordos vigentes (03); técnicos e extensionistas do projeto (03) e lideranças/formadores/educadores das TI (02) abordando as etapas mais relevantes do manejo e beneficiamento do pescado e da organização comunitária para a gestão dessa cadeia produtiva, que segue em fase de organização. Os eventos de destaque foram:

- 01 curso de GPS inicial realizado na TI Praia do Carapanã para o grupo de agentes (10) do manejo de pirarucu; *RAC Tipoia em anexo*
- 01 curso teórico e prático (16 h) de operação do rastreador Lotek (em Belo Horizonte-MG, Abr./16) utilizado no estudo de deslocamento do pirarucu por técnicas de radiotelemetria dos peixes no rio Envira, ministrado para 02 técnicos de ATER do projeto. Facilitação Dr. Thiago Motta e Dr. Alejandro Giraldo Perez (UFMG). *RAC Tipoia em anexo*
- 01 capacitação prática e teste de campo sobre técnicas de indução de pirarucus para fins de captura e marcação (em Uirapuru, GO, Piscicultura Liberdade, Mar./17), para um extensionista (Tipoia) e gestor do Projeto (WWF). Com instrução do Dr. Alejandro Giraldo Perez (UFMG). *RAC Tipoia em anexo*
- 02 oficinas de formação de manejo de pirarucu realizadas na TI Praia do Carapanã com a presença de representantes do Grupo de Manejo de Feijó e da SEAPROF, garantindo maior conhecimento dos agentes e lideranças sobre as técnicas utilizadas e as etapas de manejo; *RAC Tipoia em anexo*
- 01 Intercâmbio de 05 dias realizado entre 05 indígenas da Praia do Carapanã durante a pescaria de pirarucu (Jul/16) em Feijó; *RAC Tipoia em anexo*
- 01 curso de contagem de pirarucus em lagos naturais para 34 pessoas (20h), entre pescadores, técnicos, agentes e monitores de lagos envolvidos no arranjo produtivo apoiado pelo projeto. O curso foi realizado sob a forma de uma consultoria do IDSM, que é uma instituição de referência e excelência em

manejo sustentável do pirarucu e revelou um bom nível de aprendizado e de domínio na aplicação da metodologia de contagem pela maior parte dos participantes do curso. (*Relatório Técnico IDSM específico do evento em anexo*)

- 01 intercambio na Terra Indígena Paumari do Rio Tapauá (município de Tapauá, AM) com 10 pescadores, indígenas e técnicos do Projeto Pesca Sustentável participando das atividades de planejamento, pescaria, pré-beneficiamento, conservação e embarque do pirarucu da TI Paumari, por 15 dias (144 horas, de 08 a 22 Out/17). *RAC Tipoia em anexo*

A partir das declarações e depoimentos dos participantes acredita-se que o conjunto dessas atividades vem contribuindo sensivelmente para maior apropriação e empoderamento dos dois grupos de manejo de pirarucu sobre as técnicas de contagem, captura/abate, limpeza, pré-beneficiamento/ e conservação do pescado, promovendo uma frutífera troca de experiências entre os indígenas de Tarauacá e de Feijó e também destes grupos indígenas com os manejadores de pirarucu (não-indígenas) da Colônia de Pescadores de Feijó.

Planejamento técnico e implementação operacional de mutirões voluntários para limpeza de sangradouros e de 05 lagos manejados nos municípios de Feijó (3) e Tarauacá (2), com participação dos grupos de pescadores e comunidades usuárias dos lagos.

Diversas tarefas/atividades práticas foram realizadas para implantar as decisões de reuniões, conversas específicas e ligações telefônicas entre ASKAPA e TIPOIA/WWF. Houve momentos presenciais (02 reuniões) com representantes e lideranças dos grupos de Tarauacá e Feijó para planejamento da atividade, levantamento de custos e materiais e insumos necessários, organização da equipe, mobilização social e elaboração de cronograma das atividades, dentre outras. Em Feijó, este processo se dá com a participação mais efetiva e por iniciativa própria do GMP e da COPAF, com apoio frequente da SEAPROF e TIPOIA. Já em Tarauacá, o processo de organização se deu com maior atuação técnica, visto a recente iniciação do processo de manejo na TI. De qualquer forma, o processo de planejamento da ação foi mais bem integrado entre as partes. (*registros fotográficos da atividade em anexo – RAC Tipoia*)

A limpeza de sangradouros consiste em retirar obstáculos maiores q estão no curso destes acessos, durante os meses de novembro e dezembro. A limpeza de lagos (parcial) inclui o corte manual de touceiras com o nível do lago ainda baixo e, após conexão do rio com o lago (nos períodos de lago vazante) é realizada a retirada por arraste de parte da vegetação aquática superficial e capins da zona mais central do lago. É recomendável quando mais de 80% da área útil do lago está serrada/suja, mas deve-se sempre deixar de 30 a 40% do lago com vegetação nas margens, que será importante para garantir locais de maior proteção e alimentação dos alevinos e juvenis das “ninhadas” de pirarucus. As limpezas facilitam a observação e contagem populacional dos pirarucus pelos pescadores, aumenta a área de lamina d’água dos lagos, reduzindo os efeitos/riscos de eutrofização dos ambientes aquáticos, favorecendo assim a reprodução de várias de espécies de peixes de interesse da pesca de subsistência e pode diversificar ou favorecer o aumento das fontes alimentares do pirarucu e para as comunidades ribeirinhas.

Da atividade realizada entre Dez/16 e Fev/17 resultou:

- Sangradouros de 03 lagos foram desobstruídos e limpos na TI Praia do Carapanã;
- Limpeza de 02 de lagos manejados na TI Praia do Carapanã
- Limpeza de 06 sangradouros de lagos manejados em Feijó realizada (Lago Sabiaguaba, Lago Extrema, Lago Cancão, Lago Pedro Paiva, Orelha e Santa Júlia).
- Agentes e lideranças indígenas da TI Praia do Carapanã com maior conhecimento sobre as técnicas e procedimentos básicos de limpezas de lagos e sangradouros.

Visitas de assessoria técnica ao monitoramento comunitário dos lagos – com formação e assessoramento dos agentes voluntários de monitoramento da pesca e dos lagos manejados em Feijó. Essa atividade fortalece e promove a maior integração dos técnicos de ATER (da TIPOIA/WWF e da SEAPROF) no processo de monitoramento e formação dos monitores de pesca de 05 lagos manejados. Além de proporcionar o acúmulo de conhecimento dos agentes no uso da ferramenta, as visitas de ATER em campo buscam sempre fortalecer a aprendizagem nos momentos presenciais.

O monitoramento dos lagos manejados foi iniciado em janeiro/15, com um processo de 04 Oficinas de formação resultando em um grupo de 06 agentes comunitários capacitados e incluídos nas atividades de manejo de pesca. Nessas oficinas cada monitor pode falar um pouco sobre a atividade que estava executando, incluindo pontos positivos e negativos. A possibilidade de ajudar a comunidade é um dos elementos mais presentes na fala dos monitores, uma vez que o acompanhamento da pesca pode influenciar no cumprimento dos acordos e manter o estoque do pescado, garantindo assim a manutenção das espécies que asseguram a pesca de subsistência. Outro fator importante destacado foi a baixa participação dos pescadores, que por muitas vezes não se sentem motivados e confortáveis ou ficam com receio em responder as perguntas.

O período de capacitação foi seguido aplicação de 03 testes de campo, mas foi temporariamente interrompido em agosto/15 por dificuldades do WWF na operacionalização de apoio logístico regular (insumos e materiais básicos) aos monitores voluntários.

Os esforços de monitoramento dos lagos foram retomados a partir de março/16 e duraram até dezembro/17, mediante novo acordo entre 05 destes monitores e a coordenação do projeto. Em 2016 o projeto apoiou os monitores com uma cota de combustível semanal (variando de 02 a 10 litros/monitor/semana, a depender da necessidade real de cada um) usado tanto para garantir os deslocamentos de suas residências até os lagos e abastecer os geradores próprios usados para recarregar os smartphones.

De forma complementar o WWF Brasil viabilizou com recursos próprios (contrapartida UK) uma ajuda de custo simbólica para incentivar a continuidade e regularidade das ações dos monitores (= R\$ 50,00/ cada semana com atividades do monitoramento realizadas).

Nesse período o grupo continuou recebendo um suporte técnico do mesmo consultor, que desenvolveu os formulários de monitoramento, a configuração do aplicativo nos smartphones e o treinamento inicial do grupo para uso da ferramenta (Eng. Stoney Nascimento). Em Set/16 um técnico do WWF e um extensionista da Tipoia foram treinados para realizar as operações de transferências de registros dos smartphones para notebooks, que produzem planilhas com os dados coletados, que são posteriormente analisadas para verificar em que medida os acordos de pesca estão sendo respeitados ou se estão gerando algum efeito positivo sobre a diversidade, tamanhos médios e abundância das espécies de peixes nestes ambientes.

Os resultados analisados recentemente pelo consultor foram obtidos de 2015 a 2017 e vieram de 274 registros de pesca (formulários) aplicados no período, em 05 lagos (Sabiaguaba, Pedro Paiva, Orelha, Sacado e Sta. Julia). OS resultados apontam que as espécies com maior pressão de pesca tem sido Curimatã (*Prochilodus lineatus*) e Branquinha (*Psectrogaster amazonica*). Os lagos Sabiaguába, Sacado e Orelha são os que tem sofrido um uso mais intensivo dos pescadores. As informações referentes aos lagos mais visitados podem ser utilizadas no planejamento de comando e controle, onde o órgão competente pode intensificar o processo de fiscalização nesses. Foram comunicadas pelo monitores algumas denúncias sobre a pesca predatória e ilegal do pirarucu, fora do período da despesca. Apesar deste aspecto fiscalizatório não ser o fio condutor principal do monitoramento, as denúncias foram repassadas pela COPAF ao órgão ambiental competente para providências ou advertências aos infratores. ([ver Relatório Técnico Stoney Nascimento](#))

Atividades de mobilização, planejamento e assessoria dos grupos de manejo nas contagens de pirarucus.

02 Encontros/reuniões com o Grupo de Manejo e a Colônia de Pescadores de Feijó para planejamento das contagens em Abril/2016 e Junho/2017;

02 encontros com lideranças e agentes das aldeias indígenas na TI Praia do Carapanã para planejamento e organização da atividade, resultando em: Planejamentos anuais da operação com agendas/datas e tarefas preparatórias pactuadas junto aos grupos de manejo em Feijó e Tarauacá; pescadores mobilizados e informados sobre a agenda e levantamento das necessidades de materiais, insumos e manutenções de equipamentos e embarcações e apoio aos processos de cotação para aquisição dos insumos necessários para as expedições de contagem;

Atividades de acompanhamento (assessoria, monitoramento e sistematização de resultados) dos grupos de manejo durante a contagem dos pirarucus nos lagos de Feijó e Tarauacá. Foram realizadas no prazo previsto. Além da contagem realizada nos lagos manejados em Feijó, foi possível realizar 02 ciclos de contagem (com um viés também formativo) na TI Praia do Carapanã (onde constatou-se um aumento de 14% no número de peixes observado nos 03 lagos de manejo do pirarucu). A organização dos processos de contagem tiveram uma melhoria no aspecto da coletividade, pró-atividades e envolvimento/dedicação dos agentes indígenas envolvidos. Também tem sido registrado pelos extensionistas e comprovado pela ocasião do curso de contagem do IDSM, que um maior conhecimento da técnica de contagem já foi adquirido pelos agentes da TI Praia do Carapanã. Em Tarauacá, espera-se do grupo a realização de uma nova contagem de pirarucus, nos 3 lagos em que a espécie está presente na TI, concluída até o final de outubro, com assessoria técnica da TIPOIA e dos pescadores mais experientes do Grupo de Feijó.

Os principais resultados de 2016/17 foram:

Relatórios e listas de presença da contagem realizada em lagos do Rio Envira e do rio Tarauacá ([RAC 2.7.1](#); [RAC 2.7.2](#) e [RAC 2.7.3 da TIPOIA, em anexo](#));

Relatório de solicitação de quota elaborado e encaminhado ao IMAC para licenciamento da captura de 20 pirarucus adultos em 2016; Tabela de contagem nos lagos de Feijó e Tarauacá atualizada.

Dentre os produtos gerados estão as planilhas de registro e sistematização das contagens realizadas em 2016 e 2017 (em anexo), apontando para uma manutenção dos estoques de pirarucu de um ano para outro, com redução na tendência de queda no número de peixes que vinha sendo observada em anos anteriores.

Considerando que o nível populacional da espécie focal continua abaixo do que fora planejado/esperado originalmente e que a meta de ter 04 toneladas de pescado comercializado no período do projeto já fora superada com a pescaria de 2016, os parceiros institucionais (WWF, SEAPROF E COPAF) em acordo com o grupo de manejo de Feijó decidiram suspender as atividades de pesca de pirarucu em 2017. Essa medida visa favorecer a uma retomada no aumento do número de peixes nos lagos para 2018. Entretanto essa condição dependerá também da atitude cooperativa das comunidades ribeirinhas, dos pescadores urbanos que não são membros do grupo de manejo, mas, sobretudo de uma atuação mais intensiva do IMAC e Polícia Ambiental na fiscalização dos lagos com acordos de pesca vigentes e em atividades educativas com as escolas ribeirinhas, esclarecendo a população local sobre as regras dos acordos e as restrições de período, espécies e dos apetrechos de pesca estabelecidos na legislação ambiental e setorial.

Planejamento técnico e organização logística da pescaria do pirarucu em 2016.

Realizado 01 encontro/reunião com pescadores do grupo de manejo de Feijó, para planejamento operacional e técnico da despesca. O grupo mostrou-se mais preparado e participante nas discussões do manejo e entre seus membros foram reduzidos/dirimidos os conflitos internos que comprometiam o desenvolvimento do grupo. De maneira geral, os pescadores demonstram estar entendendo melhor as responsabilidades, possibilidades e limites de cada instituição apoiadora. Os resultados de destaque foram: 01 Planejamento e cronograma pactuado junto aos pescadores e técnicos envolvidos em Feijó; Garantido o nivelamento de todos envolvidos quanto a demandas de materiais, insumos e serviços/manutenções e equipamentos necessários para garantir a segurança das expedições de contagem; Definidos segundo critérios técnicos e legais quais os lagos com possibilidade de pesca, das quotas de pesca a serem solicitadas por lago, definição da equipe e papéis/responsabilidades de cada técnico na expedição.

Acompanhamento (assessoria, monitoramento e sistematização de resultados) e registro da pescaria de pirarucu 2016 nos lagos em Feijó;

A atividade foi realizada com as diretrizes, procedimentos e acordos de participação estabelecidos no Regimento Interno do Grupo de Manejo, que foi pactuado e assinado pelos pescadores em Abril/2016. A participação do WWF e dos extensionistas da TIPOIA teve também um objetivo de monitorar a adesão e nível de implementação das práticas do regimento pelos pescadores do grupo; realizar um teste o sistema de pontuação por participação individual, criado pelos pescadores como parte do regimento. Outros resultado obtidos foram:

- 02 Relatórios da Pescaria do Pirarucu (*RACs TIPOIA de 2016 e 2017*); 02 planilhas de Balanço de captura (2016 e 2017) dos lagos de Feijó; memórias das reuniões de avaliação participativa da pesca em Feijó; 01 Quota de 20 peixes autorizada pelo IMAC e 20 lacres de identificação de pescado manejado concedidos pelo IBAMA Acre 2016.

Apesar do IBAMA ter autorizado a captura de até 05 pirarucus em 02 lagos da TI Nova Olinda, o WWF e parceiros acordaram por medida de segurança, em não realizar a despesca nesses lagos indígenas, devido ao dossiê técnico dos acordos de pesca da TI Nova Olinda ainda não estarem protocolados junto ao Ibama naquela ocasião (o que aconteceu em Out/2016) e o processo de tomada de decisão das aldeias sobre quais lagos seriam reservados ao manejo do pirarucu e quais não seriam, ainda estava em fase final de andamento nas 05 comunidades daquela TI.

Alguns problemas/desafios observados na etapa de comercialização do pirarucu manejado de 2016:

Necessidade dos pescadores em obter o retorno financeiro da pescaria em curtíssimo prazo e problemas de diálogo entre a colônia, a equipe técnica e os pescadores, que decidiram sobre os preços e o mercado de destino preferencial para o produto sem uma consulta prévia e sem chances dos apoiadores se posicionarem. Essa decisão contrapôs alguns acordos estabelecidos, justificado pela busca de um retorno imediato ao pescador, sem antes avaliar diferentes cenários de venda ou prospectar nichos de mercado (ainda que locais/regionais) como opções de venda com um melhor preço e maior retorno aos pescadores.

O imediatismo para a comercialização do produto sem um planejamento prévio, deveu-se em parte ao fato do benefício seguro defeso estar suspenso para todos os pescadores de Feijó e ao fato do produto ser vendido na forma de mantas salgadas, gera uma perda de peso constante do produto, prejudicando o rendimento da venda que estará associada ao tempo transcorrido entre a data de desembarque do pescado no município e a data efetiva de venda.

Diferentemente dos outros anos, observou-se ou “retrocesso” no engajamento e na energia do grupo para

fazer a comercialização do pirarucu em forma de pratos típicos da culinária local, durante a Feira do Açaí (tradicional). Assim, em 2016 não houve demanda da COPAF por um espaço/stand específico na Feira do Açaí, para a venda de pirarucu. Também não houve iniciativa própria ou motivação de todos os pescadores do grupo para realizarem coletivamente tal investida, em parte devido à venda de grande parte da produção antes do evento.

Baixo (ou nulo) o nível de aproveitamento, tratamento e venda de outras partes do pirarucu nativo captura, como escamas, couro, ossos, vísceras, gordura etc com aplicação possível de sub-produtos que poderiam agregar maior valor à atividade e favorecer a inclusão de ribeirinhos na cadeia de valor da pesca. Esse aspecto deverá ser mais incentivado pelo WWF nos próximos anos, buscando novos mercados para esses produtos e promovendo inclusão de moradores das comunidades ribeirinhas em capacitações (de artesanato, tratamento de couro, etc), para fomentar um melhor rendimento do pirarucu de manejo, a partir de reaproveitamento de resíduos que são descartados no atual sistema de pesca (principalmente couro e escamas).

COMPONENTE 3 – CERTIFICAÇÃO MSC da PESCARIA de PIRARUCU NATIVO MANEJADO

Produto 2.3: Desenvolvimento de um padrão para certificação do pirarucu manejado e sua aplicação na área de abrangência do projeto.

ATIVIDADES e RESULTADOS em 2014-2015 – Início do processo de certificação MSC, com auditoria inicial, elaboração e implementação inicial do FIP. Relato com base nos relatórios de consultoria de VMD Assessoria Pesqueira (CON1087) e Original Amazon (CON554-2015 AD).

Durante a despesca de 2014 foi realizada uma avaliação inicial de uma equipe do MSC para averiguar o potencial de certificação deste sistema de pescaria. Essa avaliação preliminar foi favorável e a equipe de especialistas indicou WWF e seus parceiros locais as diretrizes para iniciar o desenvolvimento de um plano de melhoria da pescaria de pirarucu de Feijó, finalizado e posto em andamento ao longo de 2015. [\(ver Relatório de Avaliação do do FIP pela VMD/MSC de Abril/2016, em anexo\).](#)

As principais atividades assessoradas pelo Projeto, visando o resultado acima foram:

- Instituições identificadas e FIP elaborado (Maio/15);
- Avaliação do status das ações realizadas em Jul., Set. e Nov./2015;
- Minuta do Memorando de Entendimento analisada e revisada pelo governo do estado do Acre (dez/15).
- Iniciado (Out/15) iniciativa localmente pioneira de Marcação & Recaptura e Telemetria do *Arapaima gigas* (**Autorização SISBIO-MMA 50194-1/2015**), com objetivo de definir padrões, hábitos e/ou distâncias de deslocamento entre lagos destas espécie na bacia do rio Envira.
- Equipamentos LOTEK, tags Hallprint e insumos adquiridos. Parceria efetivada com UFMG e CEFET/MG (Ago./15) e primeira missão de campo de marcação externa e teste de radio transmissores realizada (Nov./15);
- Oficina de contagem nos lagos do Envira (Jun/15 e Out/2015), na TI Praia Carapanã com apoio dos contadores Feijó (Set./15).

- Apoio ao planejamento de 2 oficinas para encaminhar ações do FIP (Maio e Jul./15).
- 1ª reunião com as instituições envolvidas (Ago/15).
- 1ª e 2ª Oficinas de construção do Plano Integrado de Fiscalização realizada (Set. e Out./15).
- Participação do IMAC e do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) na Assembleia Geral da Colônia (Nov./15) para esclarecimentos aos pescadores município sobre as questões ambientais relacionadas ao período de defeso da pesca, proibição da pesca do pirarucu sem acordos de pesca comunitários, as penalidade para infratores autuados por pesca ilegal do pirarucu e apresentação das regras dos acordos de pesca e de manejo do pirarucu, que haviam sido recentemente aprovadas pelo IMAC.

A pré-avaliação da empresa VMD Consultoria e Assessoria Pesqueira (realizada em 2014) identificou sete principais fontes de não conformidade [ver FIP], mas apontou que embora houvessem alguns problemas, a pescaria apresenta um alto potencial para certificar-se de curto ou médio prazo, desde que as devidas correções sejam realizadas através do FIP. Em Fev./2015 foi realizada uma expedição de campo com profissionais do MSC para orientar no desenvolvimento do FIP. A elaboração do plano foi coordenada pelo WWF Brasil e pela empresa VMD Consultoria, que possui alto grau de experiência em processos de certificação MSC para pescarias marinhas e está em cooperação com WWF Brasil neste teste de aplicação dos padrões no sistema de pescaria de água doce da Amazônia (Feijó, AC).

O FIP foi desenvolvido com consulta e envolvimento dos parceiros e iniciado efetivamente em maio de 2015 através de articulações com as agências de governo, com os pescadores e mediante contatos iniciais com pesquisadores da Universidade Federal do Acre, do Pelotão Ambiental e da empresa/frigorífico Peixes da Amazônia. Neste processo, coube a WWF Brasil designar um consultor pleno (Sr. Dirceu Madson) que atuou intensivamente (Abr. a Dez./2015) como um assessor operacional do WWF Brasil na execução do FIP nos seus mais diversos aspectos.

O relatório de pré-avaliação da certificação indicou que 7 dos 27 princípios observados para certificação MSC de uma operação de pesca não estavam satisfatoriamente atendidos (ou seja, com menos de 80% de avanço, que é o mínimo exigido para a certificação inicial). Assim sendo, o FIP teve foco em ações corretivas para atendimento desses critérios e princípios mais problemáticos. É composto por 06 ações práticas elaboradas de forma a promover melhorias no desempenho ambiental e gerencial da pesca do pirarucu. O projeto divide-se em três segmentos, a saber: (1) implementação do FIP; 2) resolução de problemas de natureza técnica; 3) resolução de problemas de natureza política e institucional.

Segmento 1 – criação e implementação do FIP: visa fornecer os passos básicos para o desenvolvimento e implementação do plano de ação. Ações que abordam os líderes do projeto, os parceiros e as demais partes envolvidas, bem como a assinatura de um Memorando de Entendimento para gerenciar as ações do FIP. Estas ações servem para identificar o nível de adesão (e envolvimento) das instituições envolvidas com a proposta de se promover melhorias na pescaria.

Segmento 2 – resolução de problemas de natureza técnica: O segmento é composto por duas ações estruturadas para preencher lacunas de conhecimento referentes aos aspectos migratórios do pirarucu bem como reduzir incertezas na avaliação dos estoques (contagens). Dos três segmentos do FIP, este é o mais facilmente controlável e gerenciável, porque é abordada neste segmento apenas a resolução dos problemas técnicos identificados na pré-avaliação.

Segmento 3 – resolução de problemas de natureza política e institucional: Este segmento do FIP busca promover melhorias no quadro de gestão da pesca, o que envolve articulação dos atores para: (1) solucionar os entraves burocráticos existentes entre o IBAMA e IMAC no que toca a revisão e publicação dos acordos de pesca; (2) desenvolver e implantar um plano de fiscalização não apenas dos lagos manejados, mas também das áreas adjacentes, uma vez que a pesca ilegal em lagos próximos pode vir a influenciar na situação do estoque nos lagos manejados, bem como (3) documentar o processo de

tomada de decisão e os mecanismos de resolução de conflitos, definindo-se a forma e periodicidade das reuniões, participantes, formas de resolver impasse, definição de pauta etc.

O consultor desempenhou com excelência o plano de trabalho e apresentou em Dez/15 um relatório de consultoria (anexo extra) bastante consistente e detalhado com o estado atual da implementação do FIP, indicando tanto as ações corretivas que tiveram melhor desempenho e efetividade no período, como as pendências que permanecem para próxima fase do trabalho. Um novo contrato foi negociado para continuidade da assessoria técnica ao FIP em 2016. O relatório da VMD foi diagramado e ilustrado de acordo com padrões editoriais da rede WWF e publicados pelo WWF Brasil em Jan/16 (apenas em versão digital). O FIP foi encaminhado para conhecimento das principais autoridades estaduais, federais da pesca e para as Colônias de Pescadores de outros municípios do Acre. *(Enviado em 2016 como anexo ao Relatório de Desempenho 2)*

ATIVIDADES e RESULTADOS em 2016-2017 – Relato baseado nas consultorias da VMD Assessoria Pesqueira (CON737-2016); Working Ltda (CON803-2016); Original Amazon (CON809-2016) e Dirceu Madson (CON992-2016).

As primeiras atividades no início de 2016 foram: 1) a recontração do consultor Dirceu Madson, assessor do projeto para acompanhamento e apoio à implementação e desenvolvimento do FIP pirarucu e 20 contratação de auditor para realização de uma avaliação parcial da implementação do FIP ao longo de 2015 e atualização da pontuação (score) dos indicadores para certificação MSC, conforme evidências apresentadas dos sub-projetos do FIP que tiveram maior avanço no primeiro ano da implementação.

A 2ª avaliação parcial do FIP foi realizada em Abr/2016, através de uma consultoria que durou cerca de 40 dias, com 04 dias de levantamentos de documentos e entrevistas e o restante do período em análise e elaboração do relatório de avanços (de Maio/2016). Durante a estadia do consultor em Rio Branco foram realizadas três reuniões, sendo duas delas com a equipe da WWF-Brasil e uma incluindo todos os parceiros que atuam diretamente no Programa (WWF, IMAC, SEAPROF, BPA e Colônia de Pesca Z-04). Posteriormente o consultor analisou a documentação obtida e atualizou o texto e quadros de score dos padrões de seu relatório de 2015, destacando sobre o favorável ritmo de implementação do FIP, tendo sido destacados como principais resultados:

- Avanços na governança. Termos de Colaboração entre WWF Brasil e Governo estavam minutados e analisados pela PGE; Regimento Interno do Grupo de Manejo de Pirarucu elaborado e pactuado/assinado entre e organizações interessadas;
- Avanços no estudo de deslocamento do pirarucu. Consultorias de 02 especialistas recontraçadas com aval do BNDES (Nota AMA-DEFAM-GEFAM5); Treinamentos de técnicos locais para operação do equipamento realizada em Mar./16; Nov./16 e Mar./17
- Equipamentos próprios do WWF Brasil foram importados (R\$ de contrapartida WWF Brasil). 02 consultorias de especialistas (1 em biologia do pirarucu e 1 técnicas de rádio telemetria de peixes) estavam em tramite de contratação. OS recursos para 2ª expedição de marcação estavam assegurados dentro do POA 2016 do projeto e os parceiros e pescadores mostravam-se motivados e interessados em seguir com o apoio a este estudo.
- Avanços iniciais no desenvolvimento e pacto entre parceiros pelo plano de proteção dos lagos e áreas ribeirinhas do rio Envira. A etapa final de desenvolvimento do plano de proteção ocorreu com realização de 03 reuniões (Abr; Jun e Set/16), convocadas e conduzidas pelo WWF Brasil com suporte técnico e facilitação pelo consultor Dirceu Madson e participação da COPAF, BPA e IMAC. Entretanto a participação do Ibama não foi possível por limitações no quadro técnico do órgão e baixa

prioridade dada ao licenciamento e fiscalização da pesca localmente.

Entretanto, tivemos como ponto desfavorável do FIP a baixa implementação do Plano de Proteção dos lagos manejados e pesca no Envira, que não avançou satisfatoriamente, principalmente pelo fato de que o IMAC e o BPA passaram por uma crise orçamentária severa e não dispuseram de recursos próprios em 2016 ou 2017 para execução de suas responsabilidades dentro do pactuado nos encontros de planejamento das ações de proteção dos lagos e de fiscalização dos acordos de pesca.

Assim, considera-se que a implementação do plano de proteção ainda está em estágio inicial, com apenas 01 visita do BPA e COPAF realizada (Mar/16) em escolas e comunidades ribeirinhas, para uma atividade educativa e informativa sobre os regulamentos e regras dos acordos de pesca aprovados pelo IMAC em 2015. Essa ação de fiscalização teve duração de 04 dias, com 03 policiais envolvidos na realização de 02 palestras em escolas e 01 reunião comunitária com pescadores/usuários dos lagos Santa Julia e Orácio, com presença também da diretoria da COPAF e do consultor do WWF Brasil. *(Relatório Dirceu Madson, em anexo)*

As demais operações de fiscalização educativas e coercitivas que estavam planejadas para 2016/17 foram adiadas devido à: 1) impossibilidade de financiar as despesas dos fiscais ambientais do IMAC e dos policiais ambientais (BPA) com recursos do Projeto Pesca Sustentável, uma vez que são funcionários públicos estaduais e existem restrições contratuais quanto a custeio deste tipo de despesas pela parceria WWF Brasil & Fundo Amazônia/BNDES; 2) indisponibilidade de recursos do IMAC, do BPA ou da SEMA-AC para custeio dos deslocamentos e diárias dos servidores públicos demandados; 3) impossibilidade dos servidores participarem das atividades do Plano de Proteção pactuado no Âmbito do Pesca Sustentável sem custeio de suas diárias pelos órgãos ambientais responsáveis.

Sobre a continuidade e ampliação do estudo de deslocamento do pirarucu nos lagos do Rio Envira foi alcançada com a realização das seguintes atividades:

01 capacitação teórica e prática no uso do rastreador Lotek (em mar;/16), que proporcionou treinamento de 2 extensionistas pelos 02 consultores especialistas em marcação e rastreamento dos peixes);

01 reunião de planejamento (BHZ, Agosto/2016) facilitada pelo gestor do WWF com os 2 consultores especialistas, 01 técnico extensionista e 01 representante do grupo de manejo. Nessa ocasião se discutiu as adaptações necessárias para a próxima campanha de marcação tanto em termos de procedimentos e organização dos pescadores para o trabalho como em termos de melhorias possíveis na estrutura de campo (plataforma, flutuadores, canoas etc), visando maior agilidade e segurança nessas tarefas e menor índice de mortalidade dos peixes após as cirurgias rápidas de instalação dos radiotransmissores e fixação das tags numeradas nos indivíduos capturados.

01 atividade de campo para teste prático conduzido na Fazenda de Piscicultura Liberdade, Uirapuru-GO, em março/2017) para se testar a praticidade e avaliar efetividade de duas técnicas alternativas (bolhas de ar e luz estrobo) de indução do deslocamento em pirarucus adultos, com objetivo de desenvolver um método mais apropriado que a batção para captura, de forma que se gere menor stress dos peixes e maior segurança no trabalho do pescador durante os procedimentos de captura e contenção dos pirarucus a serem marcados.

01 campanha de marcação de peixes no Lago do Orácio (5 a 25/Nov/2016), que é um ambiente prioritário para GMP e WWF continuarem os estudos de deslocamento do pirarucu). Dessa expedição resultou a marcação (com tags) de mais 5 peixes em 2016 e instalação de radio-transmissores outros 2 pirarucus. Esta expedição resultou também na sensibilização da liderança local principal para convocar os moradores locais a se reunirem e discutir sobre a necessidade de se aprovar um acordo de pesca específico para o Lago do Orácio. Este novo Acordo de Pesca foi facilitado pela TIPOIA e COPAF. As regras e restrições de uso do lago definidas com os pescadores usuários do lago, abrangendo cerca de 20 famílias da comunidade Porto Rubinho e adjacências, em duas reuniões posteriores (Dez/16 e Fev/17). A minuta do

texto para o novo Acordo de Pesca e o Ofício de demanda da COPAF foram protocolados no escritório do IMAC de Feijó em Set./17, tendo sido o processo transferido para o IMAC de Rio Branco somente em Out/17 e segue em análise técnica da equipe de manejo de fauna silvestre deste órgão ambiental, com expectativas de aprovação/publicação nos próximos semanas/meses.

Sobre a recomendação de desenvolvimento e implementação de um Plano de Capacitação Continuada de Contadores de Pirarucu, o WWF Brasil procurou em Abril/2016 a colaboração do IDSM, para realização de um curso prático de aplicação do método de contagem com 28 participantes (pescadores do GMP, agentes de monitoramento e ribeirinhos/comunitários) de Feijó e Tarauacá e com suporte técnico/logístico dos 03 extensionistas da SEAPROF e TIPOIA.

Na avaliação prática do curso, todos os pescadores participantes foram aprovados com notas acima de 90% no teste de contagem supervisionado pela equipe do IDSM. Isso comprovou a habilidade dos pescadores locais para identificar as boiadas dos pirarucus e o entendimento do método e sua forma de aplicação prática. Dessa forma, um programa de capacitação de contadores de pirarucu pôde ser adiado temporariamente dentro das prioridades atuais do sistema de manejo de Feijó.

O WWF Brasil ainda tem interesse em desenvolver este produto em cooperação com IDSM, mas aguarda um posicionamento (ou revisão) do MSC sobre esse item do FIP especificamente, dados os resultados do curso realizado em 2017 e a necessidade de fortalecer previamente a interação da COPAF com as comunidades para incentivar a formação de novos grupos de interesse (público-alvo) entre os moradores ribeirinhos do Rio Envira e das comunidades indígenas da TI Nova Olinda.

Consideradas as prioridades indicadas na avaliação parcial do FIP, ao longo do 2º semestre de 2016 e até Out/2017, as principais atividades e resultados foram:

Sobre o estudo de deslocamento da espécie por técnica de rádio telemetria foram continuadas as viagens técnicas para rastreamentos periódicos dos pirarucus marcados pelo técnico habilitado da TIPOIA em Dez/16, Fev/16, Jun/17, Out/17 e Dez/17. Os peixes marcados continuam residentes nos mesmos lagos onde foram capturados, apesar de ter sido reportado pelos pescadores do lago Formoso mais de 20 dias de conexão lago-rio na cheia de 2016/17 e, no Lago Orácio (mais alto), cerca de 06 dias de conexão lago-rio. Isso demonstra que até esta etapa do estudo os pirarucus têm demonstrado comportamento sedentário e que os lagos estão bem conservados em termos de alimentação e baixo nível de perturbação humana para os grupos de pirarucu residentes neste 02 lagos. Até momento nenhum dos peixes marcados ao final de 2016 foi capturado por pescaria ilegal durante 2017. Uma 3ª expedição está a/em negociação com o consultor especialista para maio/2018, afim de realizar um novo esforço de marcação (14 dias) em dois novos lagos que possuem maiores densidades populacionais observadas nas contagens de Junho/17 e Abril/18.

Sobre a análise dos ambientes aquáticos e sexagem dos pirarucus marcados, realizada pela consultoria Original Amazon Ltda (Dra. Rossana Venturieri), essas atividades foram conduzidas em Nov/16 a Fev./17 paralelamente e as atividades ocorreram concomitantemente ao plano de trabalho da consultoria Working Ltda. (Dr. Alejandro Giraldo), que, por sua vez, teve foco na aplicação das técnicas de marcação e rastreamento por rádio telemetria de peixes e em capacitação de pescadores e técnicos. A coleta de sangue realizou-se normalmente, ressaltando-se que a sexagem de animais jovens não tem um grau de eficácia elevado porque animais juvenis nem sempre têm níveis baixos dos hormônios sexuais detectáveis pelo método. As análises das amostras de sangue coletadas de 11 pirarucus marcados em 2015 e 2016 foram realizadas no Laboratório do Departamento de Fisiologia de Peixes, do Instituto de Biociências da USP.

Para auxiliar no conhecimento dos lagos manejados e começar a produzir dados para estudos mais abrangentes, também foram tomadas amostras de zooplâncton dos lagos Orácio, Formoso, Sabiaguaba e Tomé. De maneira geral, verificou-se a elevada produtividade zooplanctonica desses lagos, com abundante alimentação para alevinos de pirarucu (avaliação qualitativa na data da coleta), importante no

período de pré-desova e desova. *Tabela de resultados das análises de sangue e do plâncton em anexo, no Relatório de Acompanhamento 3 da consultoria.*

O almejado selo de certificação MSC ainda não foi alcançado para o sistema de lagos inseridos no escopo do FIP, mas a implementação do FIP foi bastante satisfatória nos dois primeiros anos do processo. O WWF Brasil e seus parceiros acreditam que estamos a 80% do caminho necessário para se obter certificação inicial da operação de manejo do pirarucu de Feijó.

Em 2017, através da VMD Assessoria pesqueira o WWF Brasil tomou conhecimento do lançamento de uma iniciativa (Fishery Progress) para apoiar o desenvolvimento e monitoramento de FIP e da certificação MSC em todo o planeta (- <https://fisheryprogress.org/>) e o plano de melhoria da pescaria do pirarucu do Envira foi cadastrado e disponibilizado aos usuários e visitantes.

Algumas incertezas quanto a capacidade do produto artesanal da COPAF, mesmo tendo a pescaria de origem certificada pelo MSC, possa acessar no médio prazo mercados internacionais ou nichos do mercado nacional mais exigentes e valiosos, sem antes conduzir um rigoroso processo de estruturação física, de capacitações em processamento seguro de alimentos e implementação de várias adequações nas formas de pré-beneficiamento, transporte e conservação atuais da produção, que ainda são rústicas e

Assim como na maioria das iniciativas de manejo sustentável do pirarucu amazônico, a disparidade entre as normas e legislação vigentes e a realidade das comunidades amazônicas em termos de condições sanitárias “ideais” no processamento do pescado ainda é um dos principais desafios para que o pirarucu nativo legal alcance padrões mínimos para obtenção de selos de inspeção sanitária estadual (SIE) ou federal (SIF). Além disso, outro desafio é conduzir um estudo de mercado e definir procedimentos técnicos de prospecção de mercados para os “subprodutos” do pirarucu (couros, escamas, vísceras, cabeça etc), que permitam uma utilização mais integral dos peixes abatidos pelos pescadores e suas organizações.

A próxima avaliação de andamento do FIP pela VMD/MSC está sendo planejada para 2018. (parceria WWF Brasil & WWF UK).

Componente 4 – COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Atividades em 2014-2015 - AV Filmes (CON 533-2015) e atividades da equipe WWF Brasil

De forma a ampliar a comunicar avanços e informações técnicas do Projeto Pesca Sustentável, a comunicação do WWF-Brasil desenvolveu uma série de atividades jornalísticas no ano de 2014 e 2015. Em 2014 consistiu da criação de uma página de internet para o projeto, hospedada e acessada através link/banner na página do WWF Brasil, onde foram publicadas as primeiras notícias da contratação do projeto, disponibilizado o contrato firmado entre BNDES/Fundo Amazônia e o WWF Brasil.

Ainda no primeiro trimestre de 2015 foi elaborado um plano de comunicação que especificou os objetivos, públicos-alvo e mensagens-chave do projeto, assim como um plano de ações que previu atividades mensais de comunicação.

A partir do documento foram desenvolvidos/conduzidos os seguintes produtos/processos :

- Melhorias e manutenção da landing page do Projeto no site do WWF-Brasil elaborados;
- Produção de oito textos sobre o projeto, publicados no site do WWF-Brasil;
- Produção de dois vídeos, um para o dia do pescador e outro para o dia da Amazônia;

- Divulgação da iniciativa para a imprensa. Ao todo foram publicadas 60 matérias em veículos de comunicação locais, nacionais e internacionais no ano de 2015, fruto do trabalho de assessoria de imprensa da comunicação do WWF-Brasil, que tiveram um valor de mais de R\$ 120 mil reais, caso fossem comercializadas no mercado publicitário. Destaque para as matérias publicadas no site da revista Época e no site G1.
- Com consultoria da AV Filmes (CON533-2015) o projeto proporcionou suporte técnico especializado ao desenvolvimento de três materiais impressos: sendo 1 cartilha de manejo do pirarucu e 1 calendário de produção das populações indígenas apoiadas pelo Projeto, destacando a importância do manejo do pirarucu em suas terras e de uma publicação com o título “Plano de Melhoria para a Certificação da Pesca do Pirarucu em Feijó” que foi tecnicamente finalizada e revisada (Dez/15) e a disponibilização destas publicações no site do Projeto a partir de Fev/16. Além disso, este contrato possibilitou o trabalho de um cinegrafista profissional (Sr. Silvio Margarido) na documentação audiovisual da pesca do pirarucu em Julho/2015, onde foram obtidas imagens das atividades em fotos e vídeos de alta resolução e gravados depoimentos de vários participantes. Parte deste material também foi usado nos vídeos produzidos posteriormente, também para ilustrar as matérias do WWF Brasil sobre o projeto e em atividades de integração dos pescadores. Todo material segue armazenado no servidor/banco de imagens do WWF Brasil para uso em produtos de comunicação futuros.
- Divulgação de ações iniciais do projeto para a comunidade acadêmica/científica com a elaboração de 02 artigos sobre o monitoramento participativo da pesca e do pirarucu nos lagos manejados e envio para publicação em revista/periódico internacional, com autoria do gestor do projeto naquele ano. (Dr. Oviedo, A.F.P.)

<http://forestcompass.org/case-studies/community-monitoring-and-management-arapaima-fish-acre-brazil>

- “White paper” elaborado por WWF e VMD após avaliação inicial da certificação

[https://wwfbrasil649-](https://wwfbrasil649-my.sharepoint.com/personal/moacvr_wwf_org_br/_layouts/15/guestaccess.aspx?docid=022d6d0e856fb4e3b97183d31d5a2d2da&authkey=Ae8GswxAK1Hicx5tOv_OMz4&e=e31f8befe9ac485f806d3f0c9f145bae)

[my.sharepoint.com/personal/moacvr_wwf_org_br/_layouts/15/guestaccess.aspx?docid=022d6d0e856fb4e3b97183d31d5a2d2da&authkey=Ae8GswxAK1Hicx5tOv_OMz4&e=e31f8befe9ac485f806d3f0c9f145bae](https://wwfbrasil649-my.sharepoint.com/personal/moacvr_wwf_org_br/_layouts/15/guestaccess.aspx?docid=022d6d0e856fb4e3b97183d31d5a2d2da&authkey=Ae8GswxAK1Hicx5tOv_OMz4&e=e31f8befe9ac485f806d3f0c9f145bae)

Atividades 2016-2017 - Relato baseado nas atividades e resultados e produtos do contrato (MKT816-2016) com AV Filmes e material produzido pela própria equipe do WWF Brasil para outras mídias.

Como foi de conhecimento do BNDES na época, ocorreram falhas de comunicação entre o novo gestor do Projeto e a equipe de comunicação sediada em Brasília, que acabou por publicar uma matéria indevidamente na página do projeto, tendo inclusive despertado questionamentos por e-mail do gestor do Fundo Amazônia. O WWF Brasil reconheceu o erro e decidiu pela retirada do ar da matéria equivocadamente publicada. Após o lamentável episódio foram realizadas ainda no primeiro semestre de 2016 duas reuniões internas de alinhamento entre equipe técnica e de comunicação para realinhar o processo de publicação das futuras matérias do Pesca Sustentável. A equipe de comunicação foi orientada dar mais voz aos beneficiários (pescadores e indígenas), parceiros institucionais e colaboradores do projeto nos próximos produtos de comunicação e colocar menos em foco o gestor técnico e coordenadores do WWF Brasil, além da necessidade de aguardar a revisão criteriosa da equipe técnica sobre o texto elaborados, mesmo que gere algum pequeno atraso em relação a data ideal de divulgação da notícia.

Matérias no site WWF/Portal Pesca Sustentável – No ano final de execução do projeto (Out/16 a Out/17) e dentro deste novo acordo/procedimento mencionado acima, foram publicadas pelo comunicador

Fred Brandão mais 06 (seis) matérias jornalísticas referentes a atividades e avanços do projeto, sempre em estreita colaboração com as equipes de campo (gestor e consultores).

Além das matérias publicadas ocorreu em 2016 uma reestruturação geral e melhoria do conteúdo técnico disponível para download de visitantes, como relatórios mais relevantes de consultorias, clipping do projeto em outras mídias e a importante inserção e de aspectos da transparência financeira, com disponibilização do relatório financeiro do projeto da web-page do Pesca Sustentável.

Visibilidade internacional do Projeto Pesca Sustentável na revista de bordo da companhia aérea LATAM, com matéria de 02 páginas publicada em Nov.2016, em forma de quadrinhos da Seção Sustentabilidade, o conteúdo abordado coloca em foco a atuação do WWF Brasil pela pesca sustentável de Feijó, as atividades de monitoramento participativo da pesca e o estudo de rastreamento do pirarucu. Disponível em https://issuu.com/spafax/docs/07-vamos_latam_noviembre_2016/22

Divulgação do Fórum Municipal da Pesca de Feijó no Programa Natureza Viva (da jornalista Mara Régia). A rádio EBC publicou a entrevista da consultora do Projeto Pesca Sustentável (Dra. Rossana Venturieri) em Abril/17. <http://radios.ebc.com.br/natureza-viva/2017/04/biologa-fala-sobre-o-manejo-do-pirarucu-e-sobre-pesca-artesanal>

Publicado em Novembro/16 o áudio da entrevista do gestor técnico Moacyr Silva em atendimento à demanda da rádio EBC.

<http://radios.ebc.com.br/nossa-terra/edicao/2016-11/pesca-sustentavel-traz-inumeros-beneficios-para-comunidades-pesqueiras-no>

http://busca.ebc.com.br/nodes?utf8=%E2%9C%93&q=Pesca+sustent%C3%A1vel+traz+benef%C3%ADcios+para+comunidades+pesqueiras+no+Acre&site_id=radios

Realização do contrato de comunicação e marketing com AV filmes e publicação de (02) produtos desenvolvidos no canal YouTube do WWF Brasil. As atividade de campo (Julho/16, 1 semana) de dois consultores de comunicação (diretor e cinegrafista) previamente e durante a Feira do Açaí 2016, para coleta de imagens da comercialização do produto, da COPAF, do rio Envira e diversos depoimentos foram gravados em áudio e vídeo técnicos do Projeto e os agentes indígenas de Tarauacá e pescadores de Feijó.

As etapas de tratamento das imagens em ilha de edição e o desenvolvimento das versões iniciais de 04 vídeos pela AV Filmes ocorreu de agosto a outubro/2016 e a 1ª revisão técnica dos 04 produtos parciais (pelo gestor e comunicador do WWF Brasil) foi realizada e comunicada à empresa AV Filmes em Dez./16. Uma 2ª revisão técnica da equipe do WWF Brasil, ampliada com contribuições de consultores técnicos do projeto ocorreu em Março/17. A finalização e publicação dos produtos ocorreram em Maio/2017.

O acesso aos Produtos do no canal YouTube do WWF Brasil pode ser feito em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uTioZXecayk> – animação Pesca Sustentável - Manejo do Pirarucu, que até 23/12/17 teve 380 visualizações.

<https://www.youtube.com/watch?v=oiUrAamCJzE> – vídeo Pesca Sustentável - Pescadores de Feijó, que até 23/12/17 foi visualizado 662 vezes.

Material de comunicação adicional (vídeo Kaxinawá e Infográfico Pesca Sustentável) divulgados no 2º Fórum Municipal de Pesca de Feijó (Março/17).

https://wwfbrasil649-my.sharepoint.com/personal/moacyr_wwf_org_br/_layouts/15/guestaccess.aspx?docid=03e3afeff64724b969f11d579fb3f432d&authkey=AbrzMnJYGXFZfY4oUGOVTI4&e=7da10a80da584193a58242785355a408

https://wwfbrasil649-my.sharepoint.com/personal/moacyr_wwf_org_br/_layouts/15/guestaccess.aspx?docid=077aaafc7eb724ca8bf4f6cef4d186ebd4&authkey=AdHlcABJcqWhXG0R2hNIOYU&e=789f1f25ee3d4270bb1b8195b34084d1

Em Maio/17 a Coordenação de Comunicação do WWF Brasil promoveu para os colaboradores do Programa Amazônia um curso rápido (08 h) em Mídia Training contemplando o Gestor do Projeto Pesca Sustentável. Os exercícios e entrevistas de treinamento neste curso foram focados na abordagem e conteúdo do Projeto Pesca Sustentável, visando orientar e preparar melhor o gestor em aspectos de oratória, posicionamento e postura de voz e corpo perante câmeras ao vivo ou em entrevistas gravadas para rádios ou canais de televisão.

Na etapa de conclusão e nos seis meses posteriores ao encerramento projeto ainda estão previstas a elaboração de mais duas matérias jornalísticas para a página do Pesca Sustentável, que servirão a primeira para comunicar sobre o encerramento, relatoria final e a/aspectos destacados na auditoria final do projeto e para apresentação geral do relatório financeiro final avaliado pelo BNDES; e um segundo artigo para documentar as reuniões comunitárias com devolutivas dos resultados do Projeto Pesca Sustentável nas comunidade ribeirinhas do Rio Envira, que devem ser levadas a campo em Março/2018 pelo WWF Brasil, COPAF e SEAPROF.

B) CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Informar o custo unitário de implantação dos produtos e serviços do projeto, bem como sua composição por itens mais relevantes. Por exemplo, informar o custo: de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) por hectare; da área reflorestada por hectare; de preparação para adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) por produtor rural e por hectare; o custo de capacitação por pessoa capacitada; do monitoramento do desmatamento por hectare, etc.

Para definição dos valores e custos informados nas tabelas a seguir se utilizou dos relatórios financeiros anuais da contabilidade do WWF Brasil e também as “Planilhas Razão Mensais” analisadas pelas analistas financeiras do Projeto Pesca Sustentável e do Programa Amazônia para o respectivo centro de custos.

Adicionalmente, os valores foram checados e refinados pelo gestor técnico, com base nos contratos de consultorias realizadas e num exercício de rateio estimado de alguns custos de logística do projeto, que tiveram compras de alguns itens em maiores volumes (p/ex.: alimentação e combustíveis) e para atender às atividades de vários componentes/produtos da iniciativa.

Produto 1.1: Facilitação para a construção coletiva de acordos de pesca e realização de oficinas e fóruns regionais para a sua discussão.

Elementos de Despesa	Ref. Atividade QUF	Valor Total Realizado (2014-2017)	OBS./Nota
30% * Aquisição e Manutenções de Embarcações e equipamentos.	2.8	14.509,50	Barcos, Motores, Feezers, Canoas, peças e serviços de manutenção
15% * Insumos básicos	2.10	40.208,89	combustível + alimentação + insumos de campo em reuniões comunitárias + sinalização dos lagos/acordos
30% * Consultorias Arranjo Produtivo Comp.2 TIPOIA + Tec Campo I e II	2.1 + 2.2 + 2.3	405.843,94	
Consultoria IDS	1.2 + 2.1 + 2.2	47.294,64	Regimento Interno e Capacitação GMP e Coaching COPAF
Evento Fórum de Pesca Feijó (2014)	2.15 + 4.2	28.818,00	Logística, Materiais e Serviços
Evento Fórum de Pesca Feijó (2017)	4.2	28.799,00	Logística, Materiais e Serviços
Custos Compart. + Gestão + Salários WWF	40%*EqTec C2 + rateio Gestão	125.075,76	(total gestão / 6 produtos) + Eq Tec comp2

TOTAL (R\$) 690.549,73

Custo Total ÷ (Nº de Acordos (20) aprovados nas comunidades + Nº Fóruns de Pesca (02) realizados) = **Custo / Acordo de Pesca**

R\$ 31.388,62

Produto 1.2: Levantamento da população de pirarucu, planejamento da despesa e sistematização da estatística pesqueira, com capacitação das comunidades de pescadores para a sua realização.

Elementos de Despesa	Ref. Atividade QUF	Valor Realizado (2014-2017)	OBS./Nota
30% * Aquisição e manutenções de Frota e Equipamentos	2.8	14.509,50	Barcos, Motores, Feezers, Canoas, peças e serviços de manutenção
25% * Insumos básicos	2.10	67.014,87	Combustível, alimentação, uniformes/EPI, peças e insumos náuticos etc
30% * Consultorias Arranjo Produtivo Comp.2 TIPOIA	2.3	68.707,03	
Consultoria Stoney Nascimento (2015-2016)	2.5 + 2.12	34.772,00	Oficinas e treinamentos para grupo de monitoramento comunitário de lagos de Feijó
Aquisição aparelhos p/ treinamento e plano de monitoramento	2.9	19.464,61	
Capacitações p/ Pescadores e Monitores (2014 a 2017)	2.11 + 2.16	94.184,42	Consultoria IDSM 2017 (Curso de Aplicação do Método de Contagem); Intercambio Paumari, Intercambio Kaxi,
Custos Compart. + Gestão + Salários WWF	40%*EqTec C2 + rateio Gestão	125.075,76	
TOTAL (R\$)		423.728,18	

50% = Custo de Capacitações e Monitoramento de Lagos e Pesca

211.864,09

50% = Custo de Logística e Supervisão das Contagens Anuais Pirarucu

211.864,09

05 Oficinas (2015) de Capacitação para monitoramento + 10 Reuniões/Oficinas (2015-17) de Coleta de dados e atualização dos monitores.	R\$ 14.124,27	Custo médio aproximado por Oficina, incluindo aquisição de insumos, equipamentos e serviços técnicos.
04 Contagens Envira (2014-2017) + 03 Contagens Tarauacá (2015-2017) + 01 Contagem Purus/UM (2016)	R\$ 26.483,01	Custo médio aproximado por expedição de contagem, incluindo aquisição de barcos, logísticas, insumos e serviços técnicos. Com equipe de 10 pescadores contadores (não remunerados) + 05 técnicos e colaboradores.
10 lagos Envira + 03 lagos Tarauacá + 03 lagos Purus/M. Urb. (x 3 anos)	R\$ 13.241,51	Custo médio aproximado da contagem por Lago com pirarucu, por 4 anos, incluindo aquisição de equipamentos, insumos e e serviços.
(10 lagos Envira x 04 contagens) + (03 lagos Tarauacá x 3 contagens) + (03 lagos Purus/M. Urb. X 1 contagem) = 68 contagens durante o período do projeto.	R\$ 4.605,74	Custo médio de 01 missão de contagem do pirarucu em 01 lago no Acre, incluindo a aquisição de equipamentos, insumos e serviços.

Produto 1.3: Apoio técnico e fornecimento de insumos para as operações de pesca.

Elementos de Despesa	Ref. Atividade QUF	Valor Realizado (2014-2017)	OBS./Nota
30% * Aquisição e Manutenções de Embarcações e equipamentos.	2.8	14.509,50	Barcos, Motores, Feezers, Canoas, peças e serviços de manutenção.
40% * Insumos básicos	2.10	107.223,79	Combustível, alimentação, uniformes/EPI, peças e insumos náuticos etc
30% * Consultorias Arranjo Produtivo Comp.2 TIPOIA	2.3	68.707,03	
Custos Compart. + Gestão + Salários WWF	20%*EqTec C2 + rateio Gestão	114.450,18	
TOTAL (R\$)		304.890,49	

03 Despesas (freq. anual) apoiadas no Rio Envira R\$ 101.630,16

custo anual de despesa em 05 lagos,
com Distância Máxima de Feijó = 250 km, L. Santa Julia e
Distância Mínima = 100 km, L. Sabiaguaba)

Valor incluindo os custos parciais dos serviços de ATER, uniformes+ EPI básico p/ GMP e custos da assessoria/ supervisão técnica e da gestão do projeto pelo WWF. Não contabiliza valor monetário da ATER SEAPROF

Despesa 2014 (5 lagos, 17 peixes) R\$ 20.326,03 = custo despesa / lago

Despesa 2015 (5 lagos, 23 peixes) R\$ 20.326,03 = custo despesa / lago

Despesa 2016 (4 lagos, 15 peixes) R\$ 25.407,54 = custo despesa / lago

Custo de Despesa de 01 pirarucu adulto em 2014 = R\$ 5.978,24

Custo de Despesa de 01 pirarucu adulto em 2015 = R\$ 4.418,70

Custo de Despesa de 01 pirarucu adulto em 2016 = R\$ 6.775,34

Custo da Despesa consolidado 2014-2016 ("14 lagos" e 55 peixes) R\$ 22.019,87	Custo médio Despesa / Lago	Mín. R\$ 5.543,46	Máx. R\$ 5.724,10
Tomando o exemplo de um pirarucu de porte médio, com 85 Kg (=média na despesa 2016)	Custo médio aprox. de despesa / KG de pirarucu (peixe inteiro) =	R\$ 65,22	R\$ 67,34

Mín. =média dos custos anuais 2014-2016

Máx. = Custo Total / 55 pirarucus (e peso médio equivalente)

Produto 2.1: Elaboração de plano de viabilidade ecológica e econômica e de estratégia de produção e comercialização para a cadeia produtiva do pirarucu na área de abrangência do projeto.

Elementos de Despesa	Ref. Atividade QUF	Valor Realizado (2014-2017)	OBS./Nota
Consultoria ATMA (2014)	1.3 + 1.4 + 2.4	66.846,12	
Consultoria ATER TIPOIA - Comp.1 (2014-2017)	1.2 + 1.3	16.438,50	
Consultoria ATER TIPOIA - Comp.2 (2017)	2.4	30.000,00	
Eventos e Viagens Comp 1	1.5 + 1.6 + 1.7	108.010,37	
Custos Compart. + Gestão + Salários WWF	EqTec C1 + rateio Gestão	149.920,79	
TOTAL (R\$)		R\$ 371.215,78	

Nº de Estudos Desenvolvidos via consultoria =	2	R\$ 185.607,89	Custo médio de um estudo (via consultoria), p/ montar 01 estratégia de comercialização de pirarucu, no Acre.
---	----------	-----------------------	--

Números de consultores envolvidos =	4	R\$ 92.803,95	Custo médio por consultor no projeto
-------------------------------------	----------	----------------------	--------------------------------------

Dias de trabalho requeridos nos 2 estudos. (com aprox. 09 meses/consultoria)	250		
---	------------	--	--

Diárias total de consultores	1.000	R\$ 371,22	Custo médio / consultor / dia
------------------------------	--------------	-------------------	-------------------------------

Indiv. capturados no período do projeto	55 pirarucus	6.749,38	Custo do estudo de comercialização por pirarucu comercializado
---	---------------------	-----------------	--

Peso (kg) do produto final comercializado (2014-2016)	2.952 kg	125,75	Custo do estudo de comercialização por Kg de manta salgada comercializada
---	-----------------	---------------	---

Produto 2.2: Apoio técnico e capacitação em boas práticas de manejo e beneficiamento do pirarucu.

Elementos de Despesa	Ref. Atividade QUF	Valor Realizado (2014-2017)	OBS./Nota
10% * Insumos básicos	2.10	40.208,92	Combustível, Alimentação e Peças + Insumos náuticos
Capacitações Stoney p/ pescadores e agentes indígenas (2015-2017)	2.11 + 2.12	52.714,55	Contrato 2015/16 e Colaborações em Eventos/Fórum 2017
30% * Consultorias Arranjo Produtivo Comp.2 TIPOIA	2.3	68.707,03	Ref. contrato final Intercambio+ Supervisão intercambio kaxi na despesa 2016 + Supervisão Intercambio Paumari +
Smartphones e placas (2015)	2.9	19.464,61	06 aparelhos Sony + 15 Plcas solares portáteis + 2 painéis COPAF
Eventos Comercialização (2015)	4.2	30.285,00	Eventos Antonio Oviedo 2015 + 1 Curso de culinária de pirarucu
Viagens de Comunicação	4.3	22.487,95	Viagens Frederico & AV Filmes
Produção e transporte de material didático e outros serviços de comunicação.	4.1	201.720,00	Contratos AV Filmes 2015 e 2016 + Gráfica Athalaia (cartilhas e calendários) + Zal Comunicação Visual (placas e banners) + Editoras + Frete Cargas
Custos Compart. + Gestão + Salários WWF	EqTec C4 + rateio Gestão	214.681,51	
TOTAL (R\$)		650.269,57	

Nº Estimado de pescadores + técnicos capacitados.	255	Custo Médio Geral Individual em capacitação =R\$ 2.550,07	QUEM ? GMP Feijó (12); GMP Trk (10); Lideranças Indígenas TrK (15); Lideranças pescadoras (05); Monitores de Lagos Envira (07); Técnicos e Gestores (06); Pescadores associados da COPAF (200 em 02 Assembleias + 02 Fóruns de Pesca)
Nº de Cursos e Treinamentos realizados Custo já inclui viagens aéreas, terrestres e fluviais, serviços dos instrutores e especialistas; custos de per diem participantes fora do Acre e em locais de difícil acesso no Estado.	42	Custo médio por Curso ou Treinamento Realizado =R\$ 15.482,60	QUAIS CURSOS ? Introdução e método dos Acordos de Pesca nas Comunidades (20); GPS Básico na TI (01), Contagem prática TI (03), Método de Contagem do IDSM (01); Temas abordados em 02 Intercâmbios Indígenas (05); Monitoramento da Pesca com Smartphones (06); Certificação MSC e Planilhas FIP (01) Operação do Rastreador Lotek (02); Métodos de Indução de Pirarucus (01); Fóruns de Pesca (02).
Nº de dias (aprox.) em viagens, consultorias e avaliações de eventos de capacitação e treinamento	146	Custo médio por Dia de Curso ou Treinamento Realizado =R\$ 4.453,90 Eventos com público de 02 a 200 participantes, a depender do tema. Em média, 20 pessoas por evento. =R\$229,97/participante / dia	QUANTO TEMPO ? Introdução e método dos Acordos de Pesca nas Comunidades(60 dias); GPS Básico na TI (03 dias); Contagem prática TI(15 dias); Método de Contagem do IDSM (06 dias); 02 Intercâmbios Indígenas (25 dias); Monitoramento da Pesca com Smartphones (18 dias); Certificação MSC e Planilhas FIP (04 dias) Operação do Rastreador Lotek (06 dias); Métodos de Indução de Pirarucus (03 dias); Fóruns de Pesca (06 dias).

Produto 2.3: Desenvolvimento de um padrão para certificação do pirarucu manejado e sua aplicação na área de abrangência do projeto

Elementos de Despesa	Atividade QUF	Valor Realizado (2014-2017)	OBS./Nota
10% * <i>Aquisição e Manutenções de Embarcações e equipamentos.</i>	2.8	14.509,50	
10% * <i>Insumos básicos</i>	2.10	26.805,95	
<i>Consultoria Tipoia (2014-16)</i>	3.1 + 3.2	26.394,96	<i>contrato parcial</i>
<i>Consultorias VMD (2014-16) e Consult. Dirceu Madson 2014</i>	3.3	69.600,00	<i>VMD avaliação + Dirceu 2014 + Elaboração e Arte diagramação do FIP</i>
<i>Consultorias Implementação e Gestão do FIP (2015-17)</i>	3.4	458.094,00	<i>2 contratos Original Amazon (2015-17) + 02 contratos Working (2015/16) + 02 contratos PF-Dirceu Madson (2015/16).</i>
<i>Diárias de pescadores e colaboradores eventuais</i>	2.13 + 2.14	54.658,00	<i>GMP Feijó p/ captura e contenção; Barqueiros, Auxiliares Gerais, Cozinha e Técnicos eventuais</i>
<i>Custos Compart. + Gestão + Salários WWF</i>	EqTec C3 + rateio Gestão	174.876,77	
TOTAL (R\$)		R\$ 824.939,18	

Considerando-se 09 lagos (06 com acordo IMAC e 03 Indígenas) envolvidos no Sistema de Pesca em processo de certificação MSC no rio Envira

R\$ 91.659,90 = Custo médio por Lago, para avanço atual de 80% no processo de certificação MSC.

Custo estimado para a certificação completa por lago = R\$ 114.574,88

C) ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

Descrever: (i) parcerias e cooperações estabelecidas para a execução do projeto; (ii) mudanças ocorridas nas condições administrativas do beneficiário e aspectos da gestão dos recursos financeiros que tenham produzido impactos na execução do projeto; e (iii) outros aspectos institucionais e administrativos ocorridos e seus impactos no projeto.

C1 - As parcerias institucionais

Primeiramente vale ressaltar que grande parte das parcerias envolvidas neste arranjo produtivo de pirarucu manejado de Feijó e no fomento aos acordos de pesca (com COPAF e SEAPROF principalmente) já estavam formadas e atuantes desde 2007/2008, período bem anterior ao início do Projeto Pesca Sustentável. Certamente, também por este motivo a parceria durante o período do Pesca Sustentável (2014-2017) tenha sido favorecida e transcorrido com boa integração entre os envolvidos e com o devido respeito mútuo à dinâmica e tempos institucionais demandados por cada tipo de organização parceira.

Todavia são evidentes e claramente perceptíveis os vários benefícios que o projeto Pesca Sustentável proporcionou ao desenvolvimento e fortalecimento destas relações parceria, que são sempre desafiadoras quando envolvem uma governança realizada entre ONG, empresas/consultores, governos e representações de comunidades tradicionais beneficiárias.

As principais alianças fortalecidas e/ou colaborações desenvolvidas ao longo do projeto, para fomentar esse arranjo produtivo do pirarucu manejado foram: 1) com as Colônia de Pescadores de Feijó (COPAF & GMP); 2) com as associações de comunidades indígenas (ASKAPA e ASPAKNO); 3) com agências do governo estadual (SEAPROF, IMAC, BPA); 4) com entes públicos do governo federal (Funai, Ibama, Coord. Federal da Pesca); 5) outras ONGs e/ou empresas de consultorias estratégicas (IDSMS, Opan, Tipoia).

Contudo foram ações de parcerias de cunho técnico e prático, estando os objetivos comuns e ações coletivas e os papéis institucionais bem claros para o corpo técnico das instituições envolvidas, mas sem necessariamente ter ocorrido uma formalização dessas parcerias por meio de contratos, termos de cooperação ou de memorandos de entendimento. Para exemplificar, apenas na SEAPROF ocorreu cerca de cinco mudanças de Secretários da pasta no período do projeto, mas o técnico extensionista que apoiou e liderou os pescadores nas ações do Projeto, esteve sediado em Feijó e foi o mesmo por todo o período.

Os principais aspectos e percepções do WWF Brasil sobre a parceria praticada pelas instituições envolvidas neste projeto, em cada tipo de cooperação são abordados a seguir:

C.1.1) Aspectos e efeitos, positivos e negativos, na parceria do WWF Brasil com COPAF, Grupo Manejo de Pirarucu de Feijó, TIPOIA & SEAPROF

A parceria do WWF Brasil com as organizações de pescadores e os serviços de assessoria técnica envolvidos no manejo de pirarucu e na facilitação dos acordos de pesca comunitários se desenvolveu satisfatoriamente bem.

De 2014 a 2015 com a gestão do projeto pelo WWF Brasil sendo sedeadada em São Paulo e o gestor responsável fazendo viagem periódicas ao Acre para acompanhamento e/ou supervisão de algumas atividades, demandava dos consultores locais o papel mais ativo de interlocutores com os parceiros e beneficiários em diversas ocasiões. Apesar dessa situação o contato por e-mail, telefone, skype etc., entre WWF e esses consultores e até mesmo diretamente com a COPAF era contínuo. Apenas a dificuldade e pouca frequência de uso do e-mail por algumas lideranças, dificultava a comunicação direta do gestor do WWF com as aldeias ou comunidades ribeirinhas beneficiárias do projeto. A presença do WWF nas atividades de campo com os pescadores (contagem, despesca, prestações de conta, reuniões etc.) ocorria principalmente através da representação dos consultores locais.

Outra limitação daquele período, apontada pelos parceiros, foi que toda informação de produtos gerados pelos consultores e técnicos era centralizada no gestor técnico WWF Brasil e estes colaboradores pouco conheciam sobre os objetivos e os planos de trabalho uns dos outros. Dessa forma o potencial de

interação e sinergia entre estes colaboradores do projeto foi limitada ou estava sendo pouco aproveitada para fins de comunicação interna do projeto. Em 2014/15 o WWF privilegiou as parcerias institucionais com agências de governo para contribuir na formulação dos instrumentos legais que sustentariam os acordos de pesca regulamentados pelo IMAC.

De 2016 a 2017 com a gestão do projeto pelo WWF Brasil mudando para o escritório de Rio Branco, os momentos de encontros presenciais (para planejamentos, participação e avaliações in loco das atividades de campo, nas diversas etapas do manejo do pirarucu) com os parceiros, beneficiários e consultores do projeto foram mais frequentes e a comunicação interna no projeto foi dinamizada, favorecida e gerou maior aproximação destes parceiros com o WWF Brasil e deles entre si.

Um ponto crucial a se destacar, que mudou a forma como a parceria passou a ser entendida e implementada pelas partes envolvidas foi o processo de desenvolvimento e a assinatura formal do Regimento Interno do Grupo de Manejo de Pirarucu de Feijó. Os papéis dos pescadores, de suas organizações e grupos e de seus parceiros e apoiadores ficou mais bem esclarecido e internalizado entre todos os parceiros mais diretos do projeto.

Foi evidente a melhoria na atitude do grupo de manejo de Feijó em termos de estarem mais proativos e organizados, com melhor integração e coletividade destes no desempenho das atividades de manejo. O GMP Feijó também tem prestado importante contribuição na parceria aceitando os convites do WWF para repassarem seus conhecimentos para o novo grupo indígena de Tarauacá (em formação) e vem apoiando ativamente na capacitação deste grupo durante atividades de contagens, na despesca 2016 do Envira, em limpezas de lagos e no intercâmbio prático promovido pelo projeto em Out/17.

Além disso o GMP e a COPAF estão melhor orientados sobre os aspectos ambientais essenciais desejados pelo WWF Brasil e sobre os fatores de limitação econômica da parceria e do Programa Amazônia do WWF Brasil (contrapostos pela escala de produção atual e pela dinâmica populacional desfavorável observada em alguns dos lagos avaliados nos últimos anos) e também os técnicos de extensão e consultores têm percebido que foram dirimidos os pequenos conflitos interno no grupo em comparação à situação que era observada antes do processo de desenvolvimento do Regimento Interno do GMP Feijó (transcorrido de Out/2015 a Abri/2016).

Apesar dos evidentes avanços e do relacionamento saudável estabelecido em entre as instituições nessa linha de parceria, também foram identificados novos desafios e pontos problemáticos a serem enfrentados e trabalhados com um esforço continuado de estreitamento dos planos de trabalho, de alinhamento em torno de interesses estratégicos dos parceiros e de avaliações periódicas para realinhamento dessa parceria. Para exemplificar:

- Percebeu-se uma redução do interesse e comprometimento da diretoria da colônia para com algumas etapas/atividades do plano e trabalho dos serviços de assessoria administrativa do projeto (ATER Tipoia), principalmente no último ano do projeto, após a eleição da nova diretoria (mesmo presidente). Esse fato ficou bem evidente quando a COPAF não possibilitou ao WWF Brasil, SEAPROF, nem à TIPOIA alguma participação ou suporte técnico na preparação ou facilitação/registo da assembleia de eleição de nova diretoria em março/2017 e no geral, notou-se um baixo nível de pró-atividade e disposição da diretoria COPAF para algumas reuniões ou atividades importantes com parceiros governamentais ou ações que remeteriam a uma desejável mudança nos procedimentos administrativos da COPAF, para resolver entraves de cunho administrativos identificados pelos consultores e WWF.

Isso revela que a organização COPAF ainda necessita de apoio técnico e administrativo de parceiros externos, mas este suporte externo só será efetivo e proveitoso para a COPAF na medida em que seus diretores também mudarem a atitude perante os prestadores destes serviços, ou sejam mais abertos e diretos na comunicação ao WWF quanto aos seus incômodos, limitações e restrições de repasse de informações, ainda que sejam para fins de desenvolvimento da parceria.

Um outro ponto negativo, que não está diretamente relacionado com a parceria WWF-COPAF mas indica um possível problema na atuação educativa da COPAF e WWF junto às comunidades ribeirinhas, foi o baixo interesse pelos acordos de pesca por parte de algumas comunidades onde os lagos próximos tem apresentado uma população estável ou crescente de pirarucus. Ao que parece algumas famílias de pescadores estão rejeitando os acordos de pesca por estarem insatisfeitas com as mudanças na legislação federal de pesca e com alterações e rigor de aplicação dos critérios para a concessão dos

benefícios do seguro defeso (ou tiveram perda do benefício) e acabaram por relacionar equivocadamente ou confundir essa situação desfavorável como sendo um resultado indireto ou desdobramento negativo dos acordos de pesca promovidos pelo projeto em 2015.

Isso revela a necessidade de intensificar e reaproximar o diálogo e as ações de caráter educativo com grupos de pescadores de algumas comunidades ribeirinhas que estão mais distantes da COPAF e/ou pouco conhecem sobre as atividades do GMP. Também parece necessário e garantir mais momentos e espaços coletivos/eventos para avaliação do funcionamento, da adesão popular e efetividade dos acordos de pesca, bem como para encaminhar possíveis revisões das regras ou estabelecimento de novas regras, de acordo com a situação avaliada em cada lago.

Também evidencia a necessidade dos parceiros institucionais e serviços de ATER pública se fazerem mais presentes nas comunidades com ações educativas ao longo de todo o ano, para esclarecimento permanente ou numa frequência maior do que foram realizadas no início do projeto, quando da sensibilização para os primeiros acordos de pesca do rio Envira.

Também visualizamos efeitos positivos dessa linha de parceria, não previstos, mas alcançados, por exemplo:

- + Retomada do estudo de telemetria com os mesmos consultores/especialista, revertendo uma situação conflituosa e difícil entre consultores especialistas, que foram gerada por problemas de comunicação e coordenação na 1ª expedição de marcação.
- + Boa aceitação da comunidade Porto Rubinho com relação à proposta dos parceiros do Pesca Sustentável para efetivação de um acordo de pesca e proteção do Lago do Orácio (alto Envira) para fins de pesquisa e conservação;
- + Aumento significativo do número de registros de monitoramento de lagos e de estatística pesqueira realizados por monitores comunitários nos lagos com acordo de pesca vigentes;
- + Comprometimento e dedicação exemplares da SEAPROF Feijó para com as ações do projeto no rio Envira, apesar das sucessivas mudanças do Secretário estadual em exercício.
- + Comprometimento e dedicação da SEAPROF Feijó e GMP Feijó na assessoria metodológica e orientação técnica para a formação do grupo de manejo de pirarucu com jovens indígenas do município vizinho.

C.1.2) Aspectos positivos e negativos na parceria com governo (IMAC, BPA, Ibama, Funai e Coord. Federal da Pesca)

De forma geral pode ser percebido um maior comprometimento e atuação mais integrada dos órgãos de estado (SEAPROF e IMAC) com as ações do projeto em comparação com ao grau de envolvimento e engajamento destas agencias observado em 2013/4.

A articulação institucional com gabinete de governo, IMAC, SEMA e BPA, foi exercida pelo WWF de forma mais intensa em 2015, após elaboração do FIP e quando se identificou mais claramente a necessidade de o Estado do Acre criar uma base legal própria para o estado receber do Ibama as atribuições (pacto federativo) de regulação dos acordos de pesca fora das áreas federais.

Em 2015 essa parceria e suporte técnico do WWF Brasil ao estado proporcionou que a Portaria 08 de Setembro/2015, as Instruções Normativas 01 a 06 de Outubro/2015 e a IN 09 de Novembro/2015, fossem desenvolvidas e aprovadas/publicadas para orientar as atribuições e procedimentos do estado e dos pescadores no processo de licenciamento ambiental dos acordos de pesca. A parceria com representantes do Estado (IMAC e BPA) também foi favorável durante os encontros que permitiram ao WWF elaborar um plano de proteção básico dos lagos com ocorrência de pirarucu e ter definidas as demandas mínimas de recursos (humanos e financeiros) para os parceiros envolvidos no financiamento da sua implementação e com esclarecimento dos papéis e responsabilidades técnicas nos diferentes tipos de operações que seriam realizadas em defesa dos lagos manejados e da pesca legal no Envira.

Infelizmente, ao contrário do que se esperava, a parceria efetiva do BPA (para implementar o plano de proteção) foi bastante limitada, segundo o comando do pelotão, por falta de recursos financeiros na

corporação. Isso tem restringido o pleno cumprimento de seu papel no âmbito dos acordos de parceria realizados com o projeto ainda em 2014/15.

O WWF Brasil tem argumentado sobre esses problemas com a SEMA (formuladora da política ambiental) e tem cobrado do governo uma maior atenção do estado para o problema da pesca predatória e ilegal do pirarucu. Adicionalmente, também temos demandado uma maior presença institucional e designação de um orçamento anual compatível dos órgãos de controle ambiental para atender as demandas e denúncias dos pescadores e comunidades ribeirinhas e indígenas do rio Envira. ([ver carta do Fórum Municipal de pesca de Feijó](#))

O outro ponto negativo nessa linha de parcerias pela proteção ambiental dos lagos têm sido a demora excessiva (quase descaso) da Superintendência do Ibama Acre para com o processo de análise técnica e aprovação (e publicação no DOU) dos Acordos de Pesca já pactuados e postos em prática desde 2016 pelos cerca de 800 moradores de 15 aldeias das 02 Terras indígenas envolvidas.

Apesar dos esforços do WWF com ligações de acompanhamento junto ao gabinete do Ibama e uma reunião com o Superintendente local (Ago/17), prestação de todos esclarecimentos técnicos e até mesmo reenvio (em Ago/17) de documentos que já haviam sido protocoladas em Agosto/16 (aparentemente extraviados) o órgão ainda não concedeu sua aprovação sobre os acordos de pesca elaborados pelas comunidades em 2016.

Uma vez que a comunidade da TI Praia do Carapanã só tem planejada para 2020 a sua primeira pescaria de pirarucu, tecnicamente poderiam aguardar até 2019 pela aprovação do Ibama sobre seus Acordos de Pesca. Entretanto as lideranças dessas comunidades já manifestaram ao WWF Brasil que gostariam de ter o seu Regimento da Pesca Hunu Kui aprovado e oficializado pelo Ibama antes de 2019 até porque já está sendo posto em prática nas comunidades. Neste sentido já estão se organizando, para no início de 2018, uma comitiva indígena comparecer à sede do órgão em Rio Branco e cobrar de forma mais severa e pedir diretamente ao Ibama uma atitude mais ágil e responsiva quanto à análise dos documentos protocolados em 2016.

No tocante à parceria da Coordenação Federal da Pesca, este órgão não teve uma função extremamente relevante para a elaboração e aprovação dos acordos de pesca. É um órgão essencial para garantir o bom funcionamento da COPAF e para orientação quanto à política de incentivos e benefícios sociais para pescadores tradicionais no Estado, para educação do pescador e na interlocução com as demais colônias de pescadores que não são abrangidas pelo projeto. Esse órgão tem sofrido com uma equipe local bem reduzida e um cenário de sucessivas mudanças da pasta de Coordenação Federal de Pesca para diferentes Ministérios, o que tem dificultado uma participação mais contínua e frequente do órgão no acompanhamento das atividades do projeto. Apesar das dificuldades, a equipe do atual Escritório Federal da Pesca tem sido colaborativa e solícita no atendimento às demandas do WWF Brasil e da COPAF, seja na emissão de declarações de regularidade dos pescadores beneficiários, como fazendo apresentações técnicas importantes e esclarecedoras sobre a política federal da pesca e nova legislação vigente, a exemplo de sua colaboração nos dois Fóruns de Pesca de Feijó que foram viabilizados pelo projeto.

C.1.3) Aspectos positivos e negativos na parceria com as organizações e grupos indígenas do manejo de pirarucu em Tarauacá e Feijó (ASKAPA e ASPAKNO)

A parceria com as comunidades indígenas de Tarauacá e Feijó se desenvolveram de forma bastante satisfatória ao longo o projeto. Desde o início, o WWF tomou todas as precauções possíveis para esclarecer todas as lideranças comunitárias e autoridades locais responsáveis sobre os objetivos e atividades do projeto e como poderia contribuir o desenvolvimento das comunidades das TIs e obteve as devidas anuências da Funai na presença das comunidades indígenas e vice versa. Isso favoreceu a transparência das ações da parceria e favoreceu o engajamento dos agentes indígenas no sistema de manejo de pirarucu e de gestão de lagos, garantindo ainda boa a aceitação do trabalho protagonizado pelo projeto junto ao povo Huni Kui (kaxinawá) das TI Nova Olinda e Praia do Carapanã.

O engajamento destes parceiros indígenas e o grande interesse que demonstram pelo acesso a conhecimento teórico e prático do manejo de pirarucu são exemplares, o que facilita a relação de parceria entre estes grupos e dos indígenas com os pescadores do GMP Feijó e o WWF Brasil.

A frequência e regularidade comunicação e de reuniões presenciais e capacitações práticas que se

estabeleceu com os grupo de manejo e os agentes indígenas de monitoramento, dentro do plano de trabalho da TIPOIA, foi suficiente para proporcionar as ferramentas e orientações ao desenvolvimento e treinamentos básicos nas diferentes etapas do manejo, sem sobrecarregar de eventos e viagens os agentes e as lideranças comunitárias, mas proporcionando espaços/momentos periódicos de integração e capacitação, que de forma geral foram muito bem aproveitados pelos parceiros indígenas.

O próprio gestor do WWF Brasil esteve em diversas ocasiões visitando as TI e participando de reuniões com as lideranças locais para esclarecer sobre as possibilidades de desenvolvimento dessa nova parceria, mas também sobre as limitações e restrições para a continuidade do projeto na comunidade e/ou de parceria institucional, após o encerramento do projeto Pesca Sustentável.

Um efeito positivo dessa parceria foi que as comunidades indígenas das TI passaram a tratar os lagos e manejo como um elemento adicional do plano de gestão integrado da TI. Maior rigor e seriedade na gestão dos recursos pesqueiros que a comunidade está estabelecendo, com dedicação de tempo dos agentes para o monitoramento dos lagos e para o esclarecimento da população quanto aos benefícios do efetivo cumprimento dos acordos de pesca elaborados com apoio do projeto;

Na Praia do Carapanã, além de acordo de pesca, houve a ampliação do escopo do trabalho em Tarauacá para incorporar no Regimento da Pesca todos os lagos da TI e a abrangência da parceria foi ampliada e não ficou restrita apenas aos lagos/comunidades onde existe a ocorrência do pirarucu atualmente.

C.2) Aspectos institucionais e administrativos do WWF Brasil

Durante o período do projeto a diretoria do WWF Brasil passou por duas transições de Superintendência Geral (CEO) primeiramente em 2014 e depois em 2016. De modo geral essas mudanças no nível da alta diretoria da organização não afetaram o ritmo de implementação do projeto em campo.

A gestão do Projeto Pesca Sustentável sempre foi mais focada em atuação técnica e executiva na implementação da estratégia, apesar da necessidade de algumas intervenções de caráter político ou institucional que foram necessárias no início do projeto para se estabelecer um alinhamento e entendimento mínimo entre os parceiros nas etapas iniciais do projeto.

Além de 2 mudanças de Superintendentes Geral e Financeiro, o WWF Brasil também passou por as duas transições na coordenação do Programa Amazônia (2013 e 2016) e uma mudança de gestor técnico direto do projeto (Jan./16).

Ambas as mudanças de coordenador do Programa Amazônia foram favoráveis à implementação do Pesca Sustentável e ocorreram sem gerar conflitos internos na equipe (de 26 colaboradores atualmente) ou com consultores e parceiros da organização. Também não impactaram em atrasos para os processos de contratação, de realização de atividades, eventos ou viagens relacionadas à implementação dos 4 componentes. Pelo contrário, na atual coordenação do Programa os prazos de tramite de contratos de parceiros e consultores foram reduzidos e o trâmite está mais dinâmico do que nos 2 anos iniciais do Projeto.

De forma geral, isso está relacionado também aos investimentos que o WWF Brasil tem empreendido nos últimos anos para tornar mais eficientes seus sistemas de gestão de projetos e de controle contábil e de alinhamento técnico-financeiro das ações planejadas em seu orçamento anual.

No que tange à transição de gestor técnico do projeto, essa situação também trouxe vantagens e desvantagens para o ritmo de implementação das ações, para as relações de parcerias institucionais, na comunicação dos resultados e na definição das prioridades de implementação do projeto (e do FIP pirarucu) nos anos de 2016/17.

Com a gestão do projeto sendo realizada desde rio Branco o WWF pode participar e analisar presencialmente várias atividades do projeto, desde o manejo do pirarucu às prestações de contas financeiras da venda do pescado em comunidades. Assim podem vivenciar um pouco da experiência prática dos pescadores do GMP e explorar diretamente com os parceiros e beneficiários os pontos de estrangulamento do sistema de produção artesanal atual e os fatores limitantes a uma maior participação comunitária no manejo do pirarucu e na proteção/conservação dos lagos manejados.

Por outro lado, a gestão técnica realizada desde Rio Branco talvez seja percebida como fator desfavorável (por questões de fuso horário e de distâncias físicas) para a comunicação interna do projeto e para a

dinâmica de encontros e reuniões presenciais de alinhamento interno do WWF Brasil.

As funções de comunicador e das 2 gestoras financeiras (1 da Superintendência de Administração e Finanças (SAF) e 01 do Programa Amazônia) foram desempenhadas pelas mesmas profissionais durante toda a vigência do projeto. Isso favoreceu expressivamente para que a contabilidade do projeto fosse realizada com o mesmo alinhamento metodológico e rigor de controle financeiro do início ao fim do contrato, garantindo atendimento das normas contratuais de prestações de contas (pelo BNDES) e de planejamento financeiro anual do projeto (no WWF).

De forma semelhante, houve manutenção do comunicador do projeto em toda sua vigência, garantindo assim a mesma linha editorial nas matérias jornalísticas elaboradas para a página web do projeto.

Analisando-se os aspectos institucionais relacionados a captação de recursos e a prospecção e abordagem de outros potenciais doadores do WWF Brasil que possam apoiar-nos na continuidade da estratégia de conservação de pesca e recursos hídricos do Programa Amazônia, até 2020, o cenário não é muito favorável. O principal (hoje único) apoiador/parceiro do WWF Brasil é o WWF-UK, que através do Projeto Paisagens de Inovação Sustentáveis vem apoiando na implementação de duas das linhas de trabalho (estudo de deslocamento/telemetria e revisão periódica dos acordos de pesca) que foram iniciadas e/ou fortalecidas pelo Projeto Pesca Sustentável (BNDES) nos últimos anos.

Entretanto, os orçamentos anuais designados nesta iniciativa para as atividades de “sustainable fishery” na paisagem Feijó/Envira somam montantes muito abaixo do que o arranjo produtivo de pesca de Feijó e o arranjo educativo de manejo do pirarucu em Tarauacá demandam para se desenvolverem como um legado sustentável da iniciativa anterior.

Isso tem gerado preocupação e incertezas da organização sobre o futuro desta estratégia no Programa Amazônia e principalmente nas linhas de parceria iniciadas com as comunidades indígenas. As comunidades estão muito interessadas na continuidade da parceria, mas o WWF Brasil tem sido cauteloso em não gerar grandes expectativas de apoio financeiro e não pode se comprometer a todas as expectativas das TI tendo em vista o cenário financeiro limitado que este novo projeto em vigência (com recursos do UK) nos impõe.

Já com a COPAF e GMP Feijó, a preocupação também existe, mas por terem se beneficiado da parceria do WWF por quase 10 anos, estão bem melhor estruturados fisicamente, processualmente e estrategicamente com outros potenciais apoiadores (inclusive a Prefeitura de Feijó) em vista e terão boas condições para sensibilizar outros apoiadores para além da rede WWF, bem como em dar continuidade ao trabalho básico do manejo de pirarucu contando com apoio dos parceiros governamentais em outros projetos e convênios.

D) ANÁLISE DOS INDICADORES DE RESULTADOS E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ALCANÇADOS

Enviar a planilha do Plano de Monitoramento do projeto, previamente acordada entre o beneficiário e o BNDES, com os campos de “Dados Coletados” preenchidos. Esta planilha deve ser enviada ao BNDES por e-mail e impressa como anexo a este relatório.

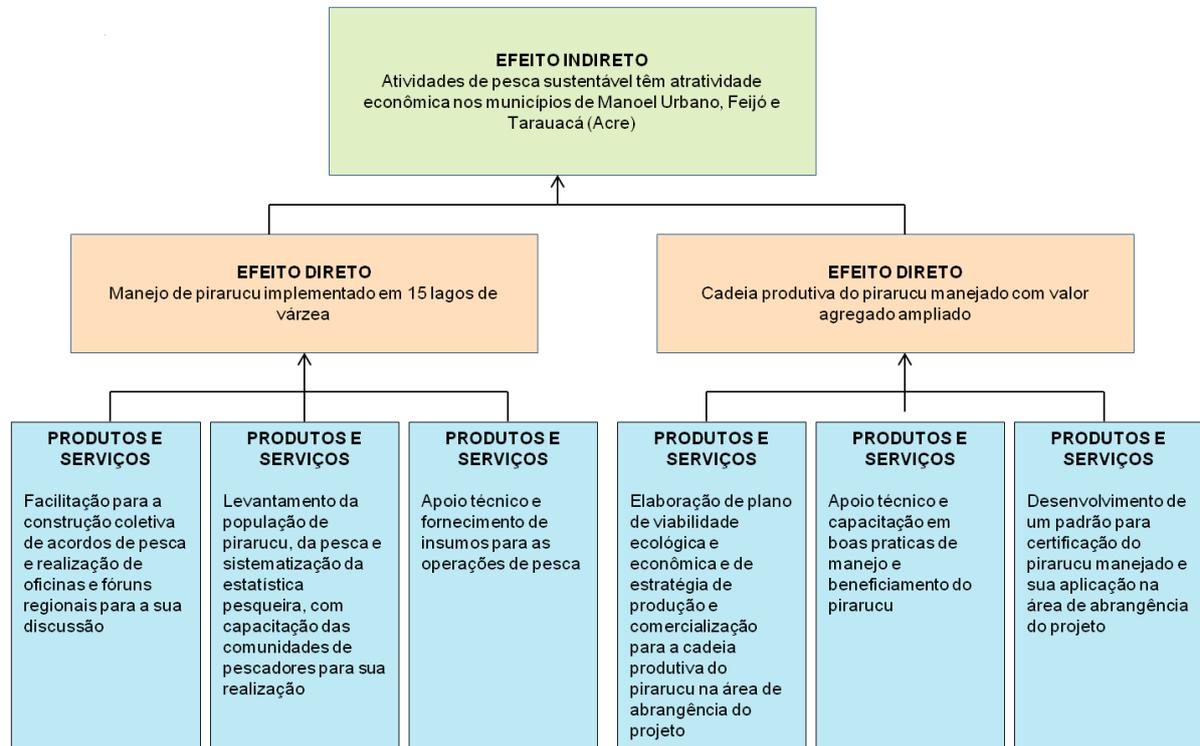
Em projetos que contemplem o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis ou a agregação de valor à sua cadeia produtiva, informar o número de indivíduos diretamente beneficiados por suas ações.

À luz do Quadro Lógico do projeto, descrever os avanços alcançados, os objetivos atingidos e em que medida os impactos diretos e indiretos observados são sustentáveis.

A lógica de intervenção do Projeto (Fig. 01) considerou dois efeitos diretos principais 1) Manejo de pirarucu implementado em 15 lagos de várzea e 2) Cadeia produtiva do pirarucu manejado com valor agregado ampliado. Para ambos, foram necessários vários produtos e serviços, cujos indicadores e métodos de verificação estão detalhados na planilha do Plano de Monitoramento anexa.

Abaixo se apresenta um resumo desses produtos, serviços, indicadores e os resultados alcançados até o momento (março/2017)

Fig.01 – Lógica de Intervenção do Projeto Pesca Sustentável



1 - Manejo de pirarucu implementado em 15 lagos de várzea

O manejo de pirarucu nos lagos de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano é o produto final de uma série de ações prévias e/ou simultâneas, que envolvem arranjos locais, relações interinstitucionais, ordenamento sócio-organizativo de diversas naturezas (ex. acordos e decisões participativas, ordenamento da pesca tradicional e pesca manejada, entre outros), além de treinamentos técnicos para a pesca em si. Além disso, o projeto abrange terras e grupos indígenas, que têm governança específica. Isso significa que até que se considere implementado o manejo há um caminho longo, que passa por varias etapas e instituições.

O trabalho junto com as instituições locais começou mesmo antes da vigência do Projeto Pesca Sustentável, com a realização de outro projeto em Manuel Urbano pelo Governo do Acre em parceria com o WWF-Brasil, em 2003/5. Neste Projeto Pesca Sustentável, diversas instituições foram envolvidas para apoiar o projeto, como o IBAMA, a FUNAI, o Governo do Acre (principalmente com o IMAC, a Secretaria SEAPROF e BPA).

A Colônia de Pescadores de Feijó e as lideranças dos grupos indígenas também tiveram participação ativa nas discussões e construção desses arranjos.

Os principais produtos relacionados são:

Produto 1.1- Facilitação para a construção coletiva de acordos de pesca e realização de oficinas e fóruns regionais para a sua discussão.

Como agentes facilitadores foram contratadas consultorias socioambientais com ampla experiência, como TIPOIA – Trabalho e Inclusão para Populações, Organizações e Instituições das Américas e IDS - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável.

A construção e monitoramento dos acordos de pesca nos 3 municípios se revelou bem mais complexos do que se supunha. Logo no início do projeto a Colonia de Pescadores, o Grupo de Manejo e a SEAPROF tiveram desentendimentos de natureza política em Manoel Urbano, onde esses conflitos internos, alheios ao projeto, acabaram por inviabilizar a continuidade das ações do WWF Brasil naquele município. Ainda em 2014 o WWF Brasil esclareceu ao BNDES a situação e foi acordado seguir o trabalho do contrato com nos dois municípios vizinhos. Em Manoel Urbano foram realizadas de 2014 a 2016, seis encontros/reuniões com os atores locais para se tentar acordos de retomada do manejo de pirarucu e de revisão dos acordos de pesca, sem sucesso. Em Feijó, onde houve melhores condições de atuação do Projeto, foram realizadas 36. Em Tarauacá, área de grupos indígenas com atuação mais recente do projeto, foram realizados 12 encontros. No total, foram realizadas 54 atividades entre encontros, oficinas e fóruns. A meta inicial de 6 oficinas, portanto, foi superada em grande escala, devido às necessidades e especificidades do projeto e das populações ribeirinhas e indígenas envolvidas.

Da mesma forma, o número de participantes também foi muito maior que o previsto. A meta prevista era de 180 participantes. Esse número foi quase alcançado só em Manuel Urbano, onde 160 pessoas participaram dos debates para a construção dos acordos de pesca. Em Feijó, foram 617 e em Tarauacá 103, totalizando 750 pessoas participantes das oficinas e fóruns regionais no escopo deste produto. Vale ressaltar que algumas pessoas participaram das oficinas mais de uma vez, entretanto esse número de presenças é bastante significativo.

Quanto aos acordos de pesca aprovados coletivamente e submetidos aos órgãos de legislação e controle, em Manoel Urbano temos os mesmos 4 acordos submetidos ao Ibama, vigentes desde 2006. Em Feijó, são 06 acordos os acordos aprovados pelo IMAC (Nov/15), 01 em análise e mais 03 Acordos (TI Nova Olinda) aprovados coletivamente e pela Funai. Em Tarauacá, são 10 acordos de pesca/uso de lagos e 01 Regimento da Pesca Huni Kui da TI Praia do Carapanã aprovados coletivamente e pela FUNAI e submetidos ao IBAMA (Set/16), sendo 3 destes para manejo do pirarucu. Entre Acordos de Pesca aprovados coletivamente e os submetidos ainda em trâmite de aprovação totaliza-se 24 acordos, **uma potencial superação de 60% da meta prevista.**

Totalmente regulamentados e publicados em Diário Oficial (União/Estado) são 6 acordos em Feijó e 4 em Manuel Urbano, em cenário futuro pessimista representaria um alcance de 60% da meta prevista. Mesmo posteriormente ao Projeto Pesca Sustentável o WWF Brasil permanece com tentativas de articulação e mobilização as lideranças indígenas das TI e gestores da Funai para reforçarem o diálogo com o Ibama acerca dos atrasos apresentados, acreditando que a meta pode ser superada quando forem efetivamente aprovados os acordos em lagos indígenas. Para isso está sendo proposto e demandado pelo WWF Brasil um questionamento em grupo (com presença dos agentes de manejo do pirarucu, os caciques das TI e a Funai) e de tom mais enfático junto ao Superintendente Geral do órgão no Estado do Acre, pedindo mais atenção ao processo e, se necessário registrando a queixa no Ministério Público Federal no Acre, se caso essa próxima reunião (Março/2018) não der resultado.

Produto 1.2: Levantamento da população de pirarucu, da despesca e sistematização da estatística pesqueira, com capacitação das comunidades de pescadores para a sua realização.

As contagens de pirarucu e monitoramento de outras espécies sofrem influencia de vários fatores, nem sempre previsíveis, como os extremos de cheia/seca que dificultam ou mesmo impedem o acesso aos lagos e a anuência das lideranças das comunidades onde os lagos estão localizados. Em alguns casos, conflitos internos entre grupos indígenas resultaram na proibição do acesso aos lagos em Feijó, onde o Projeto teve melhor resultado.

Em Manoel Urbano, os conflitos internos já mencionados inviabilizaram a implementação do projeto neste município e os dados reportados para 2015, 2016 e 2017 permaneceram os mesmos reportados ao final de 2014, para todos os indicadores do plano de monitoramento.

Em Tarauacá a área de manejo selecionadas foi a TI Kaxinawa da Praia do Carapanã, com demanda e anuência da comunidade e Funai. Neste município a comunidade realizou um zoneamento participativo de

todos os lagos da TI (10) e selecionou 3 destes lagos para o manejo de pirarucu, optando por fazer a primeira despesca em 2020 devido a necessidade de se capacitarem melhor para o manejo, realizar maior sensibilização e educação da comunidade para respeito aos acordos do regimento de pesca, aprimorarem a aplicação das técnicas de manejo e nestes próximos anos protegerem e monitorarem os lagos com ocorrência do pirarucu para promover aumento da população.

Assim, o número de lagos com estatística pesqueira realizada regularmente ainda está abaixo da meta inicial (15), pois a coleta de dados da pesca só tem sido realizada regularmente nos Lagos Orelha, Sacado, Sabiaguaba e Pedro Paiva e eventualmente nos lagos Sta. Julia e Cancão. Além dessa abrangência alcançada pelo grupo de monitoramento participativo da pesca, somente a espécie *Arapaima gigas* (pirarucu) tem uma avaliação populacional anual realizada e o número de lagos onde os pirarucus são contados anualmente também é variável, tendo sido no mínimo de 06 lagos (2014 e 2017) e no máximo de 12 lagos avaliados por ano (2015/16).

Este cenário pode mudar no curto prazo com a pretendida e encaminhada formação do grupo de monitoramento comunitário da pesca em Tarauacá, que possibilitará futura inclusão no banco de dados do monitoramento pesqueiro dos 10 lagos do rio Tarauacá abrangidos pelo Regimento da Pesca Huni Kui da TI Praia do Carapanã, sob análise do Ibama.

Atualmente, nos dois municípios são cerca de 15 lagos onde a população de pirarucu está sendo monitorada e os índices de incremento (ou redução) de estoques e o comportamento da relação (*jovens/adultos*) tem sido observada com regularidade ou periodicamente. Destes 15 lagos considerados, 12 são localizados em Feijó (= os 6 lagos com acordos IMAC2015 + 3 lagos sem Acordos de Pesca (mas com contagens de pirarucus em anos intercalados) + 3 lagos dos acordos de pesca indígenas da TI Nova Olinda) e outros 03 lagos em Tarauacá onde a ocorrência do pirarucu na TI vem sendo acompanhada pelos Kaxinawá anualmente, desde 2015, sempre com apoio do projeto Pesca Sustentável e em supervisão colaborativa da SEAPROF Feijó e do GMP Feijó.

Portanto, pode-se considerar que a meta inicial de 15 lagos tendo suas populações de pirarucus monitoradas foi minimamente cumprida, mesmo com todas as dificuldades de sensibilizar novas comunidades de Feijó em 2016/17.

Com relação à série de indicadores e metas quantitativas relacionadas a números de pescadores beneficiários diretos, indiretos, de etnia indígena e de mulheres alcançadas pelas ações do projeto, conforme o Quadro Lógico e o Plano Monitoramento trazem, a avaliação foi positiva para todos. Houve uma grande superação de metas relacionadas ao número de indígenas beneficiados, que se deu principalmente pela a inclusão do povo Huni Kui da TI Praia do Carapanã entre os beneficiários do Pesca Sustentável a partir de 2015 e também pelo fato dessa TI ter uma grande proporção (%) de mulheres em sua população.

No tocante à meta de 03 organizações comunitárias fortalecidas, a avaliação pode ser realizada de diferentes pontos de vista, a

Uma organização de base comunitária que certamente e indiscutivelmente foi a principal beneficiária do projeto é a COPAF, tendo em vista os aportes de equipamentos e recursos para o custeio das atividades de manejo do pirarucu, para o desenvolvimento e monitoramento socioambiental dos acordos de pesca e dos lagos, bem como serviços para seu fortalecimento organizacional e apoio em processos administrativos desempenhados junto à base de pescadores associados.

A segunda organização beneficiada diretamente foi a ASKAPA, que representa perante as organizações não indígenas o coletivo das 10 Aldeias kaxinawá da TI Praia do Carapanã. Esse povo conquistou que os materiais didáticos sobre o manejo de pirarucu e o Regimento da Pesca Huni-Kui fossem incorporados

aos instrumentos escolares de uso corrente em todas as aldeias/escolas da TI e teve 01 vídeo promocional sobre os primeiros passos da TI no manejo do pirarucu desenvolvido e divulgado no Fórum de Pesca de Feijó. A ASKAPA recebeu ainda em doação do WWF Brasil dois motores de popa (13HP) e cópias de todo material didático (cartilha, calendário e série de banners do Regimento de Pesca) para facilitar as ações educativas do grupo de manejo de pirarucu recém-formado dentro daquela associação e nas aldeias.

A terceira organização beneficiária foi a ASPAKNO, que representa o povo Huni Kui da TI Nova Olinda e embora não tenha recebido doações de equipamentos do projeto, também foi beneficiada com recebendo em doação para as 4 escolas da TI uma parte do 1º lote de cartilhas e calendários produzidos com coautoria com os Kaxinawá de Tarauacá. Os 02 agentes de pesca indígenas (associados da ASPAKNO) foram beneficiados como participantes do curso de contagem de pirarucus e no intercâmbio técnico com os Paumari do rio Tapauá (Out/17). A ASPAKNO também recebeu do projeto insumos e serviços de ATER para as contagens anuais do pirarucu na TI e participou da repartição de benefícios financeiros da venda do pirarucu pescado nos lagos da TI Nova Olinda em 2014 e 2015.

Desse ponto e vista a meta de promover fortalecimento de 03 organizações foi atingida, embora as três tenham recebido do projeto diferentes tipos e volumes de recursos como forma de apoios para o seu desenvolvimento organizacional.

Produto 1.3: Apoio técnico e fornecimento de insumos para as operações de despesca.

As operações de manutenção e pesca do pirarucu manejado apoiadas pelo projeto se distribuem principalmente entre operações de limpeza de lagos, de monitoramento de pirarucus e de peixes menores e da pesca do pirarucu. Em Manoel Urbano, como não estava havendo pesca manejada/legal de pirarucu desde 2011, as atividades do Projeto nesse município se restringiram a 3 visitas/reuniões de avaliação do contexto institucional e monitoramento. Duas foram reuniões com membros e associados da Colônia de Pescadores, lideranças do grupo de manejo de pirarucu e representantes da SEAPROF daquele município, para verificar se havia ambiente favorável para se obter em assembleia geral da colônia de pesca uma autorização ou acordos para a retomada das atividades do grupo de manejo ou para a revisão/atualização dos Acordos de Pesca aprovados pelo Ibama e ainda vigentes.

Outra atividade foi uma visita técnica da SEAPROF Feijó e pescadores do GMP Feijó (Abril/16) para apoiar na contagem de pirarucus em três lagos de Manoel Urbano (Sto. Antonio e Novo Destino e Bela Vista) que de acordo com relatos dos pescadores locais ainda teriam potencial para retomada do manejo. Foram contados apenas 32 pirarucus no lago Santo Antonio (que chegou a ter 200 pirarucus em 2010) e 04 no lago Bela Vista, sendo detectadas várias evidências em depoimentos de que a pesca ilegal está ocorrendo livremente nos Lagos do Purus e Manoel Urbano e presença da fiscalização ambiental por lá já ocorre a muitos anos. Posteriormente a essa atividade o WWF Brasil ainda tentou retomar contato com o líder do grupo de manejo por diversas vezes, todas sem sucesso e decidiu em definitivo por encerrar as tentativas de retomada da parceria com as organizações de pescadores daquele município.

Em Tarauacá e Feijó o projeto foi muito bem conduzido. Em Tarauacá ocorreram duas atividades de limpeza de sangradouros e 13 de monitoramento do pirarucu e dos lagos da TI. Em Feijó foram 03 de

limpezas de sangradouros, 20 atividades de monitoramento e 12 de pesca. **No total, foram 57 as atividades de manutenção e pesca apoiadas pelo projeto. A meta do projeto era de 9 operações.** Vale ressaltar que essa meta inicial provavelmente considerava apenas as despesas de pirarucu, que na prática se verificou que era necessário proceder a atividades de limpeza de lagos e de monitoramento para que acontecesse. Sob o ponto de vista apenas da despesa, o projeto deu apoio técnico e forneceu insumos para 12 oportunidades, todas em Feijó, superando a meta inicial em 33%.

Em relação aos indicadores e metas de número pessoas beneficiadas diretamente pelo projeto, considerando apenas pescadores, foram cerca de 45 a 60 aqueles mais diretamente beneficiados, a depender de como se considera a situação dos 15 pescadores do Grupo de Manejo de Manoel Urbano. Além deste grupo, em Feijó foram 20 pescadores, sendo 12 do GMP, os 06 monitores comunitários da pesca nos lagos manejados e 02 pescadores da diretoria da COPAF. Em Tarauacá outros 25, estando contabilizados os 10 agentes do manejo de pirarucu e 15 outras lideranças, entre professores e caciques das 10 aldeias da TI, sendo estes apenas os que participaram ativamente das Oficinas de produção do material didático (2015/16) e das reuniões comunitárias para debate, decisões de regras e posterior comunicação/difusão do conteúdo dos acordos e regimento da pesca (2016/17) entre a população da TI.

Além destes beneficiários, que estiveram envolvidos com atividades do projeto ao longo dos 42 meses de sua duração, também podem ser considerados como beneficiários diretos todos os 104 pescadores e 76 pescadoras associados da COPAF, que acessaram serviços da colônia e da assessoria técnica TIPOIA/WWF ao longo de 2016 e 2017 para realizarem seu recadastramento de pescador profissional e obter um novo RGP junto à Coordenação Federal da Pesca, atualmente vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (em anexo lista de 180 pescadores com novos RGP e os relatórios de pesca destes, emitidos pela Coordenação Federal da Pesca, Ministério).

Então, agregando-se os pescadores urbanos e pescadores ribeirinhos recadastrados e somando-se os públicos beneficiários indígenas e não-indígenas, de Feijó e Tarauacá, o número de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto alcança ou se aproxima bastante dos 800 beneficiários estabelecidos na meta. Apenas nas 02 TI beneficiárias a população total somada supera 800 pessoas. Além dessas comunidades kaxinawá o projeto também beneficiou 04 comunidades não indígenas do rio Envira (Extrema, Cancão, Mucuripe e Porto Rubinho) que receberam cotas da repartição de benefícios econômicos (ainda que de pequeno montante) das vendas de pirarucus manejados entre 2014 e 2016.

Os indivíduos de etnia indígena (Kashinawa) das aldeias beneficiadas com atividades ou repartição de benefícios econômicos gerados por ações do projeto são residentes em Feijó e Tarauacá (68 e 123, respectivamente). A meta inicial do projeto, de 120 indivíduos indígenas envolvidos, foi superada.

Em relação à inclusão de mulheres entre os beneficiários, a meta acordada no início do projeto era de 240 pessoas. Em Feijó o número de mulheres pescadoras associadas à Colônia de Pesca reduziu de 128 (planilha COPAF 2015) para 76 atuais (RGPs renovados). E em Tarauacá a população feminina da TI é aprox. 260, superando a meta inicial em 40%.

No quadro técnico do WWF Brasil os cargos de Diretoria e Coordenações são 20 e, atualmente, 07 destes são exercidos por mulheres. A proporção de mulheres em cargos decisórios teve um aumento no período do projeto e atualmente estão representadas em 35% dos cargos de coordenação ou diretoria.

A meta do projeto para o volume de produção não beneficiada era de 4.000 kg e para produção beneficiada de 2000 kg. Ao final do projeto, se registra o volume não beneficiado de 5.528 kg e beneficiado de 3.107 kg., **uma superação em 38% da meta programada para volume não beneficiado e de 55% para o volume de pescado pré-beneficiado** (mantas salgadas).

No que se refere às metas relacionada ao aumento da renda, em Feijó, no início do projeto se registrou a renda familiar média de R\$899/mês, sendo a renda do pirarucu de R\$650,00/pescador/ano. Ao final do projeto, a renda familiar média passara a ser de R\$900,00 mês e a renda do pirarucu foi R\$ 3.634,55/pescador do GMP (acumulada em 03 anos). Nesse município a renda de pirarucu para a comunidade era de R\$158,00/ano, mesmo valor para a colônia. No final do projeto, a renda acumulada repassada para comunidades foi de R\$ 8.040,00; de R\$ 2.858,00 o repasse para a Colônia, um aumento expressivo considerando os valores simbólicos praticados ao início do projeto.

Em Tarauacá, os acordos de pesca já foram aprovados coletivamente e contam com a anuência da Funai, mas para aprovação oficial em última instância e autorização de captura/abate de pirarucus, os kaxinawá ainda dependem do Ibama, conforme já foi explicado na seção C.

A primeira despesca na TI Praia do Carapanã está programada para 2020 e não terá uma finalidade exclusivamente comercial.

2) Cadeia produtiva do pirarucu manejado com valor agregado ampliado

O arranjo da cadeia produtiva do pirarucu de manejo na área de abrangência do projeto envolve *a priori* um diagnóstico sócio-organizativo, econômico e ambiental. No início do projeto foi realizado esse Diagnóstico no Município de Feijó, o qual identificou vários problemas e características locais que vêm orientando as atividades do projeto. Entre as dificuldades mencionadas está a pouca organização do grupo de Manejo de Pirarucu e da Colônia de Pesca. A organização desses grupos é pré-requisito e fundamental para o sucesso da atividade, e o Projeto vem trabalhando principalmente nisso.

Os pontos principais identificados pela consultoria da ATMA (Mitraud & Crossa, 2015, em anexo) se referem principalmente ao Município de Feijó, mas podem ser considerados também para os outros municípios de área de abrangência do projeto, pois têm características semelhantes, e foram os seguintes:

Pontos principais do perfil socioeconômico de Feijó, Acre

1. Município entre os mais carentes – 17º entre os 22 municípios do estado; 95,8% dos municípios do país com melhor índice. Em 2013, 36,51% da população viviam em condições de extrema pobreza.
2. Entre as atividades extrativas do município, o principal produto é madeira em diversas formas -- carvão, lenha e madeira em tora. A partir de 2012 a produção de madeira em tora aumentou 17 vezes em volume. A produção de açaí aumentou quase 10 vezes entre 2004 e 2012, enquanto a produção de borracha teve queda desde 2004.
3. Para pesca, não há dados de estatística pesqueira oficial. Uma estimativa baseada na venda de gelo indica produção pesqueira extrativa anual entre 29 t/ano e 87 t/ano. A venda é principalmente aos intermediários no Mercado Municipal. A maior parte do pescado extrativo vem do estado do Amazonas, exceto durante a piracema. O abastecimento do mercado local por pescadores de Feijó é limitado, tanto em volume como em tamanho dos peixes.
4. O Governo do Estado lançou o Programa de Fortalecimento da Piscicultura em 2011. Em Feijó, em 2014 estimava-se que Feijó teria construído 264 açudes. A produção estimada para 2013 era de 231 toneladas (entre três e oito vezes maior do que a produção extrativa estimada). A população prefere pescado extrativo, mas não há diferença de preço para o de açude. Na hora da compra, a população prefere a carne bovina.
5. Segundo vários relatos, a venda ilegal de pirarucu no município está aumentando, com preços entre R\$

8,00 e R\$ 10,00 fresco, comparado com R\$ 15,00 praticado pela Colônia em 2014. O pirarucu ilegal supostamente vem de fora do estado, mas foi sugerido que pescadores locais contribuem. O preço da manta seca, R\$20,00 (em 2014) foi considerado alto – o preço não deveria ser maior que o da carne bovina.

6. A pesca extrativa no município de Feijó não tem sido particularmente significativa no contexto econômico do município e progressivamente se torna menos significativa com a entrada da produção de piscicultura no mercado local. O programa do governo estadual de apoio à piscicultura deslocou a cadeia produtiva do pescado no estado dos pescadores profissionais independentes, a maioria residente na área urbana com a pesca como sua principal atividade produtiva para produtores rurais. Desta forma contribuiu fortemente para aumentar a vulnerabilidade social dos pescadores independentes profissionais.

Pontos principais do diagnóstico sócio-organizativo

7. O GMP foi formado em 2007. No início ele tinha um núcleo duro de seis pescadores, sendo quatro fundadores; todos membros de uma mesma equipe de pesca. A dinâmica de interações entre os membros do GMP e a forma de distribuição do faturamento do manejo indicam que o GMP é uma equipe com identidade bastante marcada e formada fora e previamente ao GMP. Estes laços dão estabilidade ao GMP e vincula ao trabalho benefícios imponderáveis como união e o prazer do trabalho.

8. No GMP, todos são homens entre 28 e 61 anos (2014), a maioria segunda geração no Acre. São residentes urbanos sem propriedade rural. A principal atividade econômica é a pesca, suplementada por diárias e renda de demais residentes da família e de benefícios do governo. 38% não sabia ler em 2013 e 54% não sabiam escrever.

9. A renda média mensal das UDs de membros do GMP em 2013 foi de R\$ 1.560, aumentada por UDs onde duas pessoas atuavam na pesca e recebiam o seguro defeso. A contribuição média da pesca para a renda (incluindo o seguro defeso) era de 52%, variando entre 17% e 100%. A renda média mensal da pesca variou entre R\$ 1.873 e R\$ 685. Em 2014, a renda com o manejo do pirarucu foi de R\$ 884,00. Se a cota de captura tivesse sido atingida teria sido R\$ 1.158.

10. O GMP é gerido de forma autárquica pela Colônia. O presidente da Colônia e um técnico da SEAPROF exercem liderança técnica e política; um líder entre os pescadores exerce a liderança da equipe de pescadores.

11. A gestão da Colônia melhorou muito com a eleição do atual presidente. Porém, não está claro qual o nível e qualidade de participação do restante da Diretoria.

12. Não havia em 2014 muita transparência em diversos âmbitos: na gestão de recursos do projeto; na gestão dos recursos da própria Colônia; na relação da Colônia com o GMP perante os sócios da Colônia. **Todos esses três aspectos melhoraram entre 2014 e 2017.**

13. Pouca transparência gerava uma crescente desconfiança da parte dos membros do GMP em relação à gestão dos recursos do projeto de manejo. O GMP é voltado para a pesca e organização dos trabalhos de campo. Iniciativas para promover maior envolvimento na gestão dos trabalhos, finanças e equipamento não geraram ganho significativo. O alto grau de analfabetismo entre os líderes do GMP também prejudica o potencial do GMP de assumir a gestão do manejo mais diretamente. **O cenário foi revertido e agora pescadores do GMP participam juntamente com a COPAF e os técnicos das reuniões de repartição e entrega dos benefícios financeiros para as comunidades ribeirinhas.**

14. Apesar do desejo expresso em alguns momentos pelo GMP, é fundamental não só que o manejo do pirarucu continue sob a gestão da Colônia, mas também que a Colônia assuma diretamente esta gestão e integre-a melhor em sua estrutura e quadro social.

15. Em 2011, quando o Estado abandonou o apoio ao manejo de pirarucu extrativo em favor da piscicultura industrial (e durante a vigência do projeto), o trabalho foi realizado com baixo nível de apoio institucional local e estadual. A SEAPROF apoiou por meio da autorização para um técnico extensionista participar, em grande parte porque o técnico é altamente comprometido com o trabalho e com o desenvolvimento do GMP. Ou seja, o apoio não era somente institucional.

16. O licenciamento ambiental, ou a aprovação de acordos de pesca e de cota de despesca a partir de 2014 começaram a ser transferidos do âmbito do IBAMA para o IMAC. **Ao final de 2015, com apoio técnico do projeto e forte trabalho de incidência institucional do WWF Brasil com IMAC, SEMA e Gabinete da Casa Civil, o IMAC assumiu plenamente essas funções.**

Pontos principais do diagnóstico econômico

17. A viabilidade econômica do manejo de pirarucu não se baseia na geração de lucros como um empreendimento privado, pois seu objetivo é gerar benefícios ambientais e socioeconômicos. Trata-se da necessidade de alcançar um arranjo produtivo e de comercialização que pague os custos do manejo (incluindo a remuneração justa dos atores envolvidos) com redução progressiva de dependência de doações filantrópicas.

18. A sustentabilidade econômica do manejo diz respeito à capacidade do manejo do pirarucu ser mantido ao longo dos anos com risco controlado de descontinuidade de ano a ano.

19. A viabilidade econômica do manejo extrativo de pirarucu em Feijó demanda uma combinação de variáveis de redução de custos e aumento da renda de comercialização e de compensação socioambiental por parte do governo.

20. O GMP sistematicamente pesca significativamente abaixo da cota anual autorizada. Em 2012, o GMP capturou 40% da cota (cota 60, captura 24), em 2013, o ano que teve a menor cota historicamente, a captura foi de 69% (cota 35, captura 24) e em 2014 a captura foi a mais baixa, representando 35% (cota 48, captura 17), **em 2015 da cota de 54 foram pescados 23 e em 2016 da cota autorizada de 28 foram capturados 15.**

21. Em 2014, o faturamento bruto da atividade em 2014 cobriu apenas 18% de seus custos, enquanto o WWF-Brasil financiou 82%. Mesmo que se reduza alguns custos das atividades do manejo limitando ou restringindo alguns itens de alimentação, uniformes, insumos ou manutenção de equipamentos etc, ainda não seria possível a COPAF assumir a atividade sem apoio o apoio não-reembolsável de ONGs ou apenas com financiamentos externos ou créditos bancários.

22. A distribuição do faturamento bruto, entre os pescadores é chamada de “distribuição de lucros”, no contexto do manejo em Feijó. Porém, trata-se de uma forma remuneração dos atores participantes; ou seja, mais um elemento de custo da atividade.

23. Sem o desenvolvimento de tecnologias ou métodos que aumentem a produtividade da despesca, a ampliação da área de manejo que demande a mobilização de mais um barco e viagens mais longas não reduzirá o déficit econômico do projeto de manejo do pirarucu e num primeiro momento, aparentemente elevaria os custos em proporção maior do que o faturamento.

24. O aumento do faturamento bruto mantém-se relativamente modesto frente aos custos do manejo. Além disso, o manejo de pirarucu em Feijó nas condições atuais de tecnologia e método é pouco sensível à redução de custos por efeito de ampliação de escala de produção.

25. O aumento de áreas não pode equivaler a aumento da remuneração – o benefício é mais pescadores ganharem, mas os custos aumentam tanto que mesmo com o faturamento maior o aumento da área de manejo pioraria a situação de viabilidade econômica do manejo.

Pontos principais do diagnóstico ambiental

26. A tendência natural dos lagos no município de Feijó é fechar. No rio Envira, lagos são formados forma de ferradura (*oxbow*) que ao longo do tempo vão se afastando do canal principal. À medida que se afastam do canal principal, aumenta o processo de assoreamento que termina na eutrofização do lago. O processo é mais marcado onde houve degradação da mata ciliar.

27. A amplitude e duração do pulso hídrico são determinantes na dinâmica do lago. A manutenção dos serviços ecossistêmicos do sistema rio-lagos é fundamental para a conservação da biodiversidade e riqueza faunística da região e para a viabilidade socioeconômica das comunidades que utilizam os recursos associados ao sistema rio-lagos.

28. O manejo do pirarucu e da pesca contribui fortemente para a manutenção destes serviços ambientais: a limpeza de sangradouros e de parte da cobertura de macrófitas nos lagos; há evidências de que a manutenção dos sangradouros abertos contribui para a redução da emissão de GEEs ao permitir a saída de macrófitas dos lagos, que de contrário morrem, afundam e decompõem, gerando a liberação de gases carbônico e metano; e o manejo da pesca no sistema rio-lagos representa um incentivo socioeconômico para a manutenção da qualidade da mata ciliar no entorno dos lagos e igarapés que os alimentam, reduzindo assim a pressão de desmatamento na região.

29. Com base nos dados de pesca no Alto Purus, aproximadamente 94% da produção pesqueira na região vem dos lagos. Com base nestes dados, podemos estimar o potencial produtivo (consumo e venda de excedentes) do sistema rio-lagos do rio Envira no Acre com porto-base em Feijó, em mais de 100 t/ano de peixe miúdo, além de uma cota de segurança de 26 t/ano de pirarucu inteiro.

30. A área de uso do pirarucu em áreas de várzea durante a enchente é o sistema de lagos, enquanto nos tributários é o sistema rio-lagos. Nos sistemas rio-lagos como no rio Envira o pirarucu utiliza os sangradouros para entrar e sair dos lagos entre o início da enchente e o final da vazante, no primeiro caso para se reproduzir em pequenos igarapés ou no próprio sangradouro. É necessário definir a área de abrangência de migração do pirarucu neste tipo de sistema, que no caso das áreas de várzea pode ser mais evidente que nos trechos de afluentes. Como exemplo podemos dizer que a área de uso de um grupo de pirarucus (com radiotransmissores) na várzea do Baixo Amazonas em condições extremas foi de uns 40 km, distância que pode ser bem maior num sistema rio-lagos.

31. A cota de 30% emula a mortalidade natural da espécie. O tamanho de captura nos afluentes como o rio Envira é maior do que no Baixo Amazonas, por razões ainda desconhecidas. Estudos genéticos, de crescimento, telemetria ou marcação e recaptura podem aumentar o conhecimento.

32. O pirarucu reage negativamente a perturbações no ambiente provocadas pelo pescador e tem capacidade de rápido aprendizado. O pirarucu também é bastante influenciado pelo pulso hidrológico, pelo estado dos sangradouros e pela quantidade de macrófitas no lago.

33. Monitorar o ciclo reprodutivo do pirarucu por meio de três indicadores: relação jovens/adultos; número de casais na choca ou com prole; relação entre pulso de inundação e tempo do cuidado parental. *Atualmente o projeto monitora apenas a relação jovens/adultos.*

34. O sucesso reprodutivo é menor nestas áreas do que nas várzeas baixas, sendo desconhecido se o problema é mitigado por um crescimento mais rápido dos juvenis. É fundamental conhecer a relação entre variáveis para estabelecer indicadores biológicos para ser incluídos no modelo de manejo.

37. Podemos esperar que a produção de espécies menores diminua a partir da implantação de medidas de uso e controle (manejo), para depois de 1 ou 2 anos crescer em volume e qualidade de peixe de forma sustentada até atingir a meta mencionada ou superá-la.

38. Em um sistema integrado de manejo de espécies miúdas e de pirarucu, a limpeza de lagos deve ser feita de forma diferenciada para o pirarucu e demais espécies; também atentar para a sensibilidade do pirarucu a alterações no ambiente e perturbação associada à pesca.

39. Caso se adote um sistema integrado de manejo, o monitoramento deve ser bastante rigoroso no ambiente, na estatística pesqueira, e no comportamento reprodutivo do pirarucu.

40. Para a melhoria do monitoramento do manejo extrativo de pirarucu em Feijó e sua adequação a critérios de certificação, é necessário desenvolver um sistema de monitoramento que contemple os aspectos sócio organizativos, econômicos e ambientais.

A partir desses pontos de atenção, a Consultoria efetuou as seguintes recomendações, sendo que algumas delas foram trabalhadas nos componentes do Projeto Pesca Sustentável ao longo de sua execução.

- Promover a capacitação da diretoria da Colônia e outros pescadores interessados para a gestão transparente do manejo do pirarucu e potencialmente de espécies miúdas.
- Num primeiro momento, buscar o aumento da produção da despesca até o limite da capacidade de trabalho das equipes de pescadores.
- Continuar a busca por medidas que aumentem a produtividade da pescaria para reduzir os custos de viagem na despesca.
- Priorizar o aumento da produtividade por meio do alcance da cota de despesca ao invés da ampliação de área de manejo, pois o aumento do custo na segunda alternativa o aumento do custo do manejo tem o potencial de superar o aumento da renda da comercialização.
- Para a comercialização do pescado manejado, buscar apoio junto à prefeitura para venda para os programas do Governo Federal PAA e PNAE.

Ainda nesse diagnóstico, foram analisadas 5 variáveis para a análise de cenários de viabilização econômica do manejo de pirarucu: A- Gestão do manejo; B- Aumento da produção; C- Venda com prêmio no preço; D- Pagamento por serviço ambiental via adicional no preço/kg; e E- Custeio de despesas pelo governo.

Como pode ser inferido pelos pontos e recomendações do estudo compilado acima, a elaboração de um plano de viabilidade ecológica e econômica e de estratégia de produção e comercialização para a cadeia produtiva do pirarucu na área necessitava de ações prévias, das quais várias estiveram foco do projeto nesse período.

Um novo estudo revisando alguns aspectos da comercialização do pirarucu nativo foi realizado mais ao final do projeto (2016/17). Seu objetivo foi atualizar dados econômicos da atividade, identificar/quantificar os avanços e dificuldades do GMP no novo contexto do setor pesqueiro e da aquicultura no Acre.

Consistiu basicamente de uma síntese da consultoria anterior agregada com uma revisão de literatura e pesquisas de mercado do Sebrae, um exercício de atualização dos custos do manejo pelo índice IGPM e a incorporação de informações de outras fontes de dados secundários mais relevantes, complementados com uma análise dos mercados locais, que no momento são os únicos mercados legalmente acessíveis e os mais viáveis para a venda do pirarucu manejado de Feijó, devido às questões da baixa escala da produção e necessidade de se conquistar previamente o Selo de Inspeção Sanitária Estadual, requerido para uma comercialização do pirarucu em maior escala ou para outros municípios além de Feijó. Assim decidiu-se por avaliar somente os mercados de Feijó e de Rio Branco, que poderá ser acessado no médio prazo, caso a certificação sanitária venha a ser almejada pela COPAF e GMP.

Deste estudo complementar iniciado em 2016 e finalizado em 2017, que é parte anexa do Relatório Final da consultoria da TIPOIA (CON833-2016), as principais conclusões e recomendações foram:

- 20% dos entrevistados são não alfabetizados completos e integrados com aqueles que são não alfabetizados funcionais (só assinam o nome chegam a representar quase 40% dos entrevistados);
- 80% das famílias recebem apoio do Programa Bolsa Família;
- Em relação à filiação junto a COPAF, 90% dos entrevistados disseram que possuem alguém da família que é filiado à organização, no entanto, cerca de 20% destes não possuem, segundo constam, a carteira de pescador ou documento institucional da Colônia;
- Segundo a rotina de pesca, há um costume de pescar diariamente, principalmente aqueles que são moradores ribeirinhos para o consumo familiar. O período de intensidade de pesca é nos meses do verão (Maio a Outubro);

- Em geral a pesca é realizada de forma individual (em sua grande maioria pelo homem). Quando coletiva, agrega a mulher e filhos ou com um amigo ou vizinho. Em 36,66 % das famílias, a mulher pesca regularmente;
- A média de captura dos pescadores urbanos entrevistados é de 200 a 300 Kg/mês, já que, tem finalidade econômica. Os ribeirinhos e indígenas pescam principalmente com vistas ao consumo familiar, que varia entre 5 a 15 Kg/mês.
- Apenas 30% dos entrevistados realizam a venda e a comercialização de pescado, todos sendo pescadores urbanos ligados à COPAF;
- 90% dos pescadores que comercializam o pescado por venda direta ao consumidor definiram a espécie Mocinha como o peixe (mais abundante) com um preço médio na cidade de Feijó de 6,00 a 7,00 Kg. Em linhas gerais, percebe-se que as *principais* espécies pescadas são: Mocinha, Mandim, Curimatã, Branquinha e Bodó.
- Os consultores analisaram o desempenho do manejo de pirarucu no Rio Envira a partir de indicadores econômicos e produtivos. Sendo eles: 5.1) eficiência econômica, 5.2) efetividade de pesca e 5.3) produtividade.
- 25 estabelecimentos foram entrevistados de abril a junho de 2017, entre feirantes, supermercados e peixarias.
- Em relação à origem do pescado nos estabelecimentos entrevistados, conclui-se que 50% da oferta é originária da piscicultura, enquanto a outra metade vem da pesca em ambientes naturais;
- Os espaços de venda de pescado ofertam 15 espécies principais, sendo o tambaqui, curimatã, surubim e piau as 04 espécies que mais foram ofertadas nos estabelecimentos respectivamente.

- As espécies com maior demanda são Dourado, Filhote e Mandim (92%), seguido por Pirarucu e Tambaqui (entre 84 a 88%) e Curimatã e Pirapitinga (50%);
- Quanto às condições de entrega e de acordos para a venda do pescado, 100% dos entrevistados condicionaram a venda do pescado à competitividade de preço no mercado local e à qualidade, sendo ponto essencial a entrega em gelo (fresco) e no local do comprador, com o frete onerado ao pescador ou piscicultor.
- A oferta de pirarucu entre 2014 e 2017 cresceu cerca de 20%;
- O preço de compra do Kg de pirarucu teve uma variação de até R\$ 6,00; sendo o maior preço de compra (R\$ 21,00) e o menor (R\$ 18,00) para manta seca. Na média, o preço do Kg ao consumidor chega a R\$ 18,00.
- Quase 90% dos estabelecimentos indicaram positivamente a intenção de adquirir o pirarucu do manejo de Feijó;
- Quase 60% dos entrevistados consideraram que regularmente recebem ofertas de venda de pirarucus, ao passo que em 2014 eram apenas 36%.

Da meta de 03 de municípios com plano de viabilidade ecológica econômica para a cadeia produtiva do pirarucu desenvolvido, 02 foram realizados e/ou tiveram revisão/complementação/atualização (Feijó e Manoel Urbano). Entretanto, como o manejo de pirarucu em Tarauacá não tem finalidade comercial, não faria sentido incluir esse município no estudo atualizado em 2017 pela TIPOIA.

Do mesmo modo, no que se refere a municípios com estratégia de produção e comercialização para a cadeia produtiva do pirarucu, foi realizado este estudo para o município de Feijó. O estudo foi desenvolvido e revisado de acordo com a realidade das oportunidades de pesca/venda de pescado manejado, que são anuais. O estudo de 2016/17 aborda questões da pesca, beneficiamento, comercialização, com consultas a 25 atores da cadeia de valor e do setor produtivo e comercial da pesca/pirarucu local, com alguns resultados brevemente sintetizados acima.

De modo geral, o Projeto conseguiu de forma efetiva proporcionar um maior engajamento de diversas instituições locais envolvidas no arranjo produtivo do pirarucu manejado, como Funai, Ibama; Governo do Acre (principalmente com o Instituto de Meio Ambiente do Acre; a Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar e o Pelotão Ambiental da PM /AC).

Produto 2.2: Apoio técnico e capacitação em boas práticas de manejo e beneficiamento do pirarucu

Durante toda a sua vigência, o Projeto foi acompanhado e assessorado por empresas de consultoria socioambiental, destacando-se a TIPOIA, que tem coordenado em campo a implantação do processo de gestão participativa nas comunidades e presta serviços através de três profissionais e envolvidos nos contratos de ATER e de desenvolvimento de arranjos institucionais. Além desta empresa, houve o envolvimento de uma consultora do Instituto de Desenvolvimento Social (IDS) com plano de trabalho voltado ao fortalecimento da colônia e da identidade e processos do grupo de manejadores especificamente. O plano de ação do IDS também tem interface com o plano de certificação do pirarucu, nos quesitos e padrões referentes estabelecimento dos instrumentos de governança da operação de manejo do pirarucu.

Com o apoio desses consultores foram realizados 60 eventos/reuniões/oficinas de formação e capacitação, sendo 41 em Feijó (Gestão Participativa, Monitoramento e Rastreamento), 3 em Manuel Urbano (02 reuniões e 01 contagem, em 2016) e 11 em Tarauacá (Gestão Participativa, monitoramento e contagem). A meta prevista para este indicador era de 12 oficinas, superada pelo projeto em 500%.

Em relação ao número de indivíduos participantes de oficinas de formação e capacitação, os presentes nas oficinas do projeto totalizaram 420 (277 em Feijó, 30 em Manuel Urbano e 113 em Tarauacá) de uma meta de 360 pessoas, indicando um resultado 17% maior que o esperado.

Produto 2.3: Desenvolvimento de um padrão para certificação do pirarucu manejado e sua aplicação na área de abrangência do projeto.

Conforme detalhado em relatórios anteriores, a empresa VMD Consultoria e Assessoria Pesca, experiente em processos de certificação, identificou sete principais fontes de não conformidade na pesca manejada de pirarucu, mas apontou que apesar de alguns problemas, a pescaria apresentava um alto potencial para certificar-se em curto-médio prazo, desde que as devidas correções fossem realizadas, o que foi orientado através do FIP (Fishery Improvement Plan).

Conforme Relatório de Consultoria específica para o acompanhamento do FIP (Lima, 2016) os passos dados em busca da pré-certificação e melhoria da pescaria do Pirarucu em Feijó durante o ano de 2016 foram muitos, contudo não será possível concluir as 3 ações que faltam do FIP neste ano devido a problemas burocráticos, como por exemplo dificuldades na importação dos equipamentos para o monitoramento de pirarucus por telemetria; problemas climáticos que atrapalharam as atividades do manejo (seca do rio Envira); e por fim o maior problema enfrentado remete-se a crise que passa o Governo Estadual (parceiro importante para ações do FIP).

Na criação do FIP constava originalmente 6 grandes ações a serem cumpridas para atender os requisitos não atingidos anteriormente, assim foram feitas ações na busca de uma melhora nas médias estabelecidas pelos critérios MSC. (*Planilha de pontuação e monitoramento da implementação do FIP em anexo*)

Ações:

- 1) Formação do FIP e de seu comitê diretivo:** tarefa que consiste basicamente em definir papéis e responsabilidades das partes interessadas no programa e acordar que estes atores atuarão de forma coordenada e conjunta para alcançar os objetivos. Foi planejada com o objetivo de criar um Programa de Melhorias que tivesse a participação de todos os atores envolvidos na pesca do pirarucu nos lagos de Feijó.

Resultado: O Regimento Interno do GMP Feijó e as Portarias e Instruções Normativas Publicadas pelo IMAC possibilitaram a sanar as pendências apontadas para este critério. Os atores diretos foram mobilizados individualmente e encontram-se engajados no Projeto. Todavia, com o Governo do Estado passando por uma forte crise como todo o Brasil, este parceiro importante para o projeto e para a

implantação do FIP se distanciou ultimamente do Projeto, dificultando a assinatura de um acordo de cooperação no qual todas as partes se comprometam a trabalhar de forma conjunta e coordenada seguindo o Plano de Trabalho do FIP. Diversas ações baseadas na implementação prática do Regimento Interno e monitoramento da efetividade dos Acordos de Pesca foram retomadas em 2016 e continuaram durante todo ano 2017.

2) Identificação de uma unidade mínima de gestão para a pesca do pirarucu nos lagos da região de Feijó (AC): esta ação visa assegurar que de fato se está trabalhando num conjunto de lagos que represente uma população ou subpopulação da espécie, de tal maneira que as medidas de gestão implantadas permitam alcançar os objetivos do manejo. Foi planejada para gerar embasamento técnico científico permitindo definir uma Unidade Mínima de Gestão nos lagos manejados de Feijó, de forma a garantir que o manejo de fato gere impactos positivos e seja responsável pelo status de uma população/subpopulação.

Resultado: Foram planejados trabalhos e iniciados estudos de movimentação lateral do pirarucu com técnicas de radiotelemetria, marcação e recaptura para melhor compreender padrões de deslocamento da espécie na região alvo, de maneira a identificar se o pirarucu é uma espécie residente dos lagos ou se a migração lateral entre lagos pode trazer incertezas e variáveis adicionais serem consideradas no sistema de manejo. A ação foi parcialmente implantada. Foram contratadas consultorias especializadas em ambos os estudos, tendo ocorrido duas missões em campo que resultaram na marcação com tags externas e colocação de dispositivos de rastreamento em 10 indivíduos. Ainda não foi possível obter resultados para nenhum dos projetos devido a grande seca do rio Envira durante o ano, que dificultou que a água do rio adentrasse nos lagos permitindo que os peixes se locomovessem de um habitat para o outro. Assim, até o presente momento, ainda não é possível responder as perguntas de pesquisa que motivaram a implantação dos estudos. Mais foi possível durante e após a segunda expedição marcação fazer o rastreamento dos peixes marcados no primeiro e segundo esforços de campo, constando-se que os dispositivos de rastreamento estão funcionando. Um plano de rastreamento foi conduzido entre Dez/16 e Out/17 com mais 04 viagens de rastreamento realizadas no período. No caso do rastreamento, o objetivo é traçar uma rota detalhada, e uma coleta de dados ponto a ponto durante a cheia.

3) Capacitação contínua dos contadores: esta ação foi criada para reduzir a variabilidade nas contagens observadas entre os anos 2009 e 2013, o que traz maior robustez às avaliações de estoque e garante que se está trabalhando de fato com uma contagem precisa para definição das cotas.

Resultado: A ação não foi implantada ainda. Para justificar a existência de um programa continuado de capacitação é necessário e de se esperar que exista primeiramente um grande público demandante destas capacitações. Para avaliar a receptividade dos moradores do Envira a este tipo de capacitação e também avaliar/calibrar a habilidade dos atuais membros do GMP Feijó na tarefa de contagem do pirarucu, foi contratada consultoria de curto prazo do IDSM, uma instituição de referência e excelência em pesquisa e manejo de pirarucu na Amazônia, que realizou em Jun./17 o Curso de Aplicação de Método de Contagem de Pirarucu em dois lagos naturais do rio Envira com uma turma de 28 participantes, todos aprovados ao final do curso. Estavam incluídos alguns ribeirinhos da comunidade Porto Rubinho, todos os atuais contadores de pirarucu do GMP Feijó e os novos manejadores em formação do grupo indígena de Tarauacá. O curso, os instrutores e material e metodologia foram muito bem avaliados pelos participantes, assim como habilidade de contagem dos participantes, no geral, também foi bem avaliada pelos instrutores. Esse fato deu mais segurança ao WWF e parceiros para a interpretação dos dados da contagem de pirarucu de 2017, ação esta que se sucedeu por mais 15 dias após a realização do curso. *(Em anexo Relatório do Inst. Mamirauá, ref. realização do evento)*

A equipe do WWF, em suas próximas viagens pelo rio Envira continuará fomentando e esclarecendo as comunidades da necessidade de formação de grupos de contadores nas comunidades, mas entende que esse agrupamento e interesse pela atividade deve ser o mais espontâneo possível por parte dos

pescadores e/ou surgir de movimentos ou desdobramentos naturais de sua participação como associados da COPAF ou simpatizantes do GMP.

Logo que essa demanda comunitária surgir mais claramente, ou for crescente e registrada por algum grupo específico perante a COPAF, já existe relação de colaboração iniciada e favorável para o WWF ou a própria COPAF demandarem o IDSM na continuidade da parceria. O ambiente de cooperação experimentado entre WWF, IDSM e SEAPROF durante o planejamento e realização do curso (Jun/17) no Acre já proporcionou espaço para uma reaproximação do IDSM à nossa parceria local, que pode ser realizando novos cursos de método de contagem, formando multiplicadores do método no Acre, certificando os pescadores locais mais experientes no IDSM ou até mesmo unindo-se ao WWF, SEAPROF e COPAF para nos orientar e auxiliar no desenho do Programa de Formação Continuada de Contadores de Pirarucu do Acre, quando o tamanho da demanda dos pescadores e das Colônias de Pesca de todo o Estado assim o justificar.

Na próxima auditoria parcial do FIP (2018) esse ponto será discutido e renegociado entre os parceiros e auditores/consultores, com base nos resultados parciais alcançados e no parecer de avaliação positiva dos contadores de Feijó pelo IDSM em 2017.

4) Solucionar entraves institucionais entre Autarquias Estaduais e Federais: visa basicamente atuar junto ao IMAC e ao IBAMA para assegurar cumprimento dos papéis e atribuições destas duas Autarquias no que tange a publicação dos acordos de pesca e liberação das cotas anuais.

Resultado: O WWF atuou junto ao IMAC sensibilizando a instituição quanto à importância da solução do impasse para que os acordos fossem publicados – uma condicionante à certificação. A ação gerou resultados positivos e culminou com a publicação da Portaria Normativa No 08/2015 através da qual o IMAC assume a responsabilidade pela construção, aprovação, monitoramento e avaliação dos acordos de pesca. A comprovação de que os entraves foram solucionados é a publicação dos acordos de pesca para os seis lagos onde há manejo e ainda outra ação concluída foi a publicação por parte da FUNAI das cartas de anuências para o manejo nos lagos indígenas de Feijó e Tarauacá. Esta a ação foi concluída e teve seus objetivos iniciais alcançados ao final de 2015. Entretanto o WWF precisa intensificar em 2018 as discussões com o governo estadual sobre a expansão dos Acordos de Pesca para outros rios e lagos do Estado e também, por ocasião da 3ª fase Atualização do Zoneamento Ecológico Econômico do Acre, o WWF Brasil, que é membro Comitê Executivo de Revisão de ZEE Acre, argumentará e buscará justificar com base nos resultados do Projeto Pesca Sustentável um pedido de estudo da CZEE para avaliar a factibilidade e benefícios da criação/reconhecimento de uma zona especial de incentivo ao manejo do pirarucu e de conservação de recursos pesqueiros, com diretrizes específicas para essa zona definidas no escopo da 3ª fase do ZEE-AC e em sua regulamentação posterior.

5) Criação de um processo de tomada de decisões documentado para a revisão periódica dos acordos de pesca de outras medidas de ordenamento: esta ação foi criada após a identificação de que a forma como estão estabelecidos os processos de tomada de decisão entre os atores da pesca manejada não se encontram formalmente documentada e acordada expressamente entre as partes envolvidas, mas vem sendo observadas pelos parceiros na prática do dia a dia de implementação das estratégias do projeto. Este processo, quando estiver formalmente documentado, permitirá identificar como o sistema atua na resolução de conflitos internos, que até o momento tem sido ocasional e transitório, e constatou-se que apesar da formalização não ter sido efetivada, esse fato não interferiu na boa relação de parceria entre as organizações envolvidas.

Resultado: Esta ação foi considerada concluída na auditoria de Abril/2016. Foram apresentados como evidências da resolução os produtos finais de uma consultoria especializada em Facilitação de Processos e Educação de Adultos para trabalhar junto ao Grupo de Manejo no desenvolvimento de um Regimento

Interno para melhor coordenar a atuação do Grupo. Os processos de tomada de decisões foram criados de forma participativa e atualmente há documentação sobre todos aqueles que envolvem o manejo do pirarucu nos lagos de Feijó. A ação foi concluída e os objetivos alcançados, tendo sido aprimorados os mecanismos decisórios e de definição de papéis e responsabilidades.

6) Implantação de um plano de fiscalização para os lagos do Rio Envira: visa assegurar que a pesca ilegal não irá impactar a população (ou subpopulação) manejada e alvo da certificação. Definir rotinas de fiscalização, papéis e responsabilidades.

Resultado: Esta ação foi iniciada e encontra-se em fase de desenvolvimento. Foram conduzidas reuniões com as partes interessadas (Colônia de Pesca, IMAC, SEAPROF e Pelotão Ambiental) de maneira a sensibilizar os atores quanto à necessidade de programar uma rotina de fiscalização pesqueira na região. Três reuniões foram conduzidas e todos os envolvidos apresentam intenção de cooperar. Foi realizada uma primeira expedição de reconhecimento, sinalização dos lagos e sensibilização dos ribeirinhos, todavia um plano de fiscalização veio se materializar de forma documental somente em Nov./16, por ocasião do encerramento da consultoria de apoio ao FIP, sendo o plano de proteção para os lagos da região incluído como um dos anexos ao Relatório Final do consultor Dirceu Madson).

O processo não foi concluído devido a crise financeira que afeta o Governo Estadual, uma vez que os órgãos fiscalizadores (Pelotão Ambiental e o IMAC) estiveram sem orçamento aprovado para conduzir qualquer tipo de ação de fiscalização de pesca. O pouco orçamento existente no BPA é restrito a operações de combate a grandes desmatamentos e em denúncias de exploração ilegal de madeiras, sendo seus custos geralmente assumidos pelo orçamento do IMC, IMAC ou ICMBio. Medidas mitigadoras estão sendo realizadas pelo WWF, como captação de recursos e parcerias para que aconteçam no mínimo 4 fiscalizações durante o ano no Rio Envira.

Como se pode notar, a maior parte das ações foi implantada, sendo que algumas delas já foram concluídas, com objetivos alcançados. Os melhores resultados foram observados (1) na solução dos entraves institucionais que culminaram com a publicação da Portaria Normativa No 08/2015 e nos Acordos de Pesca subsequentes e (2) no desenvolvimento de um regimento interno para o Grupo de Manejo. Ambas as ações, quando avaliadas conjuntamente, geraram melhorias em 3 indicadores da pescaria, que passaram a atender aos requisitos mínimos para a certificação MSC, os quais são demonstrados através de novas tabelas de avaliação.

Para as ações não implantadas bem como para aquelas implantadas e em fase de desenvolvimento, recomenda-se que o planejamento continue sendo executado nos prazos para que as metas possam ser alcançadas.

Recomenda-se ainda que sejam alocados esforços em três pontos restantes e de suma importância para a certificação (1) dar continuidade ao estudo sobre aspectos migratórios do pirarucu na região do Rio Envira, que impacta diretamente a definição da Unidade de Avaliação bem como indicadores do Princípio 1; (2) implantar o programa de capacitação continuada dos contadores, de forma a reduzir erros nas contagens e aumentar a confiabilidade na definição das quotas; (3) implementar de forma contínua o trabalho do plano integrado de fiscalização que apresente as bases para a fiscalização da região e que permita que as instituições aloquem recursos humanos e financeiros de forma regular e ininterrupta.

Com base nos resultados analisados, a Consultoria contratada estimou (Abril/16) que a pescaria deva estar apta à certificação em um prazo de mais 2 a 3 anos, sendo a indefinição da Unidade de Avaliação atualmente o principal entrave à certificação desta pescaria. O WWF considera que outro entrave pé a contínua redução das cotas anuais de captura e do volume capturado e a grande variação observada no número de pirarucus contados em alguns lagos, de um ano a outro nos últimos 3 anos, o que traz incertezas sobre a efetividade das técnicas de manejo aplicadas e sobre o potencial de produção de pirarucu manejado neste sistema natural do rio Envira.

Para se prosseguir com a implementação do FIP, visando a certificação, é necessário garantir antes que exista expectativa de um volume mínimo de pescado a ser ofertado anualmente destas operações certificadas. No caso de Feijó, isso passará por regular melhor a produção e entender melhor os motivos (se naturais ou antrópicos) das grandes variações ocorridas nos números de pirarucus contados em alguns lagos importantes do sistema Envira (como L. Cancão, L. Sta Júlia e Lago Sabiaguaba).

Certificação MSC para uma pescaria de água doce pode ser uma conquista inovadora ou validar um teste de aplicação dos padrões MSC em outras pescarias fora de ambientes marinhos, que seria bom para o WWF Brasil, mas nem tanto assim para os pescadores locais.

Para os benéficos de uma certificação MSC poderem ser explorados mais amplamente, por vários operadores da cadeia de valor do pescado, esse pescado teria que alcançar mercados nacionais externos ao Acre (ou internacionais), o que exigirá grande prazo de trabalho também no ajuste de processos, treinamentos, estruturação e certificação das plantas de beneficiamento/processamento do pescado com critérios de sanidade do produto final garantidos, que ainda parece distante da realizada e da COPAF atualmente. Pela escala de produção atual do pirarucu maneja de Feijó, só seria viável um investimento dessa natureza, se viesse a proporcionar também o beneficiamento e agregação de valor para várias outras espécies de peixes nativos comercializados no município e na região.

Considerando os indicadores de desempenho desse produto, a meta do projeto em relação ao número de lagos com pré-avaliação da pescaria de pirarucu concluída era de 10 lagos. Essa pré-avaliação foi feita pelo projeto em 6 lagos, todos em Feijó, representando um desempenho de 60% da meta inicial.

O número de lagos com programas de melhorias da pescaria implementadas, por sua vez, são 9, de uma meta de 10, alcançando 90% da meta programada.

Da mesma forma, o número de lagos sob manejo com critérios de certificação implantados são os 6 lagos com acordo de pesca no Rio Envira, 60% da meta inicial.

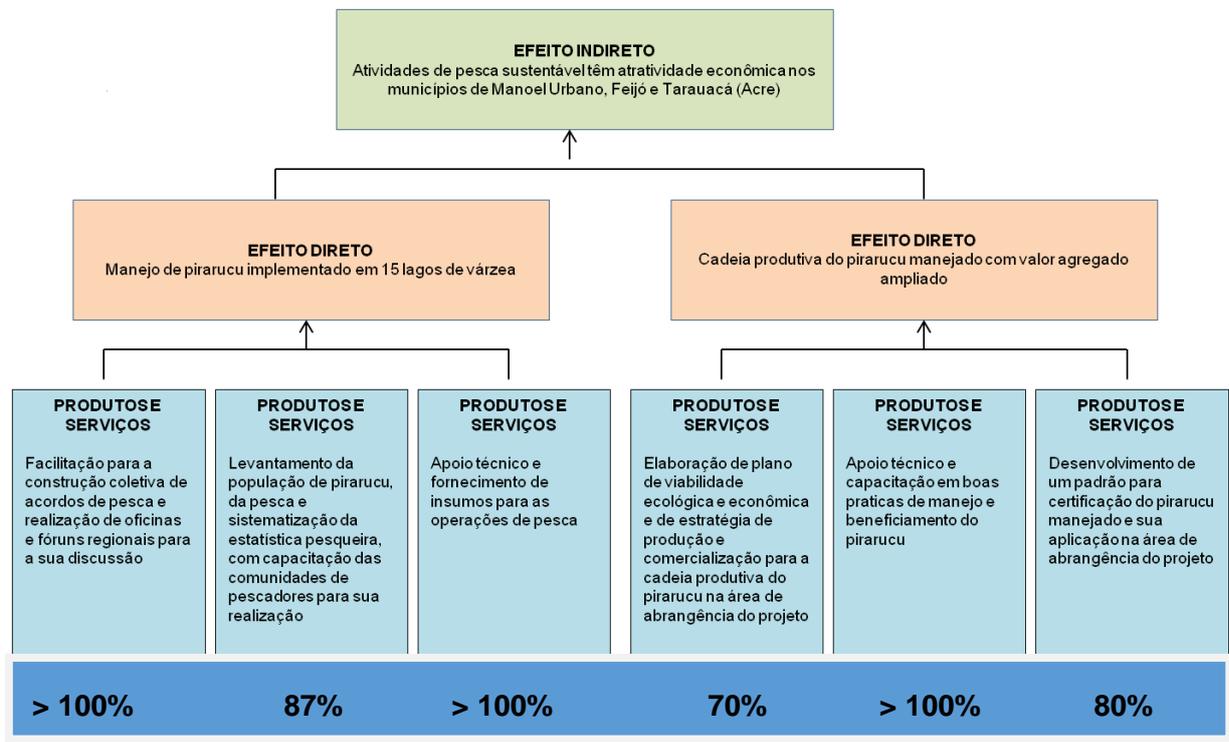
Devido às dificuldades enfrentadas na resolução dos problemas e gargalos do FIP para certificação, até o momento não há nenhum lago com avaliação completa concluída para certificação ambiental, embora o processo esteja em andamento e com boas perspectivas, conforme disposto acima. Neste quesito, a meta de 10 lagos estabelecida no início do projeto não foi alcançada em nenhum percentual.

A Figura 2 mostra o desempenho do projeto em relação aos os indicadores e em relação ao cumprimento de metas, à luz do Quadro Lógico.

O incremento no número de pirarucus e o número de acordos de pesca regulamentados foram os índices que obtiveram desempenho abaixo da meta estabelecida, o que reflete muito bem as dificuldades que o projeto teve nesses quesitos durante a sua implantação.

No caso dos acordos de pesca, as dificuldades foram decorrentes principalmente da falta de colaboração dos órgãos de fiscalização e controle locais, especificamente Ibama e IMAC, que não tinham claras as suas atribuições específicas para essa regulamentação. Essa questão foi trabalhada intensamente durante a vigência do projeto e já se pode considerar resolvida, com a publicação da Portaria Normativa Nº 08/2015 através da qual o IMAC assume a responsabilidade pela construção, aprovação, monitoramento e avaliação dos acordos de pesca. Isso garante que os acordos de pesca em andamento sejam analisados e aprovados.

Figura 02 – Alcance de metas do projeto Pesca Sustentável



Alcance de Metas

Outra dificuldade que concorreu para esse desempenho é a necessidade da anuência prévia (sócio cultural) da FUNAI, seguida do licenciamento ambiental do Ibama no caso de acordos de pesca em áreas indígenas. A burocracia que envolve as deliberações de todos esses órgãos - Funai, Ibama, IMAC - resulta que os processos fiquem parados durante meses esperando análise, vistorias de campo, contestações dos proponentes etc. até sua longínqua aprovação, impactando diretamente o cronograma dos projetos associados com esta categoria de metas.

Em relação ao incremento de pirarucus nos lagos manejados, os dados que foram coletados no período são inconsistentes para se definir com segurança pelo aumento, manutenção ou redução dos estoques de pirarucu, uma vez que não foi possível efetuar as contagens em todos os lagos da área de abrangência do projeto; as contagens efetuadas nos lagos manejados podem estar sendo mascaradas pelo deslocamento de pirarucus para os lagos não manejados e/ou sem acordo de pesca, onde não foi permitida a contagem. Por outro lado, mesmo nos lagos onde foram feitas contagens, devido ao fato de muitos deles se encontrarem bastante cerrados, a contagem fica prejudicada porque os pescadores não têm acesso visual ao peixe. Aliada a essas dificuldades, ha ainda a possibilidade de estar ocorrendo pesca clandestina, pois em varias ocasiões no momento da despesca foi verificado um numero menor de peixes do que havia sido conferido na contagem.

Essas inconsistências já estão sendo trabalhadas com a implantação do FIP, em especial através dos projetos de marcação e telemetria e da implantação de um programa de fiscalização frequente nos lagos do rio Envira. Vale ressaltar que este e um ponto que merece muita atenção, pois a determinação do estado dos estoques é fundamental para a pesca manejada, seja para continuar o programa de contagens e despescas ou para estabelecer um período de carência para que os estoques se recuperem, ou mesmo sejam definidas ações que facilitem o transito dos pirarucus entre o rio e os lagos (limpeza de sangradouros, limpeza de lagos por ex.)

São inúmeras as frentes do projeto, que integram aspectos socio-organizacionais, econômicos e sociais, todos interligados e fazendo parte de um mesmo processo. Mesmo que se procure trabalhar todas essas frentes de forma simultânea, algumas são prioritárias pois delas dependem todas as outras. É o caso da capacitação e organização social, que foram priorizadas.

A organização do GMP e fortalecimento da COPAF, assim como a construção dos acordos de pesca, eram condições prévias para que se pudesse trabalhar posteriormente arranjos produtivos, estratégias de produção e comercialização, organizar a cadeia de produtos da pesca. Por esse motivo esta parte do projeto teve menor desempenho, embora plenamente justificado.

O período de execução do projeto se revelou insuficiente para contemplar melhor esta parte, principalmente em face às exigências e critérios para obter uma certificação da pesca. Por outro lado, houve uma expressiva falta de apoio dos órgãos do governo estadual. No início das atividades de pesca manejada no Acre, o Governo do Estado apoiava o manejo da pesca. Desde que encerrou o programa de manejo da pesca em favor do Programa de Fortalecimento da Piscicultura, o projeto de manejo de pirarucu no Acre vinha sendo financiado integralmente pelo WWF-Brasil até a realização do contrato com o Fundo Amazônia em 2014. Com o avanço do programa do governo de apoio à piscicultura, as condições são desfavoráveis para a colocação da produção manejada do pirarucu no mercado sem a adoção de estratégias que o transforme em um produto diferenciado ou premium ou orgânico (transgenic free) ou categorias afins que o diferenciem do pirarucu de cativeiro.

Esse é mais um motivo para ter cuidado e preparar bem o grupo de manejo, a colônia de pesca e o produto da pesca para atuar em um mercado competitivo, com vantagem. Vale lembrar que o apoio do governo a piscicultura e a grandes empresas locais de certa forma fragiliza os pescadores profissionais, que vivem exclusivamente da atividade pesqueira tradicional/artesanal.

No início do projeto foi realizado um Diagnóstico da cadeia produtiva do pirarucu de manejo em Feijó e foram acatadas várias sugestões da Consultoria. Nessa ocasião o programa de apoio à piscicultura no Estado ainda estava no início. Um novo Diagnóstico foi conduzido ao final do projeto, atualizando dados e valores e percepções de mercados do pescado em Rio Branco e Feijó, e informações dos principais mercados atuais do pirarucu manejado do rio Envira. Adicionalmente o estudo atualizado em 2016/17 permite identificar os avanços e dificuldades e sugerir novas estratégias e canais para a comercialização do pirarucu manejado, dentro da nova realidade política e contexto institucional do Estado e do País.

Considerando os critérios definidos pelo OCDE/CADE e Salvaguardas de Cancun, constantes do *Marco conceitual - Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia*, pode-se fazer os seguintes comentários para o projeto Pesca Sustentável:

- Quanto à Relevância

O Projeto continua relevante para todos os envolvidos, talvez até mais do que quando começou a ser implantado. Para os manejadores, pescadores e etnias associadas ao projeto, além de configurar um item importante para a segurança alimentar, a pesca sustentável estabelece um diferencial em relação ao pescado de açude (cativeiro), que está sendo fortemente impulsionado no Estado. A agregação de valor continua sendo um objetivo a ser alcançado. A certificação talvez não seja uma conquista em médio prazo, mas tanto as ações que ainda devem ser feitas, como as que já estão quase concluídas, são igualmente importantes para manter a sustentabilidade do recurso e a confiabilidade na origem sustentável do pirarucu manejado.

As atividades preconizadas e os resultados obtidos até o momento são coerentes com os objetivos do projeto, pois são os passos necessários para a organização social, ambiental e econômica que irão resultar numa futura produção de um pescado sustentável e com valor agregado.

Sob o ponto de vista das instituições, o projeto contribuiu bastante para o fortalecimento de toda as diretamente envolvidas principalmente da COPAF e ASKAPA, se analisados os benefícios em termos estruturais, mas também o IMAC e a SEAPROF e, em menor grau Funai, Ibama e mesmo o WWF Brasil obtiveram aprendizados e benefícios indiretos do Pesca Sustentável, que junto com o Fundo Amazônia, consolidam seu apoio no Estado e na região.

- Quanto à Eficácia

Considera-se que o projeto tenha sido eficaz, uma vez que vários dos seus indicadores tiveram desempenho superior a 100% da meta inicial, principalmente aqueles que estabeleceram as bases para as capacitações e acordos de pesca. Os objetivos que não chegaram a ser alcançados no período do projeto estão em franco andamento e com certeza serão atingidos com continuidade da implementação das estratégias do WWF Brasil, que por sua vez ainda depende de outros fatores e decisões internas da organização.

É fundamental a continuidade do projeto, pois é o próximo passo para a consolidação do que está sendo construído. Contudo ainda existem incertezas sobre a abordagem a ser adotada de 2018 em diante, tanto para a captação de fundos como para ações práticas de conservação do pirarucu. Ainda mais num cenário possível em que as despescas sejam interrompidas temporariamente e a fiscalização seja intensificada e precisemos atuar de forma mais eficiente e direta junto às comunidades ribeirinhas, para que elas protejam de forma mais organizada e coletiva os lagos com acordos de pesca e primem pelo bom manejo do pirarucu. Essas são indagações e desafios permanentes e de alto custo que permanecem em cena.

- Quanto à Eficiência (*custo/benefício*)

Certamente que uma análise fria e pura dos valores consumidos no custeio anual do manejo e o retorno financeiro das pescarias já indicam sem muito esforço de análise a inviabilidade financeira da operação que vem sendo realizada com os projetos/subsídios do WWF Brasil e Fundo Amazônia em Feijó. Porém, existem também outros valores sociais, culturais e dos bens e serviços ambientais prestados pelo conjunto de lagos e comunidades ribeirinhas, pescadores e comunidades indígenas associadas ao projeto que são de complexa quantificação.

Dentro das possibilidades de investimento, dos acordos e contratos firmados e do contexto institucional vivido pelos parceiros no período do projeto, acreditamos que os recursos foram investidos da melhor forma possível, com prudência e economia.

Os resultados foram condizentes com a capacidade de gestão que o coletivo das organizações envolvidas demonstrou, embora abaixo do esperado pelo WWF Brasil estão bastante satisfatórios na percepção dos demais parceiros. Basta visualizar os depoimentos feitos pelos membros do GMP e técnicos parceiros sobre os benefícios advindos do Projeto nos vídeos lançados pela AV Filmes e WWF no início de 2017.

- Quanto ao Impacto

O projeto teve e continua tendo um impacto positivo para a promoção de mudanças nos municípios de sua área de abrangência. Impacto positivo na organização sócio-organizativa dos grupos de Manejo e da Colônia de Pesca, na capacitação de pessoas em técnicas e boas práticas de manejo, no estabelecimento de parcerias entre os órgãos públicos locais, no interesse de outros grupos em querer

adotar os acordos de pesca (inclusive grupos indígenas), na influencia sobre os órgãos públicos para assumirem atribuições que antes do projeto estavam indefinidas, entre outros.

- Sustentabilidade

O projeto é de razoável envergadura, que se mostrou bem mais complexo do que se supunha durante o seu desenvolvimento. São inúmeros os benefícios obtidos e em andamento, mas o projeto ainda está em construção. Os acordos de pesca já estão sendo aprovados coletivamente com menos conflitos e os órgãos reguladores já têm suas atribuições definidas em relação aos acordos de pesca. O Grupo de Manejo e a Colônia de Pesca já estão satisfatoriamente organizados, mas ainda não têm autonomia suficiente para conduzir sozinho a atividade. Ainda é necessária a criação de mecanismos que cubram custos de transporte, despesa etc., atualmente cobertos pelo projeto, estabelecer estratégias em relação à venda do pescado, fortalecer os laços entre as comunidades e os grupos de manejo e colônias de pesca, bem como proceder ações de educação ambiental abrangentes, os quais estão sendo planejados para a próxima etapa do projeto.

Projetos desta natureza envolvem a construção de toda uma relação de confiança, entre os apoiadores e beneficiários, entre os beneficiários e instituições, e entre os próprios beneficiários. Isso é um processo que demanda um pouco de tempo no início, mas é fundamental para a sustentabilidade do projeto.

O término do apoio do Fundo Amazônia não significa o término do projeto ou da estratégia de conservação de pesca do WWF Brasil no Acre, mas implica na necessidade da organização priorizar de fato a captação de recursos para que as bases iniciadas de 2014 a 2017 sejam consolidadas. Isso inclui a contratação de uma equipe de profissionais com formação, conhecimento e habilidades prática em manejo de pesca e um investimento contínuo na formação dos grupos comunitários e em capacitações dos gestores das organizações de pescadores e das associações indígenas envolvidas, para que seja obtido o retorno "triple bottom line" esperado.

- Salvaguardas de Cancun

O projeto por ser no tema da pesca não está diretamente alinhado com o PPCDAM e os plano estadual de prevenção e controle do desmatamento, mas a conservação, proteção e manejo dos lagos naturais pode ser um fator favorável à conservação das florestas adjacentes a estes corpos d'água. O projeto também demonstrou alinhamento com os acordos internacionais da Convenção de Diversidade Biológica por promover conservação e uso sustentável de uma em situação de vulnerabilidade em toda a Amazônia.

O projeto poderá vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal na medida em que a fiscalização ambiental se fizer presente para assegurar cumprimento dos acordos de pesca e execução do plano de proteção dos lagos manejados. Entende-se que a presença periódica da polícia ambiental em patrulhamentos pelo rio Envira já seria um grande desincentivo também a vários outros crimes ambientais e desmatamentos ilegais crescentes que vem sendo observados o município.

O projeto promoveu a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor, Universidades e comunidades locais). O uso de um sistema de governança compartilhada, embora não formal facilitou e garantiu nível mínimo de conflito entre as partes requisitadas para a implementação da iniciativa. Os principais instrumentos para essa governança foram as Instruções Normativas e Portarias do IMAC (2015), o Regimento Interno do GMP Feijó e o Regimento Geral da Pesca Huni Kui da Praia do Carapanã.

O projeto também contribuiu para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão da pesca tradicional no Acre na medida em que o WWF Brasil participou ativamente da elaboração das minutas dos instrumentos legais hoje vigentes e apoiou os órgãos do poder público em parte de suas tarefas iniciais para garantir o início da implementação destes mesmos instrumentos.

Além desses aspectos, o projeto também teve como beneficiários diretos povos indígenas e comunidades tradicionais. A parceria realizada com essas organizações beneficiou centenas de pescadores a acessarem direitos e benefícios sociais constitucionais (como o seguro defeso) associados sua área de atuação. O projeto influenciou positivamente 02 grandes comunidades indígenas e 04 comunidades ribeirinhas não indígenas provendo ferramentas e conhecimentos para um uso mais sustentável dos recursos hídricos e pesqueiros. Os sistemas produtivos e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo do projeto e não foram usados de forma indevida além dos limites especificados nas anuências e licenças ambientais por nenhum dos parceiros envolvidos.

O projeto garantiu às organizações e respeitou o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais). Foram adotados instrumentos participativos de planejamento e gestão do projeto para orientar a uma tomada de decisão em alinhamento com expectativas e possibilidades das organizações parceiras e colaboradoras. Os benefícios advindos do projeto foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos. O projeto proporcionou ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento a grande parte das informações técnicas e financeiras relacionadas a ações do projeto.

O projeto conseguiu montar um sistema simples e funcional de monitoramento de resultados e impactos, associando uso de ferramentas tecnológicas mais simples, com algumas tecnologias mais complexas. Contudo, monitoramos e comunicamos de forma clara, transparente e sistemática as principais atividades e resultados mais relevantes alcançados e os seus efeitos e desdobramentos para a prática dos beneficiários e participantes.

O projeto até contribuiu em certa medida para a consolidação dos Planos de Gestão Etnoambiental das 02 TI envolvidas nessa parceria e assim, também contribuiu indiretamente para a implementação prática do SEANP (Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre).

Por fim, o projeto se preocupou em integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções, apesar das dificuldades inerentes a uma maior participação de mulheres no penoso e árduo trabalho de manejo de pirarucu. Contudo, houve a preocupação de separação por gênero na coleta de dados da pesca com questionários socioeconômicos e nos aplicativos usados para monitoramento ambiental dos lagos, buscando assim levantar informações que permitam definir intervenções voltadas a fortalecer a equidade de gênero nas próximas etapas da parceria.

E) LIÇÕES APRENDIDAS

A partir dos problemas ocorridos e dos resultados relatados nas seções anteriores deste relatório, restringimo-nos a descrever as principais lições aprendidas nas diferentes etapas do projeto, da forma mais simples e clara possível.

Uma vez que as dificuldades na implantação do projeto e suas causas associadas e medidas gerenciais aplicadas pelo WWF Brasil e parceiros para superar ou entender melhor estes obstáculos foram descritas ao longo das nas seções A, C e D, os demais pontos de aprendizagem abaixo abordam mais diretamente as lições que estamos aprendendo do ponto de vista técnico sobre o planejamento, a execução e monitoramento do desempenho dos impactos e do legado do projeto, assim como algumas mudanças de foco e/ou de abordagem necessárias para o futuro da iniciativa.

São aprendizados da equipe de gestão, consultores e parceiros que se revelaram mais acentuadamente ao longo dos Fóruns de Pesca realizados e em reuniões de avaliação das atividades com os pescadores e equipe técnica do projeto:

- 1) Manejar pirarucu vai muito além de apenas realizar contagens e despescas sucessivas, baseadas em acordos de pesca gerados com pouco tempo de maturação e internalização dos objetivos mais gerais e compreensão dos benefícios advindos do manejo correto de um sistema lagos que sustenta populações de pirarucu.
- 2) As cotas de pesca máximas permitidas pela legislação (30%) podem até ser propícias e adequadas para sistemas de lagos de maior área e de grande densidade populacional do pirarucu. Para os sistemas de lagos de Feijó e Tarauacá, as cotas de pesca, quando voltarem a ser solicitadas devem partir de índices menores (5 a 10% dos adultos). O aumento progressivo dessa cota não deve ser obrigatório e deve estar vinculado obrigatoriamente a um aumento dos pirarucus adultos e bodecos contados no ano seguinte, manutenção da relação jovem/adulto mais próximo ou acima de 1 e avaliação da real necessidade do grupo neste aumento, haja visto os baixos índice de captura alcançados quando foram solicitadas cotas de 30% dos adultos em anos anteriores a 2016.
- 3) O fato das técnicas de manejo aplicadas em Feijó não terem sido suficientes para promover um aumento populacional do pirarucu nos lagos do trecho de rio manejado, não significa necessariamente que essas técnicas são inadequadas, mas indica que o sucesso do manejo em termos ambientais/ecológicos depende algumas vezes de se obter ganhos financeiros mais modestos nos primeiros anos da atividade, até que essa possa se consolidar em todos os aspectos da sustentabilidade esperada.
- 4) Será necessário realizar nos próximos anos estudos biológicos do pirarucu e um trabalho mais intenso de conscientização dos ribeirinhos e grupos de manejo sobre a necessidade de se estabelecer e obedecer a tamanhos máximos de captura dos peixes. Não é prudente e nem extremamente necessário continuar abatendo indivíduos com mais de 2,5 metros, pois os benefícios destes exemplares adultos em termos de sua contribuição e relevância como reprodutores da espécie na escala local devem ser vistos como mais interessantes do que alguns quilos a mais atingidos com menor esforço de pesca numa cota anual de captura.
- 5) Sem uma política ou programa de incentivos à atividade pesqueira tradicional, que inclua serviços de limpeza periódica e parcial dos lagos manejados a atividade se trinará tão árdua e desgastante para os pescadores que será muito difícil mobilizar e despertar interesse das futuras gerações de manejadores do pirarucu e mais difícil será a tarefa de quantificar populações de pirarucus nos lagos com extremo nível de vegetação superficial dominante, trazendo incertezas, dificuldades e riscos operacionais adicionais para as etapas de contagem e pesca e para a própria continuidade da atividade e perpetuação dos conhecimentos tradicionais a ela associados.
- 6) Esforço colaborativo entre instituições, comunidades, agentes voluntários e ONGs são um poderoso mecanismo que pode melhorar a vida das comunidades pesqueiras que são negativamente afetadas pelos efeitos da degradação florestal.
- 7) A combinação de esquemas de monitoramento dos lagos e da pesca associando tecnologias modernas a conhecimentos tradicionais trazem resultados significantes com respeito ao potencial de aplicação no trabalho com recursos pesqueiros. Ao incorporar o conhecimento tradicional nos sistemas de manejo do pirarucu, os gestores e comunidades de ampliado a capacidade de analisar o comportamento da dinâmica populacional e regular as cotas de captura anuais, como forma a manter populações saudáveis de pirarucu nos lagos manejados e ainda garantir o aumento da área de abrangência do pirarucu nos trechos de rios submetidos aos acordos de pesca ou em projetos de manejo.
- 8) Com um treinamento básico em protocolos, uso de smartphones e aplicativos livres, agentes voluntários das comunidades, com um mínimo de ensino formal e dispondo de um mínimo incentivo técnico e apoio logístico, podem se tornar importantes agentes para avanço do conhecimento acadêmico e podem apoiar de forma efetiva no acompanhamento sistemático e na avaliação dos sistemas de manejo de pesca.
- 9) O grupo de monitores comunitários voluntários capacitados pelo projeto estão gerando dados uteis sobre a pesca, sobre a diversidade de peixes, a pressão de pesca irregular/ilegal e a dinâmica

populacional e reprodutiva do pirarucu na área de influência do monitoramento. Assim, fortalecem a geração e difusão rápida do conhecimento técnico para um público de menor grau de instrução formal, abrindo maior espaço de diálogo para outras abordagens sobre importantes questões ambientais e sócio econômicas relacionadas à conservação de recursos hídricos, ao manejo do pirarucu e aos Acordos de Pesca Sustentável. Também facilitam a aceitação destes instrumentos pelas populações ribeirinhas e por jovens pescadores do Acre ou contribuem para decisões de manejo adaptativo das próprias comunidades onde vivem.

- 10) O fortalecimento do papel do monitor para atuar como um agente de comunicação da comunidade é de fundamental importância para a efetivação do projeto.
- 11) A disseminação continua dos resultados e o compartilhamento da tomada de decisões com os parceiros e beneficiários de um projeto de desenvolvimento socioambiental é fator fundamental para viabilidade social e para gerar engajamento dos beneficiários e parceiros no longo prazo. Um dos fatores de sucesso mais importantes é a sensibilização e a participação efetiva dos moradores, das associações e suas lideranças, que não podem ser restritas à fase inicial do projeto ou apenas durante o desenvolvimento e aprovação social de um acordo de Pesca. A mobilização social das comunidades, principalmente dos jovens pescadores para uma maior participação no manejo do pirarucu deve ser uma constante entre as instituições de ATER, ONGs e lideranças sociais envolvidas e que realmente acreditam na proposta.
- 12) O WWF Brasil e seus parceiros devem continuar a insistir em captação de recursos específicos e em incidência institucional nas parceiras com órgãos fiscalizadores visando garantir a maior presença dos mesmos nas unidades de pesca de pirarucu apesar das dificuldades do poder público exercer suas responsabilidades minimamente por questões de limitações financeiras, que acabam por depender quase exclusivamente das decisões políticas em se realizar operações de fiscalização ambiental, porque os meios existem quando se quer.
- 13) Sobre a prioridade em se realizar processos de mobilização e formação de comunitários para serem futuros agentes do grupo de manejo, permitindo que, haja nas comunidades grupos de pessoas capacitadas para realizarem a contagem e apoiarem na despesca; diminuindo os custos de deslocamento do GMP e permitindo que, com a expansão do manejo para outros lagos, possam dividir as tarefas e atividades por lagos ou trechos de rio pré-determinados.

F) FOTOS, VÍDEOS, PUBLICAÇÕES E OUTRAS MÍDIAS SOBRE O PROJETO

O conteúdo de fotos, vídeos e animações produzidos pelo projeto estão abordados e referenciados na Seção A, Componente 4, pag. 22 e 23.

Várias listas de presença de eventos, autorizações de uso de imagem (indígenas e não indígenas), fotografias e depoimentos foram apresentados e enviados ao Fundo Amazônia/BNDES como anexos dos Relatórios de Desempenho 1 e 2 de Jan./15 e Fev/16, respectivamente.

As imagens e vídeos gravados pelo cinegrafista profissional Silvio Margarido em 2015 estão todas seguramente armazenadas no banco de imagens do WWF Brasil e à disposição do BNDES e dos parceiros do projeto para usos em materiais de divulgação, educativos ou novas propostas a serem elaboradas etc.

As fotos, vídeos das atividades realizadas em 2016 e 2017 serão todas entregues também fisicamente em um HD/Pendrive ou enviadas ao Fundo Amazônia pelo portal adequado do BNDES, sendo parte integrante deste Relatório de Avaliação de Resultados

As listas originais de presença, assinadas pelos participantes das reuniões, oficinas, fórum de pesca, cursos e intercâmbios realizados pelo projeto em 2016/17 também serão enviadas fisicamente ao BNDES no mês de Janeiro, pois ainda carecem de uma checagem/revisão e listagem final, demandando um prazo para organização e despacho de todos esses documentos originais que encontram-se nos arquivos do escritório do WWF Brasil em Rio Branco e, algumas listas ainda no escritório da Tipóia, ref. às últimas atividades do projeto acompanhadas esses colaboradores.

Autorização de Uso de Imagem Individual

BNDES **FUNDO AMAZÔNIA**

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente termo de autorização para uso de imagem e de divulgação de entrevista/depoimento, _____ portador de carteira de identidade RG.Nº _____ e CPF/MF Nº _____, residente e domiciliado à _____ na Cidade de _____ Estado de _____, AUTORIZA, expressamente, o BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social a utilizar sua imagem e sua entrevista nos materiais de divulgação de resultados e de informações sobre o Fundo Amazônia e sobre o Projeto _____ (nome do projeto), desenvolvido pelo _____ (responsável pelo projeto), por meio de mídia impressa, vídeo ou internet.

Fica autorizada a ampla utilização do material objeto do presente termo, de forma integral ou parcial, podendo ser, inclusive, disponibilizado e utilizado por terceiros, desde que relacionada aos fins institucionais do BNDES e/ou dos objetivos de divulgação do Fundo Amazônia, em apresentações, relatórios, campanhas publicitárias e eventos, observadas, com relação aos empregados, as prescrições do Código de Ética do BNDES.

A presente autorização de uso de imagem abrange, exclusivamente, a concessão de uso da imagem e de entrevista para os fins aqui estabelecidos, pelo que qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução, deverá ser previamente autorizada para tanto.

Local/Assinatura

Autorização de Uso de Imagem Coletiva

BNDES **FUNDO AMAZÔNIA**

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente termo de autorização para uso de imagem, as pessoas abaixo identificadas, AUTORIZAM, expressamente, o BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social a utilizar a imagem obtida no evento realizado em _____/_____/_____, na Cidade de _____, no Estado de _____, nos materiais de divulgação de resultados e de informações sobre o Fundo Amazônia e sobre o Projeto _____ (nome do projeto), desenvolvido pelo _____ (responsável pelo projeto), por meio de mídia impressa, vídeo ou internet.

Fica autorizada a ampla utilização do material objeto do presente termo, de forma integral ou parcial, podendo ser, inclusive, disponibilizado e utilizado por terceiros, desde que relacionada aos fins institucionais do BNDES e/ou dos objetivos de divulgação do Fundo Amazônia, em apresentações, relatórios, campanhas publicitárias e eventos, observadas, com relação aos empregados, as prescrições do Código de Ética do BNDES.

A presente autorização de uso de imagem abrange, exclusivamente, a concessão de uso da imagem para os fins aqui estabelecidos, pelo que qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução, deverá ser previamente autorizada para tanto.

Nome	CPF	Assinatura
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		

Autorização de uso de imagem e depoimento

BNDES **FUNDO AMAZÔNIA**

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente termo de autorização para uso de imagem e de divulgação de entrevista/depoimento, _____ portador de carteira de identidade RG.Nº _____ e CPF/MF Nº _____, residente e domiciliado à _____ na Cidade de _____ Estado de _____, AUTORIZA, expressamente, o BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social a utilizar sua imagem e sua entrevista nos materiais de divulgação de resultados e de informações sobre o Fundo Amazônia e sobre o Projeto _____ (nome do projeto), desenvolvido pelo _____ (responsável pelo projeto), por meio de mídia impressa, vídeo ou internet.

Fica autorizada a ampla utilização do material objeto do presente termo, de forma integral ou parcial, podendo ser, inclusive, disponibilizado e utilizado por terceiros, desde que relacionada aos fins institucionais do BNDES e/ou dos objetivos de divulgação do Fundo Amazônia, em apresentações, relatórios, campanhas publicitárias e eventos, observadas, com relação aos empregados, as prescrições do Código de Ética do BNDES.

A presente autorização de uso de imagem abrange, exclusivamente, a concessão de uso da imagem e de entrevista para os fins aqui estabelecidos, pelo que qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução, deverá ser previamente autorizada para tanto.

Local/Assinatura

Termo de Cessão de Direitos Autorais

BNDES **FUNDO AMAZÔNIA**

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE OBRA FOTOGRAFICA

IDENTIFICAÇÃO

Nome do autor da obra fotográfica _____

Endereço completo _____

RG _____ CPF _____

Telefone _____ Fax _____

E-mail _____ Município _____ Estado _____

OBRA FOTOGRAFICA

Descrição da Imagem	Data da Imagem	Localização da Imagem

INSTRUMENTO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Nos termos da Lei 9.610/98 e do artigo 285 e seguintes do Código Civil, o autor da obra fotográfica acima qualificada, por meio do presente instrumento particular, cede gratuitamente e integralmente em favor do BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, os direitos autorais patrimoniais relativos à(s) obra(s) fotográfica(s) em referência para reprodução em toda e qualquer forma e meio de comunicação de caráter institucional e/ou mercadológico do Sistema BNDES.

Declara o autor da(s) obra(s) fotográfica(s) ser o autor exclusivo da(s) obra(s) fotográfica(s) em referência, não havendo qualquer restrição para o seu uso e disponibilidade.

Declara, ainda o autor da(s) obra(s) fotográfica(s) ter conhecimento que:

a) a reprodução em tela poderá alcançar todo território nacional e exterior;

b) a presente cessão ocorrerá em caráter irrevogável, irretirável, a título gratuito e por prazo indeterminado;

c) a(s) obra(s) fotográfica(s) cedida(s) ao BNDES serão/á arquivada(s) em acervo fotográfico denominado "Banco de Imagens BNDES";

d) as imagens que integram o "Banco de Imagens BNDES" são acessíveis aos empregados do BNDES, por meio da intranet e pelo público em geral, por meio do seu site na internet, para ampla utilização relacionada aos fins institucionais, a exemplo de apresentações, relatórios, campanhas publicitárias e eventos, observadas, com relação aos empregados, as prescrições do Código de Ética do BNDES;

e) as BNDES é conferida a prerrogativa de alterar, redimensionar e proceder a qualquer ajuste ou modificação (a(s) obra(s) fotográfica(s) cedida(s)), mesmo que importe modificação da(s) original(is) sujeita à prévia aprovação do autor da obra fotográfica.

Declara que as informações acima prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade civil e criminal em caso de falsidade. Nada mais havendo a declarar, assina o presente instrumento em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Local/Assinatura

G) SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO PROJETO

Preencher a tabela a seguir atribuindo notas conforme a escala informada abaixo. Essas notas deverão representar a avaliação do beneficiário sobre os quesitos apresentados.

Pontue os quesitos abaixo segundo uma escala de notas inteiras de 1 a 4, sendo 1 a avaliação mais negativa e 4 a mais favorável (ou informe NA, se não aplicável)	
(a) Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do projeto	3
(b) Nível de cooperação com outros parceiros relevantes durante a execução do projeto	4
(c) Qualidade da gestão dos recursos financeiros do projeto	3
(d) Qualidade dos produtos e serviços entregues pelo projeto	3
(e) Cumprimento das metas previstas no Plano de Monitoramento (Quadro Lógico) e alcance dos impactos esperados com o projeto *	3
(f) Capacidade de o projeto continuar gerando os resultados obtidos sem apoio externo adicional (sustentabilidade)	1

* O beneficiário deverá apresentar, dois anos após a implantação do projeto, um Relatório de Avaliação de Efetividade, compreendendo uma avaliação do alcance de seus objetivos em período mais extenso.

Caso julgue necessário, prestar esclarecimentos ou justificativas com relação aos quesitos pontuados na tabela anterior.

a) Algumas atividades que tiveram cronograma de execução atrasado por força de fatores climáticos desfavoráveis ou por entraves institucionais no tramite de contratos de algumas consultorias, ou no atraso de alguns consultores para apresentação de seus relatórios finais que acabaram por impactar em atraso indesejável para apresentação ao BNDES dos Relatórios Finais de Desempenho e de Resultados.

b) O nível de cooperação no geral entre os parceiros foi muito bom, apesar de alguns desgastes na parceria por falhas de comunicação e atitudes da COPAF e do Ibama que ainda estamos esperançosos de resolver com um diálogo sincero entre as instituições durante os próximos meses.

c) O WWF Brasil sempre zelou por uma gestão transparente e eficaz dos recursos financeiros que maneja, independentemente da fonte do recurso. Em poucos momentos específicos do projeto ocorreram algumas falhas de comunicação ou atrasos para fechamento da contabilidade mensal do projeto ou desencontros de agendas entre os gestores técnicos e setor financeiro/contábil da organização que em algumas ocasiões tornaram confuso e difícil o entendimento dos relatórios financeiros pelo BNDES e até pela equipe técnica do projeto. Apesar de execução completa dos recursos do contrato, 75% do montante gerado das aplicações financeiras do recursos foi (será) devolvido para a conta do Fundo Amazônia, o que para alguns diretores do WWF Brasil pode representar falhas de gestão, independentemente dos motivos que levaram à execução dos recursos da aplicação autorizados pelo BNDES para os últimos dois meses de vigência estendida do contrato.

d) O WWF preza e cobra de seus consultores a apresentação de produtos técnicos de qualidade, mas o contexto de realização deste projeto nem sempre permitiu obter esses produtos técnicos com a qualidade e detalhamento requeridos no prazo desejável. Alguns atrasos de atividades acabaram, por demora na análise e feedback dos gestores do WWF aos consultores, também podem ter limitado a qualidade de análise de alguns produtos, que poderiam ser melhor elaborados se a carga de atividades de gestão e o número de eventos de campo realizados fosse menor nos períodos de encerramento dos semestre ou se as áreas de influência do projeto fossem menos distantes ou mais facilmente acessíveis. Muito tempo valioso de trabalho técnico se perde em deslocamento e navegações de baixo a velocidade de deslocamento e prejudicar a dinâmica de trabalho dos técnicos e consultores quando problemas de logística ocorrem de forma imprevista.

e) No geral o projeto apresentou bom cumprimento de metas, com maior destaque para os metas dos Componente 1, 2 e 4 do projeto, que tiveram um desempenho mais favorável.

f) Sem apoio externo continuado por mais alguns anos e uma mudança na abordagem do projeto para tirar a prioridade/foco do viés econômico financeiro das atividades e favorecer ações de desenvolvimento social, organizativas e educativas, desde as etapas do manejo nas comunidades até a estruturação física para um beneficiamento do pescado com maiores níveis de higiene e com cumprimento das normas de vigilância sanitária municipal e estadual, visando a melhoria dos padrões de pré-beneficiamento, conservação e processamento do pescado, na sede urbana de Feijó.

H) AVALIAÇÃO DO RELACIONAMENTO COM O BNDES

Preencher a tabela a seguir atribuindo notas conforme a escala informada abaixo. Essas notas deverão representar a avaliação do beneficiário sobre os quesitos apresentados.

Pontue os quesitos abaixo segundo uma escala de notas inteiras de 1 a 4, sendo 1 a avaliação mais negativa e 4 a mais favorável (ou informe NA, se não aplicável)	
(a) Facilidade no preenchimento da Consulta Prévia e interação com o BNDES na fase de enquadramento do projeto	3
(b) Interação com o BNDES na fase de análise e contratação do projeto	2
(c) Interação com o BNDES na fase de acompanhamento da execução do projeto e avaliação de seus resultados	4

Caso julgue necessário, prestar esclarecimentos ou justificativas com relação aos quesitos pontuados na tabela anterior. Solicita-se, também, que sejam indicados aspectos que poderiam ser aperfeiçoados na atuação do BNDES enquanto gestor do Fundo Amazônia.

Os representantes legais do beneficiário responsabilizam-se pela veracidade das informações aqui prestadas.



Moacyr Araújo Silva
Analista Sênior de Projetos de Conservação
WWF Brasil / Programa Amazônia

Apêndice

LISTA DE SIGLAS

ASKAPA - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã;
ASPAKNO – Associação do Povo Kaxinawá da Aldeia Nova Olinda;
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATMA - Fortalecimento da Gestão Social, Desenvolvimento Territorial, Capacitação e Consultoria
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BPA – Batalhão de Polícia Ambiental da PM-Acre
CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
COPAF – Colônia dos Pescadores e Aquicultores de Feijó – Z4
CPI - Comissão Pró-Índio
EBC - Empresa Brasil de Comunicação
FIP - Fishery Improvement Plan / Plano de Melhoria da Pesca para Certificação MSC.
Funai – Fundação Nacional do Índio
GEEs – Gases de Efeito Estufa
GMP – Grupo de Manejo de Pirarucu
Ibama– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IDS – Instituto de Desenvolvimento Social
IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá;
IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MSC – Marine Stewardship Council
ONGs – Organizações Não Governamentais
OPAN – Operação Amazônia Nativa
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPCDAM – Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia
RAC – Registro de Atividade de Campo
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEANP - Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre
SEAPROF – Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre
Sema – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Florestas
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
TI – Terra(s) Indígena(s)
TIPOIA - Trabalho e Inclusão para Populações, Organizações e Instituições das Américas Ltda.
TrK – Tarauacá, AC
UDs – Unidades Domésticas
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
USP – Universidade de São Paulo
UK – United Kingdom / Reino Unido
WWF Brasil – World Wildlife Fund / Fundo Mundial para a Natureza

- LISTA DE ANEXOS -

- *Em ordem cronológica;*
- *Documentos 2016 e 2017, não anexados nos Relatórios de Desempenho 1 e 2.*

Março/2016 – RAC de viagem Envira e planilha de prestação de contas da pesca 2015 em 02 comunidades;

- *Registros Viagem de Sinalização Lagos (relatório parcial Dirceu Madson);*
- *Modelo (pdf) das placas de sinalização instaladas nos lagos manejados;*
- *Listas e Atas de reuniões para renovação das anuências da Funai e comunidades Indígenas TI Nova Olinda/Formoso;*

Abril/2016 – Regimento Interno GMP de Feijó

- *Relatório Final da consultoria IDS*

Maio/2016 – Registros das Contagem 2016 Feijó, Manoel Urbano e Tarauacá

- *Relatório da VMD Assessoria Pesqueira ref. avaliação parcial do FIP*

Junho/2016 – Ofícios de solicitação de cota de pesca da COPAF;

- *Cópia da licença emitida pelo IMAC junto com lacres do Ibama (SEAPROF);*

Julho/2016 – RAC Pescaria Pirarucu 2016;

- *Relatório Parcial Dirceu Madson*
- *Relatório Parcial R.Venturieri - Original Amazon*

Agosto/2016 – Planilha de captura de pirarucu 2016 (cópia no corpo do Relatório Final Tipoia);

- *Planilha de repartição de benefícios;*
- *RAC viagem de repartição de benefícios;*
- *Fotos Feira do Açaí 2016 ou Relatório AV Filmes (Pré-Roteiro e Imagens);*
- *Regimento da Pesca Huni Kui da Praia do Carapanã;*

Setembro/2016 – Memória de Reunião de planejamento da 2ª expedição de marcação e rastreamento de pirarucus no R. Envira (BHZ);

- *Relatório Parcial 1 consultoria Tipoia;*
- *RAC viagem para TI praia do Carapanã – Reunião Festival Cultural Huni Kui*

Outubro/2016 – RAC Tipoia (verificar);

- *Registro atividades preparatórias GMP e SEAPROF para 2ª expedição de marcação e rastreamento de pirarucus;*
- *Acordos de Pesca Huni Kui TI Nova Olinda;*

Novembro/2016 – Relatório Final consultoria Dirceu Madson / Plano de Proteção básico (WWF/IMAC/BPA); Atualização Planilha FIP e Controle de Insumos, etc;

Dezembro/2016 – RAC Atividades de avaliação do ano com pescadores SEAPROF e Tipoia;

- RAC ou fotos de limpezas de lagos e sangradouros;
- Relatório Parcial 2 da consultoria Tipoia;

Janeiro/2017 - Relatório Parcial Working (Ampliação estudo de rádio telemetria, Plano de Rastreamento 2017);

Fevereiro/2017 –

- 02 Vídeos (Kaxi e Pescadores)
- 01 Infográfico Animado Projeto Pesca Sustentável
- 01 Animação Manejo do Pirarucu - WWF Brasil & AV Filmes;

Março/2017 -

- Relatório Final Original Amazon;
- Relatório Final Working;
- Relatório Final Tipoia;
- Carta do 2º Fórum Municipal de Pesca de Feijó;
- Modelo de material de comunicação do Fórum;

Abril/2017 – Memória ou RAC de reuniões de avaliação e planejamento com pescadores GMP, CPAF, SEAPROF

Maio/2017 – Ficha de contagem 2017, 07 Lagos Envira

Junho/2017

- Artes do material do Curso de Aplicação do Método de Contagem de Pirarucu;
- RAC, Listas e Fotos Tipoia ref. supervisão curso de contagem;

Julho/2017

- RAC Tipoia Entrega/Doação de Motores e Acordos de Uso e Manutenção;
- Relatório do IDSM ref. curso contagem; e modelo do certificado emitido;

Agosto/2017 - Diagnóstico sócio econômico dos beneficiários ribeirinhos do Envira (Tipoia Add);

Setembro/2017 - Pagina de acesso ao cadastro do FIP Pirarucu Envira no portal FisheryProgress.org

Outubro/2017

- Estudo ref. estratégias de comercialização do pirarucu de Feijó
- Artigo Tipoia & WWF de Leonardo Lopes editado por Fred Brandão, "Um olhar sobre os processos de manejo de pesca em Terras Indígenas do Acre."
- RAC / Relatório Tipoia ref. Intercâmbio de manejadores de pirarucu (AC-AM);
- Relatório Financeiro Final (execução até 31/10/17), finalizado em 23/12/17;
- Planilha do Plano de Monitoramento, indicadores revisados/atualizados 31/10/17;